

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA PAULA NASCIMENTO

**SINDICALISMO E POLÍTICA: O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville diante o
primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014)**

UBERLÂNDIA

2017

ANA PAULA NASCIMENTO

SINDICALISMO E POLÍTICA: O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville diante o primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014)

Monografia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial à obtenção do título de licenciatura e bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profª Drª Patrícia Vieira Trópia

Uberlândia

2017

Agradecimentos

Ao apoio recebido para a realização da minha graduação em Ciências Sociais e em especial, para a elaboração desta monografia, tenho muito a agradecer.

Aos meus pais, por acreditarem, mesmo sem muito entender, nos meus sonhos de independência e dedicação, sou profundamente grata.

Aos meus avós de coração, Júlio e Zilma, agradeço pelo amor, pelo carinho e abrigo quando vou a Joinville. Sou grata também pelo “meio de campo” e ajuda ao contatar os entrevistados para a pesquisa.

Ao brilhante professor Edilson Graciolli, meu professor durante dois terços da graduação, quem muito me inspira, agradeço pela disposição para o ensino, ajuda com dúvidas e bibliografia; e por aceitar participar de minha banca de defesa, para esta monografia.

Ao professor Davisson Souza, que foi importantíssimo teoricamente para a elaboração deste trabalho, em especial para o planejamento e execução das incursões a campo, na cidade de Joinville, sou muitíssimo grata. Exponho também minha felicidade por concordar em vir para Uberlândia, compor minha banca de defesa.

A insubstituível professora Patrícia Trópia, minha orientadora neste trabalho e nas Iniciações Científicas, agradeço por seu cuidado e inesgotável generosidade para comigo e meu trabalho. Expresso meu eterno agradecimento.

Agradeço ao DIEESE, em especial a Rodrigo Linhares, que me forneceu dados que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho. Sou grata também aos funcionários do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, do Arquivo Histórico de Joinville e da Biblioteca Pública de Joinville, que me cederam dados para pesquisa.

Agradeço também à FAPEMIG pelo apoio financeiro concedido para esta pesquisa.

Agradeço especialmente a todos os entrevistados, que me receberam com muita atenção, prontos para compartilhar suas memórias, para auxílio na pesquisa.

Ao Ruhan, meu parceiro de sonhos, agradeço pelos momentos de carinho durante situações de dificuldade e também pelas preciosas ajudas para elaboração deste trabalho.

Se os tubarões fossem homens, eles fariam construir resistentes caixas do mar, para os peixes pequenos com todos os tipos de alimentos dentro, tanto vegetais, quanto animais.

Eles cuidariam para que as caixas tivessem água sempre renovada e adotariam todas as providências sanitárias, cabíveis se por exemplo um peixinho ferisse a barbatana, imediatamente ele faria uma atadura a fim que não morressem antes do tempo.

Para que os peixinhos não ficassem tristonhos, eles dariam cá e lá uma festa aquática, pois os peixes alegres tem gosto melhor que os tristonhos.

Naturalmente também haveria escolas nas grandes caixas, nessas aulas os peixinhos aprenderiam como nadar para a guela dos tubarões.

Eles aprenderiam, por exemplo a usar a geografia, a fim de encontrar os grandes tubarões, deitados preguiçosamente por aí. aula principal seria naturalmente a formação moral dos peixinhos.

Eles seriam ensinados de que o ato mais grandioso e mais belo é o sacrifício alegre de um peixinho, e que todos eles deveriam acreditar nos tubarões, sobretudo quando esses dizem que velam pelo belo futuro dos peixinhos.

Se encucaria nos peixinhos que esse futuro só estaria garantido se aprendessem a obediência.

Antes de tudo os peixinhos deveriam guardar-se antes de qualquer inclinação baixa, materialista, egoísta e marxista e denunciaria imediatamente aos tubarões se qualquer deles manifestasse essas inclinações.

Se os tubarões fossem homens, eles naturalmente fariam guerra entre si a fim de conquistar caixas de peixes e peixinhos estrangeiros.

As guerras seriam conduzidas pelos seus próprios peixinhos. Eles ensinariam os peixinhos que entre eles os peixinhos de outros tubarões existem gigantescas diferenças, eles anunciariam que os peixinhos são reconhecidamente mudos e calam nas mais diferentes línguas, sendo assim impossível que entendam um ao outro.

Cada peixinho que na guerra matasse alguns peixinhos inimigos

Da outra língua silenciosos, seria condecorado com uma pequena ordem das algas e receberia o título de herói.

Se os tubarões fossem homens, haveria entre eles naturalmente também uma arte, havia belos quadros, nos quais os dentes dos tubarões seriam pintados em vistosas cores e suas guelas seriam representadas como inocentes parques de recreio, nos quais se poderia brincar magnificamente.

Os teatros do fundo do mar mostrariam como os valorosos peixinhos nadam entusiasmados para as guelas dos tubarões.

A música seria tão bela, tão bela que os peixinhos sob seus acordes, a orquestra na frente entrariam em massa para as guelas dos tubarões sonhadores e possuídos pelos mais agradáveis pensamentos.

Também haveria uma religião ali.

Se os tubarões fossem homens, ela ensinaria essa religião e só na barriga dos tubarões é que começaria verdadeiramente a vida.

Ademais, se os tubarões fossem homens, também acabaria a igualdade que hoje existe entre os peixinhos, alguns deles obteriam cargos e seriam postos acima dos outros.

Os que fossem um pouquinho maiores poderiam inclusive comer os menores, isso só seria agradável aos tubarões pois eles mesmos obteriam assim mais constantemente maiores bocados para devorar e os peixinhos maiores que deteriam os cargos valeriam pela ordem entre os peixinhos para que estes chegassem a ser, professores, oficiais, engenheiro da construção de caixas e assim por diante.

Curto e grosso, só então haveria civilização no mar, se os tubarões fossem homens.

Bertold Brecht

Resumo

O tema geral desta monografia é a atuação política e ideológica do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville. A rigor analisamos o desenvolvimento industrial e a constituição da classe operária de Joinville, a trajetória histórica do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, a influência da CUT e de correntes do Partido dos Trabalhadores nas direções sindicais e, por fim, sua atuação e o posicionamento diante do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014). Embora vetada pela estrutura sindical oficial brasileira, a aliança entre sindicatos e partidos políticos mostrou-se fundamental para o surgimento do “novo sindicalismo” e, de acordo com nosso estudo, para se entender a inflexão na trajetória política do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville. A partir dos anos de 1980, sob influência de setores de esquerda católicos, orientados pela Teologia da Libertação, da CUT e do Partido dos Trabalhadores, começa a se gestar uma transformação no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville que rompe com peleguismo assumindo um sindicalismo reivindicativo e grevista, durante os anos 1990. Entretanto, nos anos 2000, durante os governos do Partido dos Trabalhadores nos âmbitos federal e, localmente, em Joinville (2009-2012), a aliança entre sindicato e partido acaba por se revelar um freio à atuação combativa do Sindicato dos Metalúrgicos, na medida em que a entidade optará pela negociação em detrimento da confrontação. Esta prática, todavia, não impediu que movimentos “espontâneos” fossem realizadas colocando por vezes a direção sindical para negociar a pauta de greves deflagradas no chão de fábrica.

Palavras-chave: Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville; Partido dos Trabalhadores; Relação Partidos e Sindicatos.

Resumen

El tema general de esta monografía es la actuación política e ideológica del Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville. A rigor analizamos el desarrollo industrial y la constitución de la clase obrera de Joinville, la trayectoria histórica del Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, la influencia de la CUT y de corrientes del Partido dos Trabalhadores en las direcciones sindicales y, por fin, su actuación y el posicionamiento ante el primer gobierno Dilma Rousseff (2011-2014). Aunque vetada por la estructura sindical oficial brasileña, la alianza entre sindicatos y partidos políticos se mostró fundamental para el surgimiento del "nuevo sindicalismo" y, según nuestro estudio, para entender la inflexión en la trayectoria política del Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville. A partir de los años 1980, bajo influencia de sectores de izquierda católicos, orientados por la Teología de la Liberación, de la CUT y del Partido de los Trabajadores, comienza a gestar una transformación en el Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville que rompe con peleguismo asumiendo un sindicalismo reivindicativo y huelguista, durante los años 1990. En los años 2000, durante los gobiernos del Partido dos Trabalhadores en los ámbitos federal y, localmente, en Joinville (2009-2012), la alianza entre sindicato y partido acaba por revelarse un freno a la actuación combativa del Sindicato dos Metalúrgicos, en la medida en que la entidad opta por la negociación en detrimento de la confrontación. Esta práctica, sin embargo, no impidió que movimientos "espontáneos" fueran realizados colocando a veces la dirección sindical para negociar la pauta de huelgas deflagradas en el suelo de fábrica.

Palabras clave: Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville; Partido dos Trabalhadores; Relación Partidos y Sindicatos.

Lista de Ilustrações

Mapa 1. Joinville na região Norte Catarinense.....	41
Quadro 1. Aportes financeiros do BNDESPar para a Fundação Tupy S/A, entre 1991 e 2007	96
Quadro 2. Convenções coletivas de trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville...	106
Gráfico 1. Crescimento populacional em Joinville.....	82
Gráfico 2. Composição do PIB de Joinville, em bilhões de reais, entre 2002 e 2014.....	83
Gráfico 3. Porcentagem de trabalhadores por tamanho do estabelecimento	84
Gráfico 4. Número de trabalhadores da indústria metalúrgica e do material elétrico	89
Gráfico 5. Trabalhadores da indústria metalúrgica e do material elétrico, por sexo (%).....	90
Gráfico 6. Média salarial (em salários mínimos).....	93
Gráfico 7. Média salarial (em salários mínimos) segundo o sexo do trabalhador.....	93
Gráfico 8. Montante consolidado de recursos financeiros capitados via BNDES, operações automáticas e não automáticas	97
Gráfico 9. Faturamento da Fundação Tupy S/A entre 2000 e 2014, em milhões de reais	98
Figura 1. Convite para os funcionários visitarem a fábrica.....	51
Figura 2. Convite para os funcionários visitarem a fábrica.....	51
Figura 3. Telegrama recebido pelo pároco da Paróquia Cristo Ressuscitado	58
Figura 4. Material de divulgação do 4º Encontro dos Metalúrgicos	86
Foto 1. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975	47
Foto 2. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975	48
Foto 3. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975	48
Foto 4. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975	48
Foto 5. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975	49
Foto 6. Comitiva da Escola Superior de Guerra em visita a Joinville	54
Foto 7. Piquete durante a greve da Tupy em 1985.....	68
Foto 8. Passeata após o fim da greve na Fundação Tupy, 1985	68
Foto 9. Comemorações após o fim da greve na Fundação Tupy, 1985.....	69

Foto 10. Votação de acordo durante a greve na Fundação Tupy, em 1985	70
Foto 11. Repressão policial durante a greve na Fundação Tupy, em 1989	72
Foto 12. Participação do presidente do SMJ, ao centro, em reunião com o BNDES	99
Foto 13. Metalúrgicos entram no quarto dia de greve na Wetzel Metalúrgica	101
Foto 14. Mobilização grevista na Fundação Tupy S/A em 2012.....	103
Foto 15. Comemoração em ocasião a vitória da chapa 1, em 2012	108

Lista de Tabelas

Tabela 1. Total de greves, na indústria e na categoria metalúrgica, em números absolutos e relativos (1990-2010)	35
Tabela 2. Número de estabelecimentos e número de trabalhadores por tamanho do estabelecimento	84
Tabela 3. Número de demissões entre 2011 e 2015	91

Sumário

Introdução	10
1. Sindicalismo e Política.....	14
<i>1.1. A estrutura sindical brasileira.....</i>	<i>14</i>
<i>1.2 Sindicatos e partidos políticos.....</i>	<i>21</i>
2. Os metalúrgicos no sindicalismo brasileiro.....	27
3. A organização sindical dos trabalhadores em Joinville: a esquerda, o PT e o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.....	40
<i>3.1 A constituição da classe operária em Joinville: industrialização, disciplina e ideologia do trabalho e do progresso</i>	<i>40</i>
<i>3.2. O Partido dos Trabalhadores em Joinville.....</i>	<i>56</i>
<i>3.3. A trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville</i>	<i>60</i>
4. O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville diante do governo Dilma Rousseff.....	81
<i>4.1 A organização operária e sindical em Joinville entre 2011 e 2014</i>	<i>81</i>
<i>4.2 O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville em disputa</i>	<i>106</i>
Conclusão	112
Referências	115

Introdução

Os metalúrgicos foram protagonistas de importantes eventos de luta no Brasil, como no chamado “novo sindicalismo”, ao criticar a estrutura sindical oficial, realizar greves de massa e enfrentar a intervenção dos governos militares, o que levou, nos anos 1980, à construção da maior Central Sindical brasileira, a Central Única dos Trabalhadores. A experiência das greves metalúrgicas foram embrião do Partido dos Trabalhadores, a CUT esteve na base da histórica campanha pelas Diretas Já, na luta pelo fim da ditadura civil-militar no Brasil, e na Constituinte (1987-1988).

O sindicalismo metalúrgico consiste, certamente, no segmento social mais estudado por pesquisadores das Ciências Sociais no Brasil. Têm sido estudados, em especial, os sindicatos do ABC Paulista, São Paulo, Sul Fluminense, Campinas e Volta Redonda. Recente coletânea publicada sobre os sindicatos metalúrgicos do Brasil contemporâneo (SOUZA e TRÓPIA, 2012) apresenta um panorama das pesquisas de autores brasileiros sobre entidades sindicais representantes de trabalhadores metalúrgicos de cidades como Campinas e região, São José dos Campos e Limeira, ABC Paulista, Camaçari (no estado da Bahia), Belo Horizonte, Contagem, Betim (em Minas Gerais) e Volta Redonda (no estado do Rio de Janeiro), incluindo neste rol entidades do sul do país como os sindicatos de Gravataí (RS) e Curitiba (PR). Sobre os metalúrgicos de Joinville, todavia, nenhuma pesquisa recente havia sido realizada.

Joinville é a cidade mais populosa e industrializada do estado catarinense. A importância do setor industrial lhe rendeu, nos anos 1970, o título de “Manchester catarinense” em alusão à famosa cidade industrial inglesa. Entretanto, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville permanecia desconhecido muito embora um estudo realizado por Giane de Souza (2006) tenha revelado algumas características importantes da classe operária em Joinville no período do Estado Novo. Ao investigar o Sindicato dos Metalúrgicos e o Sindicato dos Têxteis de Joinville a autora analisou as formas pelas quais o trabalhismo varguista, como mecanismo ideológico-educativo de contenção e repressão da luta de classes, se difundiu no seio da classe operária de Joinville.

A relevância dos estudos sobre o sindicalismo metalúrgico no país, de um lado, e a ausência de pesquisas sobre o Sindicato de Joinville, de outro, me motivaram a iniciar meus estudos sobre esta entidade sindical, visando tornar sua história conhecida.

Natural de Joinville, cresci em meio ao ambiente industrial da cidade, observei ao longo dos anos o “mar azul” de trabalhadores uniformizados da maior Fundação da América Latina rumando, de bicicleta, para casa ou o trabalho. Durante a adolescência desenvolvi verdadeira paixão por metalurgia que, somada às preocupações políticas e teóricas sobre trabalho, afloraram o desejo de me dedicar ao estudo do trabalho, em especial, do sindicalismo, quando iniciei a definição do tema de monografia de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia.

O estudo do capitalismo, suas contradições e perversidades, no início na segunda década de vida, nas aulas ministradas por importantes professores de História e Filosofia do Ensino Médio, levaram ao entendimento de alguns conceitos – trabalho, modo de produção e ditadura civil-militar brasileira – e da abordagem teórica crítica/marxista. Percebi ainda jovem que poderia encontrar reflexões e respostas nos escritos de Marx e de marxistas. Apesar da incerteza sobre uma carreira para a vida e o grande apreço pelas Ciências Exatas e da Saúde optei, quando o momento exigiu, por ingressar no curso de Ciências Sociais. Minha certeza era desenvolver pesquisas sobre minha inquietação: o capitalismo e o trabalho neste modo de produção.

Tão logo me senti menos despreparada, entrei em contato com minha atual orientadora para me acompanhar nos estudos, professora Patrícia Trópia, e lhe expliquei sobre minha ambição, estudar o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, alertando-a para o meu completo desconhecimento teórico sobre sindicalismo e minha pretensão em iniciar a vida de pesquisa com uma Iniciação Científica.

Submetemos um projeto de Iniciação Científica e iniciamos a pesquisa investigando a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville e a sua atuação durante o primeiro governo Dilma Rousseff.

Descobrimos, ainda durante a elaboração do projeto, a enorme lacuna existente sobre este Sindicato na bibliografia. Prevíamos então a necessidade de investigar a história desta entidade sindical, em virtude da escassez de materiais divulgados sobre o assunto, o que fez com que a pesquisa histórica fosse desenvolvida como parte de nossa metodologia.

Esta monografia é, então, resultado de meus estudos e pesquisas ao longo dos sete períodos cursados no curso de Ciências Sociais e dezoito meses de Iniciação Científica.

O tema deste trabalho é atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville nas últimas décadas, mais precisamente durante o primeiro governo Dilma Rousseff. Nossos objetivos são analisar: o desenvolvimento industrial e a constituição da classe operária de Joinville; a trajetória histórica do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville; e a atuação e o

posicionamento político do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville diante do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014).

Para realizar esta pesquisa utilizamos como metodologia: análise bibliográfica, pesquisa em bases dados e trabalho de campo.

Para levantamento de dados econômicos, de produção industrial e de financiamento estatal em indústrias joinvilenses utilizamos as bases de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Realizamos também duas pesquisas de campo na cidade de Joinville, a primeira em abril de 2016 e a segunda em abril de 2017. Coletamos fontes primárias: documentos históricos, atas, fotografias, recortes de jornais, periódicos de circulação interna, elaborados pela burguesia para trabalhadores metalúrgicos, e, nos arquivos sindicais, materiais de divulgação do Sindicato e o jornal *Tribuna do Metalúrgico*. Reunimos informações predominantemente no Arquivo Histórico de Joinville, na Biblioteca Municipal da cidade e no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

Além do levantamento de fontes primárias, realizamos a coleta de dados a partir de entrevistas. Realizamos oito entrevistas. Foram entrevistados:

1. Luiz Carvalho, presidente do Sindicato entre 1982 e 1994;
2. Adolfo Constâncio, presidente do Sindicato entre 1995 e 1998 e membro da diretoria até 2008;
3. Sebastião Souza, presidente do Sindicato entre 2008 e 2016;
4. Adilson Mariano, militante cutista e vereador pelo Partido dos Trabalhadores;
5. Carlito Merss, prefeito de Joinville entre 2009 e 2012 pelo Partido dos Trabalhadores;
6. Luiz Fachini, militante católico da Teologia da Libertação e fundador do Partido dos Trabalhadores na cidade;
7. Júlio Serpa, ex-metalúrgico e militante de esquerda; e
8. Valmir “Capim” Neitsch, militante católico da Teologia da Libertação e fundador do Partido dos Trabalhadores na cidade.

Para análise das negociações, realizamos levantamento de jornais locais com publicação entre 2011 e 2014 e as Convenções Coletivas de Trabalho, entre 2010 e 2016, cedidas pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

De maneira sistemática, esta monografia está estruturada em quatro capítulos e conclusão.

No primeiro capítulo, analisamos a estrutura sindical brasileira, suas funções e efeitos, e a relação entre sindicatos e partidos políticos. No segundo capítulo, discutimos o sindicalismo metalúrgico no Brasil, a partir da bibliografia disponível, visando destacar seu protagonismo e características.

No terceiro capítulo, analisamos o desenvolvimento industrial, a constituição da classe operária de Joinville e a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, destacando a influência do peleguismo, as mudanças nas orientações de suas lideranças até a filiação à CUT, a aliança com o Partido dos Trabalhadores e o papel da Teologia da Libertação para a formação de oposições sindicais na década de 1980.

Finalmente, no quarto capítulo, analisamos a atuação do Sindicato no período recente, destacadamente a situação da burguesia joinvilense, a organização da base metalúrgica e o posicionamento político do Sindicato dos Metalúrgicos frente ao governo Dilma Rousseff. Concluimos refletindo sobre a relação entre partidos políticos e sindicatos, em especial no caso do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

1

Sindicalismo e Política

O tema deste capítulo é a estrutura sindical brasileira e as relações entre entidades sindicais e partidos políticos. A análise da estrutura sindical e, em particular, da relação entre sindicatos e partido é fundamental para discutirmos a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville. A estrutura sindical é o “campo” legal, político e ideológico dentro do qual os Sindicatos no Brasil, e os metalúrgicos de Joinville em particular, desenvolvem suas ações. Por sua vez, embora esta estrutura tenda a “isolar” os sindicatos à luta corporativa, fragmentada e economicista, a dinâmica história e política levará alguns sindicatos no Brasil, a partir dos anos de 1980, a construir articulações mais amplas, com a criação das centrais e partidos políticos. Este é o caso de nosso objeto de pesquisa pois não é possível compreender a trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville sem analisar o papel da CUT e do Partido dos Trabalhadores.

Neste sentido, dividiremos este capítulo em duas partes. Na primeira, procuraremos apresentar brevemente o modelo de estrutura sindical brasileira e suas implicações. Na segunda parte, discutiremos os vínculos/as relações entre sindicatos e partidos políticos.

1.1. A estrutura sindical brasileira

Durante a era Vargas (1930-1945), mudanças significativas ocorreram no movimento operário, pois o Estado passou a regular o mercado da força de trabalho, com a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT, bem como passou a tutelar as relações sindicais, ao implementar um modelo de sindicalismo, denominado por Boito Jr. de *sindicalismo de Estado*.

O governo Vargas mostrou-se um governo de coalizão de classes, em que o presidente difundia a ideia de uma convivência harmônica entre trabalhadores e burgueses, ao afirmar que o Estado não reconhece a luta de classes. Tal ideologia, por um lado, incentivou o

desenvolvimento de indústrias - e, por conseguinte, a exploração capitalista -, e por outro, apresentou-se como inventor da legislação social (IANNI, 1991; 2004), o que marcaria o regime como populista. Segundo Antunes (2006, p.85)

[...] o Getulismo demonstrou enorme competência ao captar algumas das principais reivindicações dos trabalhadores urbanos, reelaborá-las e devolvê-las como uma *dádiva do Estado*. Getúlio as apresentava como um presente para as massas, como uma antecipação, *como um pai que doa para seu povo algumas de suas principais reivindicações*. Este foi o centro da arquitetura getulista, necessária para manter o seu projeto nacionalista, estatal e industrial. (grifos do autor).

O núcleo das políticas de legislação social era composto por quatro frentes, segundo Mattos (2003, p.11-12):

- a) a legislação previdenciária [...];
- b) as leis trabalhistas propriamente ditas, que regulavam jornadas de trabalho, férias, descansos semanais remunerados, pisos salariais, etc.;
- c) a legislação sindical, que instituiu o modelo do sindicato único por categoria e região [...], a estrutura vertical por categorias [...], e a tutela do Ministério do Trabalho sobre as entidades sindicais, com o poder de fiscalização das atividades e de intervenção nas direções;
- d) as leis que instituíram a Justiça do Trabalho, encarregada de arbitrar os conflitos de natureza trabalhista.

Vargas instituiu, então, um sindicalismo de Estado no país, a partir de 1931, caracterizado por uma estrutura sindical que vinculava a representação, a organização e as lutas sindicais à burocracia estatal (BOITO Jr., 1991a). Assim, a função política desta estrutura é manter a ação sindical e a luta dos trabalhadores sob controle do aparelho de Estado e, neste sentido, garantindo os interesses da burguesia.

A primeira das medidas para a criação de tal estrutura foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o MTIC. Foi a partir deste Ministério que o novo modelo de sindicalismo foi difundido. Discursando sobre o objetivo da legislação sindical para os sindicatos, Vargas afirmou, em 1931, que estes “em vez de atuarem como força negativa, hostis ao poder público, se tornassem, na vida social, elemento proveitoso de cooperação no mecanismo dirigente do Estado.” (MATTOS, 2003, p.13).

O governo Vargas, neste período, com a criação de sindicatos tutelados pelo Estado, instituiu uma força de controle altamente repressiva sobre os trabalhadores, e aniquilou a possibilidade de existência de sindicatos autônomos. Os sindicatos deveriam ser oficializados e tutelados, além de prestar contas ao MTIC - o que explicita uma forma de fragmentação,

repressão, controle e abafamento do movimento operário. O reconhecimento estatal dos sindicatos instituíra nos seguintes aspectos:

- a) estatuto-padrão (portanto para todos os sindicatos);
- b) controle de suas finanças pelo Ministério do Trabalho;
- c) exigência de atestado ideológico para seus diretores;
- d) proibição de propaganda e atividade político-ideológica;
- e) direito de intervenção do Estado;
- f) o sindicato passa a ser um órgão de colaboração com o Estado. (ROSSI, GERAB, 2009, p.35)

Assim, “Embora o sindicalismo não seja proibido [...] ele só pode ser exercido no interior de um sistema que nega a liberdade de organização e autonomia sindical diante do Estado.” (BOITO Jr., 2005, p.48).

Para além da obrigatoriedade de reconhecimento pelo Estado, outros dois aspectos caracterizam o sindicalismo de Estado: a unicidade sindical e o imposto sindical, que são o que Azis Simão chamou de *investidura sindical* (SIMÃO, 1981). Tais características são a égide do sindicalismo de Estado, sem as quais não existe estrutura sindical (BOITO Jr., 1991a).

A unicidade sindical refere-se ao sindicato único defendido por lei, ou seja, “é o *monopólio legal* da representação sindical concedido, pelo Estado, ao sindicato oficial.” (BOITO Jr., 1991a, p.28, destaques do autor). Tal tipo de representação é incompatível com autonomia, pois quando se assume um modelo de sindicalismo que adota a representação única por base territorial excluem-se a possibilidade de autonomia real e de liberdade de organização dos sindicatos.

Já o segundo aspecto da *investidura sindical*, as contribuições sindicais obrigatórias por lei, correspondem ao imposto sindical e à taxa assistencial. O imposto sindical foi criado por Vargas em 1937 e a taxa assistencial criada por Castello Branco (1964-1967) durante o regime civil-militar no país (BOITO Jr., 1991a). A contribuição sindical obrigatória representa na prática mais uma forma de dependência dos sindicatos em relação do Estado, isto porque as receitas dos sindicatos derivam diretamente do imposto, que é cobrado de todo trabalhador, independente de filiação ou não, e repassado pelas empresas ao Estado, o qual, por sua vez, repassa tais recursos aos sindicatos, federações e confederações. Vê-se, portanto, que os sindicatos ficam assim dependentes do repasse estatal das contribuições (recursos financeiros) para se manter.

A representatividade e os recursos financeiros, mantendo-se outorgados pelo Estado, desarticulam e fragmentam a luta de classes, pois criam um aparelho sindical integrado e organizado pelo Estado e apartado de seus representáveis, os trabalhadores.

Os sindicatos acabaram por reproduzir a estrutura sindical, apoiando toda a investidura sindical. Por este motivo, a partir do período Vargas, a maioria dos trabalhadores, que se encontravam à frente desses sindicatos, era chamada de pelega e seus sindicatos de ministerialistas e amarelos¹.

Segundo Boito Jr. (1991a, 2005), a estrutura sindical brasileira é sustentada por uma ideologia populista e o motivo pelo qual tal estrutura ainda vigora século XXI é a persistência desta ideologia no seio da sociedade. A ideologia do populismo sindical levaria os trabalhadores e sindicalistas a um apego a esta estrutura. Em que consiste a ideologia do populismo sindical?

A ideologia populista justifica a estrutura sindical, na medida em que apresenta o Estado como protetor dos trabalhadores, levando à acomodação e à passividade política. “O populismo é um tipo particular de fetiche do Estado burguês: concebe o Estado como uma entidade acima das classes e em condições de implementar, por sua vontade livre e soberana, uma política de proteção aos trabalhadores contra a exploração capitalista.” (BOITO Jr., 2005, p. 56).

As características da forma de condução de Vargas se mantiveram durante todos os seus governos (1930-1945 e 1951-1954). Por sua vez, os pilares da estrutura sindical persistem até os dias atuais, embora a Constituição de 1988 tenha alterado alguns aspectos, como a alteração da Carta Sindical para Registro Sindical² e a transferência do Ministério do Trabalho para o Poder Judiciário da função de reconhecer qual a entidade sindical oficialmente representa tal categoria em uma base territorial.

¹ O chamado sindicalista pelego é uma expressão referente a nomenclatura utilizada por sindicalistas combativos para designar sindicalistas pouco adeptos à luta entre trabalhadores e capitalistas. Como destaca TRÓPIA (2009, p.15) “A análise estrutural do sindicalismo brasileiro compreende que o pelego não é um mero oportunista ou agente infiltrado entre as lideranças para fazer valer os interesses do patronato. [...] Dada a estrutura e a natureza do sindicalismo oficial, [...] desde a sua origem, surgiu a possibilidade de formação de sindicatos sem nenhuma ou pouca representação junto aos trabalhadores, que sobreviviam às custas das contribuições compulsórias, que faziam de sua prática não uma prática reivindicativa, mas sim prática voltada, quando muito, para a prestação de serviços assistenciais.”

² Apesar de parte da bibliografia afirmar que desde a Constituição de 1988 a estrutura sindical foi extinta, ou que foram extintas suas características centrais, nós divergimos e concordamos com Boito JR.. (2005, p. 49), pois entendemos “[...] que a estrutura sindical continua em pé e, em grande parte, graças ao apego da maioria dos sindicalistas a essa estrutura.”. Tal autor afirma que a estrutura sindical se mantém, pois a ideologia populista se manteve, e ambas “continuam produzindo efeitos políticos desorganizadores sobre o movimento operário e popular no Brasil.”.

Na prática um único sindicato continua sendo reconhecido pelo Estado por categoria profissional e por base territorial e deve pedir seu reconhecimento ao Poder Judiciário (não mais ao Ministério do Trabalho) para ter a possibilidade de atuar enquanto entidade sindical.

Esse Poder [o Poder Judiciário] tem condições, dessa maneira, de aglutinar mandatos ou desmembrar as bases dos sindicatos oficiais, cassar mandatos e destruir direções sindicais, como tem de fato acontecido de modo corrente em todo o país. Não há mais bloqueio de contas bancárias dos sindicatos oficiais pelo Ministério do Trabalho, como medida punitiva contra um sindicato que realize greves. Mas os impostos e taxas sindicais obrigatórios por lei, que pesam sobre os trabalhadores sindicalizados ou não, e que permitem a ingerência do Estado nas contas sindicais, seguem existindo. Logo, a possibilidade de o Poder Judiciário intervir nas contas dos sindicatos está sempre presente. (BOITO Jr., 2005, p.51)

Durante o período de ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) os sindicatos estiveram sob controle constante dos governos militares: “A grande maioria das diretorias dos sindicatos oficiais era pelega, isto é, governista. As poucas direções que ousavam confrontar a política governamental eram exemplarmente depostas.” (BOITO Jr., 1991b, p.46). Para manter este controle os governos militares impuseram uma disciplina: controle sobre o estatuto padrão da entidade, as eleições, as finanças, a não permissão de negociação salarial e de condições de trabalho.

Com o padrão de disciplina dos governos militares incidindo nas entidades sindicais,

A principal – e praticamente única – atividade dos milhares de sindicatos oficiais no período 1968-1978 consistiu em implantar ou expandir grande e dispendiosos serviços assistenciais – serviços médico, odontológico, laboratoriais, jurídico, colônia de férias, bolsas de estudo, cooperativas de consumo, etc. – convertendo-se, esses sindicatos em espécie de agências da Previdência Social. (BOITO Jr., 1991b, p.47).

A estrutura sindical produz, então, efeitos políticos, pois “[...] modela a luta sindical dos trabalhadores e a coloca sob hegemonia burguesa graças a mecanismos mais complexos e sutis do que leis e decretos proibindo esse ou aquele tipo de ação sindical.” (BOITO Jr., 2005, p.59).

Os efeitos da estrutura sindical variam conforme a conjuntura, pois o Estado que outorga a representação sindical determina, com maior ou menor rigor e flexibilidade, qual controle aplicará sobre os sindicatos oficiais. Durante regimes militares o controle realizado pelo Estado é realizado com maior rigidez, inibindo ações reivindicatórias, caracterizando deste modo, a intensidade de controle como um efeito da estrutura. (BOITO Jr., 1991b).

Os efeitos da estrutura são a fragmentação da organização sindical, o corporativismo, a burocratização sindical, a destituição de diretorias, o controle sobre as finanças, o estatuto padrão, o assistencialismo e o peleguismo (BOITO Jr., 1991a). Tais efeitos variam conforme a conjuntura “[...] de acordo com o regime político, a composição do bloco no poder, a situação do movimento operário e popular, enfim, de acordo com a correlação política de formas entre as classes sociais.” (BOITO Jr., 1991a, p.39).

A fragmentação do movimento sindical como efeito da estrutura sindical ocorre com a criação de milhares de sindicatos divididos em categorias que eram anteriormente únicas. Outro fator de fragmentação é a permissão de existência de sindicatos “de carimbo”, cuja atuação é afastada dos interesses da categoria (TRÓPIA, 2009).

O corporativismo sindical é uma tendência à luta por categoria, fechada em si mesma, reivindicando questões específicas e não gerais frustrando tentativas de organização de um movimento operário, ou de trabalhadores em geral, cujo principal efeito talvez seja a tardia criação de centrais.

A burocratização sindical significa o afastamento da diretoria sindical da base e a utilização do mandato e da estabilidade para obtenção de vantagens pessoais, além da falta de democracia e acesso dos trabalhadores à entidade. Essa situação é fruto da estrutura sindical e da pressão do sistema capitalista, e afeta o movimento sindical em geral.

O modelo de sindicalismo oficial impacta, por sua vez, na relação entre sindicatos e partidos e, conseqüentemente, no movimento operário.

A organização sindical moderna é produto das relações capitalistas de produção, uma invenção do movimento operário para enfrentar como classe, coletivamente, a exploração da sua força de trabalho. Os sindicatos são fruto da luta dos trabalhadores pela conquista de diferentes direitos: por melhores condições de trabalho e de vida, mas também pelo direito de associação e participação política.

Para sair da condição de movimento espontâneo e “clandestino”, o movimento operário inglês, por exemplo, precisou lutar pelo direito de se organizar e associar livremente.

A partir das conquistas e lutas na Inglaterra pelo direito à livre associação, as organizações sindicais passaram a funcionar de modo minimamente regular: os operários elegiam um presidente, um secretário, os quais eram remunerados com recursos advindos das contribuições dos próprios trabalhadores, recolhidas por um comitê.

Embora a lei de 1824 tenha assegurado aos operários o direito de se organizarem em sindicatos, ela também impôs limites à sua atuação. Uma das mais importantes era a obrigação de comunicar aos patrões com antecedência a decisão de realizar uma paralisação

do trabalho ou uma greve. Trata-se de uma forma de controlar as ações de resistência e luta do operariado.

No Brasil, a estrutura sindical impõe veto à articulação entre sindicatos e partidos políticos, “Inclusive no plano da legislação eleitoral, é vetado aos sindicatos e às centrais o apoio financeiro explícito e direto a qualquer candidatura a cargos eletivos.”. Contudo, tanto na esfera do discurso quanto na prática da atuação sindical a proibição é contrariada (TRÓPIA, GALVÃO, MARCELINO, 2015, p.42).

O veto à organização partidária em sindicatos ocorre a partir da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, segundo a lei (BRASIL, 1946):

Art. 521 - São condições para o funcionamento do Sindicato: [...]
d) proibição de quaisquer atividades não compreendidas nas finalidades mencionadas no art. 511, inclusive as de caráter político-partidário; e)
proibição de cessão gratuita ou remunerada da respectiva sede a entidade de índole político-partidária.

A estrutura sindical brasileira regulamenta a existência de sindicatos, por base territorial, de federações estaduais e confederações nacionais, ou seja, que representariam nacionalmente todos os trabalhadores de uma mesma categoria de atividade. Tal estrutura, até 2008, não reconhecia a representação de centrais sindicais.

Embora o movimento operário tenha tentado criar algumas centrais sindicais até a ditadura militar, foi apenas a partir dos anos de 1980, que as primeiras centrais sindicais, ainda que ilegais, ganham legitimidade³. Com o surgimento da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1982, o sindicalismo brasileiro foi sendo transformado – entretanto a estrutura sindical, com base na investidura sindical, se manteve praticamente, como vimos, inalterada.

Os impedimentos, intervenções e bloqueios ocorridos no período dos governos militares deixaram de ocorrer. Os governos não mais atuaram de forma punitiva contra os sindicatos, não bloquearam fundos financeiros, as greves não foram proibidas e as diretorias não foram destituídas. A partir do ano de 2008, com a Lei de Reconhecimento das Centrais,

³ Em 1906 foi criada a Confederação Operária Brasileira (COB), no Primeiro Congresso Operário Brasileiro. Em 1929, Confederação Geral dos Trabalhadores. E em 1934 a Confederação Sindical Unitária do Brasil. Tais Confederações foram reprimidas durante o Estado Novo.

Em 1945 foi criado o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT). Em 1946, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), que foi fechada durante o governo Dutra e rearticulada nos anos 1950 com o nome de Pacto de Unidade Intersindical (PUI), posteriormente passou a se chamar Pacto de Unidade e Ação (PUA).

Em 1962 foi acriado o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), fechado durante o regime militar. (COSTA, 1995).

entidades nacionais passaram a ser oficialmente reconhecidas, passando a organizar e representar trabalhadores⁴. Quanto às diretorias pelegas, algumas delas passaram a ser substituídas a partir dos anos 1980, por outras mais agressivas no plano da luta reivindicativa.

A retomada de greves entre 1978-1980, a criação da CUT, a abolição do estatuto padrão, do controle sobre os pleitos e da prática de depor diretorias contrárias ao regime, bem como a promulgação da Constituição de 1988, caracterizam uma reforma no sindicalismo brasileiro, ainda que não a superação do Sindicalismo de Estado.

Segundo Boito Jr., a reforma do sindicalismo brasileiro após a Constituição de 1988, contudo, não significou uma ruptura com o sindicalismo oficial, pois

[...] a implantação de um novo modelo de tutela do sindicato oficial pelo Estado. O modelo ditatorial, no qual o governo, através do Ministério do Trabalho, controlava de modo direto e ostensivo os sindicatos oficiais, foi substituído por um modelo mais liberal, onde o controle é feito pelo Poder Judiciário. [...]. Na verdade, até 1984 podia-se falar num sindicalismo de Estado que era, também, um sindicalismo de governo. As reformas sob a gestão de Pazzianotto e as alterações promovidas pela Constituição de 1988 implantaram um sindicalismo de Estado ‘tout court’, isto é, um sindicato integrado ao Estado e dependente dele, ainda que não diretamente controlado pelo Poder Executivo. (BOITO Jr., 2005, p. 52).

O que mudou no que diz respeito ao corporativismo, à fragmentação e veto à vinculação entre sindicatos e partidos?

1.2 Sindicatos e partidos políticos

Um dos efeitos políticos principais da estrutura sindical oficial no Brasil é circunscrever a luta sindical ao âmbito estritamente corporativista e reformista. Todavia, embora seja uma luta econômica, o sindicalismo, nas palavras de Lenin, tem potencialidade para a luta política revolucionária.

Segundo Alves (2003) haveria uma dupla dimensão nos escritos de Marx e Engels sobre os sindicatos e o sindicalismo. De início os textos evidenciam uma contradição real, caracterizada de um lado pelo reconhecimento pleno dos limites do sindicalismo diante do

⁴ “O partido político é responsabilizado solidariamente pelos atos praticados por seus candidatos e adeptos, a teor do art. 241 do Código Eleitoral, quanto à prática da propaganda eleitoral. A sede de sindidato, embora propriedade privada, para efeitos eleitorais é considerado bem de uso comum, sujeitando-se, portanto, ao disposto no art. 37 da Lei nº 9504/97. Propaganda eleitoral ali praticada é considerada irregular, sujeitando-se à pena pecuniária do § 1º do mesmo dispositivo legal.” Disponível em: <https://tremms.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3844313/recurso-eleitoral-re-326-ms>

movimento do capital e, de outro, a defesa intransigente do valor dos sindicatos e das lutas operárias de caráter econômico.

As elaborações de Marx e Engels sobre os sindicatos ganham relevância quando apreendidas como parte da sua teoria da sociedade capitalista, tendo em vista a sua superação. O propósito de todas as organizações de classe criadas pelo proletariado deveria ser: contribuir para a sua auto emancipação e, conseqüentemente, de toda a humanidade.

Para Marx o papel político dos sindicatos deveria ser abarcar a totalidade da luta da classe operária pela sua auto emancipação, ultrapassando os limites da ação com objetivos imediatos e restritos aos interesses de uma categoria. Trata-se de uma concepção classista revolucionária e não corporativa reformista.

A visão que Marx tinha dos sindicatos refletia na sua posição em relação às greves, geralmente deflagradas por reivindicações de caráter econômico ou por direitos que não alteravam a condição das classes exploradas na relação com as classes exploradoras.

Para Lenin os sindicatos são uma escola política do proletariado e um mecanismo de transmissão dos partidos políticos. Em oposição aos “economistas”, que defendiam a priorização da luta operária por aumentos salariais e demais reivindicações de caráter econômico, Lenin afirmava que os revolucionários socialdemocratas deveriam dirigir a luta operária para a destruição do modo de produção capitalista, e não somente para questões econômicas - o que significa superar o economicismo ou “tradeunionismo” e orientar o movimento operário para a conquista do poder político, isto é, o Estado.

Segundo Lenin, a organização dos operários deveria ser “em primeiro lugar, sindical”, (entendendo como sindicato a organização que busca obter conquistas imediatas, econômicas, como aumentos salariais), em segundo lugar, “a mais extensa possível” e, em terceiro lugar, “o menos clandestina possível”.

Já a organização dos “revolucionários profissionais” deveria “englobar antes e acima de tudo pessoas cuja profissão seja a atividade revolucionária”, isto é, atividade “política”.

Da perspectiva vanguardista de Lenin, caberia ao partido proletário organizar e dirigir a “agitação política” e a revolução, assim como a própria “luta sindical”.

Segundo Antunes (1982, p.28), Lenin importa responsabilidade a um partido político o caráter de ‘produtor e produto do movimento revolucionário’. Isso porque o movimento operário não teria condições, sozinho, de criar consciência de classe, “Uma situação de crise econômica não implica necessariamente uma situação de crise revolucionária; *ou melhor, essa transformação requer a participação ativa do sujeito revolucionário, transformando a crise capitalista numa crise contra o Estado capitalista.*” (ANTUNES, 1982, p.28, grifos do autor).

O partido político, então, atuaria para superar a espontaneidade e alcançar a visada consciência de classe.

O partido político, segundo Lenin, permite ao movimento operário compreender o antagonismo da relação capital trabalho, das relações sociais de produção e o antagonismo estrutural (aspectos econômicos, sociais, políticos) da sociedade dividida em classes. O partido elaboraria uma teoria científica revolucionária que se funde com o movimento operário, acrescentando (com mediação) consciência de classe para o meio operário⁵. (ANTUNES, 1982).

Tratava-se de acrescentar luta política revolucionária à luta econômica, pois, sem a primeira, o resultado é uma manutenção da ideologia burguesa, um reformismo. (ANTUNES, 1982).

Apesar dos efeitos da estrutura sindical brasileira, do veto ao apoio de sindicatos a partidos políticos, a história do sindicalismo brasileiro mostra que, em determinadas conjunturas, a superação da luta corporativa e meramente reformista foi fundamental.

A despeito da repressão sofrida por trabalhadores e pelo movimento sindical durante a ditadura civil-militar brasileira, esta gerou combustível político para a deflagração de greves nos anos de 1978-80. Setores de esquerda dentro do movimento operário e sindical, neste período, levaram à criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e, conseqüentemente, das principais correntes do sindicalismo brasileiro.

Com o “novo sindicalismo”, o movimento sindical brasileiro adquiriu papel de força política (MENEGUELLO, 1989). Mas, segundo Meneguello (1989), a diferença do nível organizacional do movimento sindical no final dos anos 1970, entre os sindicatos da indústria e os de classe média, foi a criação de uma nova estratégia de ação para a luta do “novo sindicalismo”. Que estratégia foi essa? A estratégia tomada foi no âmbito político-partidário. No final dos anos 1970 o sistema partidário brasileiro passava por mudanças com a reforma dos partidos políticos de 1979, permitindo a criação de novos partidos, entre os quais o Partido dos Trabalhadores.

⁵ “Pautando sua atuação na busca da razão dialética, o partido cria as condições para que a classe operária atinja a sua consciência de classe plena, verdadeira. Daí Lenin conceber a vanguarda como organizadora da teoria socialista que se *funde* com o movimento operário. Neste sentido, a consciência política da classe operária vem de fora da luta econômica, de fora das relações diretas entre patrões e empregados, através dos intelectuais revolucionários portadores do conhecimento e da compreensão global do processo de produção. A consciência socialista, diá Lenin, não pode surgir senão com base em profundos conhecimentos científicos. A consciência socialista será levada para o proletariado *de fora da luta econômica*, de fora das relações diretas de trabalho, e será condição necessária para a superação da ação imediata, espontânea, trazendo a esta uma formulação abrangente que mostre com clareza os vários momentos do antagonismo entre as classes, o que implica uma formulação científica da realidade, impossível de ser adquirida na sua plenitude dentro da fábrica, no mundo hostil do trabalho.” (ANTUNES, 1982, p.29, grifos do autor).

Desde 1978 coexistiam três tendências políticas de importância dentro do movimento sindical. O primeiro grupo, chamado ‘oposições sindicais’, era formado por militantes católicos (Pastoral Operária) e grupos de esquerda, críticos à estrutura sindical. O segundo, a tendência denominada ‘unidade sindical’, ligada ao Partido Comunista Brasileiro e à esquerda marxista ortodoxa. Seus integrantes estavam ligados ao partido MDB, que em 1979 foi rebatizado para PMDB. E o terceiro grupo, o chamado “novo sindicalismo”, que embora tenha sido construído dentro dos sindicatos oficiais, caracterizava-se pela defesa da proposição da transformação completa da estrutura sindical e do sistema trabalhista. Parte dos integrantes deste grupo dirigiram-se para a organização do PT em 1979.

O grupo ‘unidade sindical’ e o “novo sindicalismo” foram as duas maiores tendências e marcaram o movimento sindical com uma polarização. Ambos tinham forças políticas, mas o grupo “novo sindicalismo” “[...] salientou-se por colocar novos temas para a luta sindical, redimensionando o papel dos sindicatos e da classe trabalhadora no processo de democratização do sistema político.” (MENEGUELLO, 1989, p. 49).

De acordo com Leôncio Martins Rodrigues (2009), a polarização gerada por divergências entre os grupos existia com relação à natureza do partido, se este seria marxista e/ou leninista.

A transformação ocorrida dentro do movimento sindical com o “novo sindicalismo” se deu com a ampliação do interesse dos sindicatos de um patamar estritamente econômico, centrado na relação entre capital e trabalho, para a arena político partidária, pois, enquanto sindicatos, perceberam não serem “[...] suficientemente homogêneo[s] para obter[em] uma efetiva aglutinação de interesses.” (MENEGUELLO, 1989, p. 50).

Assim, segundo a tese de Meneguello, nascido no movimento sindical, foi criado um partido político que aglutinou parte de segmentos reivindicativos para dentro da arena partidária: o Partido dos Trabalhadores, com propostas de ser de um partido de trabalhadores.

Erigida fundamentalmente sobre os novos rumos que o movimento sindical escolhera, a organização do Partido dos Trabalhadores definiu-se como resultado da confluência de forças coletivas mobilizadas em torno da proposta de inserção no mercado político. Grosso modo, tais grupos compreendiam parte do operariado ligado ao parque industrial mais moderno, uma ampla gama de categorias de trabalhadores urbanos e boa parte do conjunto de novos movimentos sociais e setores da intelectualidade. (MENEGUELLO, 1989, p.42)

Nas palavras de Leôncio Martins Rodrigues (2009, p.1), na criação, o Partido dos Trabalhadores seria a “[...] expressão mais pura da sociedade civil na sua luta contra o

autoritarismo de um Estado dominado pelos militares e de uma sociedade capitalista”. Além do movimento sindical, fez parte da criação do partido a Igreja Católica, com as Comunidades Eclesiais de Base, a Pastoral Operária e as ‘oposições sindicais’.

Na ótica de Leôncio Martins Rodrigues (1991), o então inédito vínculo entre sindicalismo, movimentos sociais e a Igreja Católica, na ocasião do Encontro de ‘João Monlevade (MG)’, em fevereiro de 1980, explicita a aproximação dos sindicalistas que se autoproclamavam ‘autênticos’ com movimentos sociais e com membros da Igreja Católica, que nos anos seguintes participariam do Partido dos Trabalhadores. “A maior parte dos que estiveram presentes iria participar da formação do PT e ocupar posições relevantes nesse partido e na política brasileira.” (RODRIGUES, L. M., 1991, p.18).

Para Leôncio Martins Rodrigues (1991, p.26), a articulação política que ocasionou na formação do PT foi originária de três facções, “[...] 1. Do grupo de sindicalistas ligados às oposições sindicais e à Igreja católica; 2. Das facções mais radicais, de formação marxista; 3. Dos sindicalistas liderados por Lula.”. Segundo o autor, houve uma “partidarização” do sindicalismo brasileiro nos anos 1980 (RODRIGUES, L.M., 1991, p.42).

Além do interesse de participação na política eleitoral, a transformação ocorrida no movimento sindical no final da década de 1970, incluiu esforços de criação de organizações centrais de representação de trabalhadores. A ideia, desde o encontro de João Monlevade, era criar uma participação ‘orgânica’ dos movimentos populares, juntando movimentos sociais e sindicais, em que “[...] se esboça uma teoria da união dos movimentos populares urbanos e rurais com o sindicalismo na qual às organizações sindicais caberia o papel de vanguarda.” (RODRIGUES, L. M., 1991, p.22). Com esta ideia foi realizada, em 1981, a primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora⁶. Na ocasião decidiu-se formar uma Comissão Nacional Pró-CUT, para realizar as tarefas de preparar um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora em 1982, que criaria a CUT. Entretanto por divergências entre tendências na direção da comissão, o congresso não ocorreu (RODRIGUES, L. M. 1990).

O bloco de sindicalistas da tendência a favor da criação de uma Central Sindical convocou, em 1983, o I Congresso Nacional da Classe Trabalhadora e na ocasião foi acordada coletivamente a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) (RODRIGUES, L. M. 1990), que deveria ser “[...] independente dos patrões, do governo, dos partidos políticos e dos credos religiosos.”. Quanto ao estatuto provisório elaborado na ocasião: “[...] insistia em três

⁶ Tal conferência foi precedida por encontros estaduais de trabalhadores: O encontro de João Monlevade, o encontro de São Bernardo, o encontro de Vitória.

pontos importantes: a autonomia e liberdade sindical, a organização por ramo de atividade produtiva e a organização por local de trabalho.” (RODRIGUES, L.M., 1990, p.7).

Desde a criação, a CUT representou demandas de caráter trabalhista (como redução da jornada de trabalho, salário-desemprego, eliminação de horas extras, etc.) e outras de reformas sociais “mais radicais”, como reforma agrária, ocupação de fábricas, etc. (RODRIGUES, 1990).

A CUT buscava organizar e apoiar as oposições sindicais visando conquistar a direção dos sindicatos e implementar um modelo de sindicalismo de contestação e confronto.

A Constituição de 1988 representou uma vitória para o movimento sindical cutista, que lutou por mudanças na estrutura sindical vigente, obtendo algum êxito com a liberalização do controle do Estado sobre os sindicatos (BOITO Jr., 1994). Todavia, como assinalamos acima, os principais pilares da estrutura sindical não sofreram mudanças, como as cobranças de taxas sindicais obrigatórias e a unicidade sindical. Permaneceu também no plano legal a concepção de independência partidária e o veto ao vínculo entre partidos políticos e entidades sindicais.

Vejamos no próximo capítulo a especificidade dos metalúrgicos no interior do sindicalismo brasileiro antes de tratar o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

2

Os metalúrgicos no sindicalismo brasileiro

*E então veio 1985 e o sonho por liberdade voltou.
E por todas as ruas o povo gritava louco por Diretas Já.*

*Já era hora se fez o tempo, aqueles tempos foram escuros demais.
Toda a esperança vinha das ruas e não havia como perder.*

*Mas desta vez fomos logrados
por um colégio eleitoral,
transição segura fria e lenta
para os que estavam no poder.
E nosso sonho por saúde e educação
se foi
largado pra depois.*

*E os militares que esperávamos que um dia iriam pagar
continuam no poder.*

*Então veio 88,
foi determinado agora sim poderíamos votar/escolher.
Mas um ano depois percebemos o quão estávamos enfraquecidos.
Corações e mentes agora guiados (ordenados) por uma tela de TV.
Nossa vontade já não existia pois agíamos como zumbis.
Pagamos caro pela ilusão,
o moderninho nos enganou.
E enquanto retia nossa poupança
roubava mais que os ladrões.
E nosso sonho por um dia sermos iguais
se foi,
foi deixado pra depois.
E os corruptos que esperávamos que um dia iriam pagar
acabavam de se eleger.*

*Quando vieram os anos 90
e o caos e o cinza tomou conta de tudo.
Salvadores de pátria agora não iriam mais ajudar.
Não há mais culpados nem inocentes, agora todos irão pagar.
Mas na guerra sublimada aleijados e analfabetos ainda tentam modificar.*

Modificar. Dead Fish, Sonho Médio, 1999.

O objetivo central deste capítulo é fazer uma breve análise da trajetória do movimento sindical no Brasil, especialmente, dos metalúrgicos. Os metalúrgicos são protagonistas das mais importantes lutas no Brasil, constituem o baluarte das duas maiores centrais sindicais do País, CUT e Força Sindical. Ademais, a influência dos metalúrgicos do ABC, da CUT e do Partido dos Trabalhadores, é central na inflexão ocorrida no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville nos anos de 1980 e 1990. As práticas do “novo sindicalismo” e as orientações gestadas no ABC Paulista, as mudanças ocorridas na CUT a partir anos de 1990, sobretudo quando o PT chega ao governo Federal, a reestruturação produtiva e a dinâmica econômica nos ajudarão a compreender a especificidade da atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville no capítulo seguinte.

Os sindicatos nasceram no contexto da situação precária da classe trabalhadora urbana inglesa no século XVIII, quando estes trabalhadores passaram a buscar uma organização própria, além de melhores condições de saúde e recursos materiais, como moradia, reconhecimento de insalubridade, sociabilidade. Os sindicatos são então, a expressão organizativa do proletariado urbano e da solidariedade intraclases, com as associações de auxílio mútuo.

As associações de auxílio mútuo deram origem ao sindicalismo, pois a partir das coalisões operárias e da experimentação de práticas de solidariedade intraclases, os trabalhadores se colocaram em movimento e em organização. Este modelo de organização de trabalhadores não busca aporte estatal ou burguês.

A organização do movimento operário no final século XIX e início do XX, no Brasil, ocorreu fundamentalmente por meio de sindicatos anarquistas. O movimento operário era, a época, insipiente e isolado, diferentemente do que se via no continente europeu. Países como a França e a União Soviética já haviam passado pela Comuna de Paris e a greve geral de 1917 que levou a Revolução Russa. Já no Brasil, a formação de um Estado tipicamente capitalista, com o trabalho assalariado, iniciou-se com a abolição da escravatura em 1888 (Lei Áurea), e a partir deste movimento, iniciou-se a formação de um mercado de trabalho livre.

A classe trabalhadora após 1888 era composta por trabalhadores livres, libertos e imigrantes europeus, que juntos formavam o mercado de trabalho brasileiro.⁷ Os trabalhadores brasileiros deste período (até o início do XX) eram predominantemente trabalhadores rurais, reflexo de um país essencialmente agrário. A força de trabalho

⁷ Vale destacar o grande interesse da Inglaterra no trabalho livre, uma vez que detinha o monopólio da industrialização, o que trazia enorme vantagem na troca de mercadorias com a periferia (que exportava basicamente produtos primários) marcando essa Primeira Divisão Internacional do Trabalho (POCHMANN, 2012).

disponível a partir da segunda metade do século XIX se mostrou insuficiente às demandas da grande lavoura (sobretudo a partir de 1860): a agricultura de subsistência e a massa de desempregados urbanos não se mostrou dócil ao serviço nas grandes fazendas. A saída encontrada pelo governo imperial e pelos fazendeiros foi o estímulo da imigração europeia a partir de 1870 (FURTADO, 2007).

Os trabalhadores no meio urbano eram sapateiros, pedreiros, padeiros e de fábricas de produção de bens de consumo. De tal forma que a imigração, somada à crise europeia, foi uma solução para a formação de um contingente de força de trabalho apta para o trabalho em indústrias no Brasil.

Os imigrantes europeus, chegados no início do século XX para trabalhar em indústrias, trouxeram para o Brasil, além de sua força de trabalho, as *ideias vindas do Leste europeu* e toda a história de luta e organização do movimento operário europeu: trouxeram na bagagem as lutas do movimento revolucionário soviético e do movimento social democrata europeu (BIHR, 2010). Mas foram as ideias anarquistas as que tiveram maior influência no movimento operário até o final da Primeira República, embora as ideias comunistas também tenham tido importância. Tais experiências contribuíram para a formação, no Brasil, de formas variadas de associativismo de assalariados e eventos de luta coletiva, sobretudo de métodos de ação direta, tipicamente anarquistas, como auxílios em casos de doenças, invalidez, desemprego e pensões para viúvas (SIMÃO, 2012).

As greves, a agitação anarquista em torno da publicação de periódicos, a criação de escolas e variadas formas de expressão artística consistiam o repertório do movimento operário brasileiro até os anos de 1930. As principais lutas foram pela redução da jornada de trabalho, contra acidentes de trabalho e pela implantação de direitos trabalhistas mínimos. Fruto desta organização no início do século XX, aumentaram os eventos de luta e organização de sindicatos e associações de auxílio e socorro mútuos.

A partir da década de 1950, com a instalação de indústrias automobilísticas no Brasil, os metalúrgicos tiveram protagonismo no sindicalismo brasileiro, pois foram atores ativos nas mobilizações ocorridas no país. Neste período, Joinville inicia um processo de industrialização metal mecânica pesada, muito embora o Sindicato fosse, neste período, marcadamente pelego.

Durante a greve dos 300 mil, deflagrada em São Paulo (MOISÉS, 1977), na conjuntura de crise do populismo e que culmina no ano seguinte com o golpe de 1954, os metalúrgicos de São Paulo foram protagonistas. A greve dos 300 mil, comandada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), embora iniciada com uma assembleia geral de tecelões

(trabalhadores da indústria têxtil), ganhou a gradativa adesão de outras categorias, tais como metalúrgicos de São Paulo, madeireiros, gráficos e vidreiros. Embora não tenha conseguido alcançar todas as suas reivindicações, a greve teve conquistas salariais (aumento de 32%) e políticas importantes, como a indicação do trabalhista João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro) para o Ministério do Trabalho, o qual na condição de ministro elevaria em 100% o valor do salário mínimo. Por sua vez, a greve formou lideranças sindicais, como os metalúrgicos Remo Forlì, Conrado Del Papa, Henos Amorina e Eugenio Chemp, entre outros (CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL, s/d).

Em plena ditadura, mesmo com os principais sindicatos sob intervenção dos governos militares, no ano de 1968, os metalúrgicos quebraram o silêncio ao deflagrar as históricas greves de Osasco e Contagem. Em Contagem, a greve começou em abril numa seção da Companhia Belgo-Mineira e atingiu 1.200 operários. Até a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, que estava entre as mais ativas de Minas Gerais, foi pega de surpresa. Já em Osasco, as greves de 1968 mobilizaram 6.000 grevistas. A resposta aos dois movimentos foi a repressão: dirigentes sindicais foram presos, torturados e alguns desaparecidos. Neste período, quando veremos no próximo capítulo, Joinville se torna cidade industrial estratégica para os militares e o Sindicato dos Metalúrgicos atua como um típico sindicato governista e apoio dos militares.

No final dos anos de 1970, o Brasil foi sacudido pela maior onda grevista de sua história. No topo desta onda, liderando as greves, dando o tom das reivindicações, rompendo o silêncio e o isolamento do movimento sindical, encontravam-se os metalúrgicos do ABC Paulista, região que, desde 1950, havia se tornado centro da moderna indústria automobilística, onde se situavam as principais montadoras e indústrias de autopeças do país. Ali, as assembleias metalúrgicas chegavam a reunir mais de 100 mil operários metalúrgicos. Muitas delas, em função do volume de militantes, eram abrigadas no estádio de futebol da Vila Euclides, localizado no centro de São Bernardo do Campo. Greves, passeatas, enfrentamentos com a polícia e com o exército tornaram-se recorrentes.

A força do sindicalismo metalúrgico se evidencia, também, pela emergência da liderança popular, Luiz Inácio Lula da Silva, que disputou desde os anos de 1980 várias eleições, tornando-se presidente da República pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2003.

O entendimento do papel do sindicalismo metalúrgico tanto no movimento sindical mais geral quanto nas conjunturas histórico-políticas no país é fundamental na medida em que os metalúrgicos têm sido historicamente protagonistas na luta operária. Foi o protagonismo dos metalúrgicos no chamado “novo sindicalismo”, ao criticar a estrutura sindical oficial,

realizar greves de massa e enfrentar a intervenção dos governos militares, que levou à construção das duas maiores Centrais Sindicais brasileiras: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força Sindical; à formação do Partido dos Trabalhadores (PT), e contribuição à campanha histórica das Diretas Já, no final do período de ditadura civil-militar no Brasil, e à Constituinte (1987-1988).

Daquelas mobilizações do final dos anos 1970 nasceu o chamado “novo sindicalismo”, “E este, por seu impacto e importância nacionais, tornou-se referência obrigatória para qualquer reflexão sobre o movimento sindical não somente do ABC paulista, mas no Brasil.” (PRAUN, 2012, p.109).

A corrente do “novo sindicalismo” lutava por reformas no sistema capitalista e adotava um sindicalismo combativo e reivindicativo. Antes mesmo de criar a CUT, a mesma frente composta por líderes operários, intelectuais e políticos de esquerda fundaria o Partido dos Trabalhadores, em 1982 (BOITO, Jr., 1994) e “Desde então, a história do CUT se confunde com a história do próprio PT, não sendo exagero afirmar que este último tem o sindicalismo metalúrgico como uma de suas principais bases de formação de quadros partidários” (SOUZA e TRÓPIA, 2012, p.16). Segundo Duarte (2015, p.23) “Da fisionomia organizativa do partido, passando pelas composições e formações de tendências internas, formulação da estratégia política da construção partidária, foram dimensões claramente influenciadas pelo movimento sindical”.

O “novo sindicalismo” é uma corrente sindical crítica da estrutural sindical oficial e do peleguismo. Ademais, o “novo sindicalismo” buscava se articular aos movimentos sociais e populares e a defender amplamente a democratização tanto das relações de trabalho quanto do próprio sindicalismo. De acordo com Souza (2012, p.58),

Em síntese, o sindicalismo combativo pode ser definido por seu caráter classista, estruturado com base em um discurso de antagonismo de classe e enfrentamento com os patrões feito a partir da mobilização de massa para forçar negociações e conquistas imediatas para a classe trabalhadora, tendo como horizonte a construção de uma luta anti-capitalista.

Nesta onda, o “novo sindicalismo” provocava uma espécie de efeito dominó. Diretorias de entidades metalúrgicas pelegas foram afastadas em grande medida, oposições sindicais passaram a organizar os trabalhadores nas fábricas e a disputar as eleições.

Os metalúrgicos do ABC são um dos baluartes do sindicalismo cutista (RODRIGUES, L. M., 1990; 1991; RODRIGUES, I. J., 1997), enquanto os metalúrgicos de São Paulo constituem a base principal da Força Sindical, central criada em 1991, sob auspícios do

governo Collor, em oposição à CUT. Embora a Força Sindical seja uma central reivindicativa no plano salarial, no plano político aderiu ao neoliberalismo defendendo a privatização das empresas e dos serviços públicos, a desregulamentação trabalhista, a redução de gastos sociais, ainda que tenha se oposto à abertura econômica do país (TRÓPIA, 2009). Afinal, os efeitos desta medida impactaram sobre sua principal base, os metalúrgicos da cidade de São Paulo, levando ao desemprego mais de 150.000 trabalhadores naquela década.

Já nos anos 1990 há “a ampliação das privatizações, a desregulamentação do mercado financeiro, a reforma do Estado, a redução significativa do investimento estatal em políticas sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho” (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2014, p.3), pois foi alterada a fiscalização nos locais de trabalho e instituída a livre negociação salarial.

Assim, com a implantação de uma plataforma neoliberal e o intenso processo de reestruturação produtiva na indústria metalúrgica, o panorama industrial brasileiro bem como as orientações políticas do sindicalismo cutista se modificaram (BOITO Jr., GALVÃO, MARCELINO, 2009).

O foco do neoliberalismo é manter um Estado forte quanto ao controle das entidades sindicais e da força de trabalho e garantidor dos direitos de propriedade privada, e fraco quanto a gastos sociais e em intervenções econômicas (ANDERSON, 1995). Quanto aos objetivos, são: “[...] estabilização macroeconômica com foco na inflação e nas contas públicas, [e] obtenção de um ambiente econômico pró-mercado, que incentive a maior concorrência entre os capitais e a livre iniciativa para a retomada dos investimentos e do crescimento econômico.” (CARCANHOLO, 2010, p.109).

No Brasil, o neoliberalismo foi implementado ao longo da década de 1990, com os governos Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). E resultou na

[...] promoção de reformas estruturais pró-mercado que, dentre outras coisas, incluíam um amplo e intenso processo de abertura externa [comercial e financeira]. [...] Os impactos deste processo foram os aumentos da concentração e desnacionalização no mercado financeiro, a redução da participação das instituições financeiras públicas, a forte participação dos bancos universais e o crescimento mais do que proporcional do mercado de títulos, se comparado ao de crédito bancário. Do ponto de vista das contas externas, esse processo de abertura implicou uma elevação estrutural da necessidade de financiamento externo, aumentando a dependência dos fluxos externos para o fechamento do balanço de pagamentos, e da vulnerabilidade externa da economia. (CARCANHOLO, 2010, p.110-111).

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, com a flexibilização dos direitos e a hegemonia neoliberal, verificou-se a ascensão de um sindicalismo cidadão, que serviu para a aproximação da CUT e da Força Sindical (GALVÃO, 2011). Segundo Galvão, sindicato

“cidadão” não é mais aquele que reivindica seus direitos junto ao Estado, que luta pela ampliação de leis e para que essas tenham uma abrangência efetivamente universal, mas sim aquele que compra sua proteção social no mercado ou que a assegura através do sindicato de sua categoria. (GALVÃO, 2011, p.1).

Na década de 1990,

Os direitos sociais e trabalhistas foram combatidos em nome de um Estado mínimo e do livre mercado e a legislação trabalhista passou a ser considerada uma excrescência, um anacronismo que “engessa” o mercado de trabalho porque impõe limites à livre contratação de trabalhadores. (GALVÃO, 2011, p.2).

Neste período houve predomínio de um ‘neocorporativismo operário’, que enfraquece a visão ideológica da luta política e sindical (ALVES, 2000). Assim sendo,

[...] a redução da atividade grevista é entendida em função das transformações político-ideológicas vividas pelas centrais sindicais em direção a um sindicalismo propositivo e de serviços, o que restringiu sua capacidade de reagir aos limites impostos pela conjuntura, cuja relação de forças era bastante desfavorável. (SOUZA, TRÓPIA, 2016, p. 139).

A despeito das disputas e alianças entre metalúrgicos vinculados à CUT e à Força Sindical, uma característica importante deste segmento industrial é o seu poder reivindicativo, que fica explicitado por meio da análise das greves.

Nos anos 1990, a média de greves metalúrgicas é de 246,3 greves por ano. A partir do ano 2000, o número de greves cai de forma vertiginosa, em função da “[...] reestruturação produtiva, das privatizações e do controle inflacionário resultante do Plano Real, mas também das transformações político-ideológicas do sindicalismo cutista em direção a uma ação sindical de natureza propositiva.” (SOUZA, TRÓPIA, 2012, p.16). Este posicionamento priorizava a negociação com o patronato. Nos anos 2000, a média de greves metalúrgicas passa para 60,5 greves por ano. As greves de metalúrgicos correspondem a aproximadamente uma a cada quatro greves no país no período 1990 – 2010.

Pesquisa de Souza e Trópia (2012) revela que as greves dos metalúrgicos começam a diminuir a partir de 1991; em 1994 há uma reação e no ano 1996 são deflagradas 399 paralisações.

A tabela abaixo releva ainda que as greves metalúrgicas, a partir de 2001, correspondem a mais da metade das greves da indústria da transformação, exceto em 2008.

Tabela 1. Total de greves, na indústria e na categoria metalúrgica, em números absolutos e relativos (1990-2010)

Ano	Total de greves	Greves na indústria	Greves metalúrgicas	Indústria/ Total	Metalúrgicas/ total	Metalúrgicas/ indústria
1990	1774	916	517	52%	29%	56%
1991	1041	473	301	45%	29%	64%
1992	556	204	85	37%	15%	42%
1993	644	251	123	39%	19%	49%
1994	1035	596	326	58%	31%	55%
1995	1056	678	333	64%	32%	49%
1996	1228	697	399	57%	32%	57%
1997	631	320	147	51%	23%	46%
1998	531	214	116	40%	22%	54%
1999	506	201	116	40%	23%	58%
2000	525	146	63	28%	12%	43%
2001	416	117	64	28%	15%	55%
2002	298	76	38	26%	13%	50%
2003	340	84	56	25%	16%	67%
2004	302	66	50	22%	17%	76%
2005	299	85	53	28%	18%	62%
2006	320	87	50	27%	16%	57%
2007	316	90	63	28%	20%	70%
2008	411	150	69	36%	17%	46%
2009	518	160	92	31%	18%	58%
2010	446	115	70	26%	16%	61%
TOTAL	13193	5726	3121	43%	24%	55%

Fonte: SOUZA, TRÓPIA, 2012.

No governo Luiz Inácio Lula da Silva, com a retomada do crescimento econômico, o percentual de informalidade diminuiu e as taxas de emprego aumentaram, muito embora as mudanças provocadas pela reestruturação produtiva tenham precarizado o trabalho com a terceirização da força de trabalho na indústria.

Com a reestruturação produtiva, iniciada na década de 1980, e que adentra os anos 1990, o mercado de trabalho brasileiro passa por mudanças significativas, como maior participação de mulheres e jovens, além de força de trabalho mais escolarizada, o que resulta em maior obediência e disciplina por parte destes, que tendem a adotar o discurso patronal “colaboracionista”, repudiando a adesão à participação sindical (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2014). Outra mudança importante é a descentralização da produção automobilística para outras regiões do país, como Nordeste, Centro-Oeste e Sul, que, como veremos no capítulo

IV, ocorreu em Joinville impactando nas estratégias e táticas do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

Além disso, o surgimento de novos tipos de negócios e de novas ocupações, muitas vezes associados ao processo de terceirização, levou à formação de um grande número de novos sindicatos, em geral com um pequeno número de sócios, contribuindo para aprofundar a fragmentação já existente no sindicalismo brasileiro (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2014).

Isso pois, os governos Lula continuaram a política econômica praticada nos governos FHC. Ainda no governo FHC, em 2002, durante a campanha eleitoral presidencial, Lula sinalizou para esta medida ao afirmar, na divulgação da ‘Carta ao povo brasileiro’, que manteria os contratos estabelecidos na economia e a mesma política econômica de FHC. As medidas mantidas e praticadas foram:

[...] a manutenção do regime de metas inflacionárias, a política de megassuperávits fiscais primários para pagar o crescente serviço da dívida pública, a manutenção do grau e da profundidade das reformas neoliberais realizadas até então, assim como a implementação de novas reformas ainda inconclusas, como a da previdência, a trabalhista e a sindical. (CARCANHOLO, 2010, p.113).

Com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República, pelo PT, o movimento sindical sofre algumas mudanças. A CUT torna-se força apoio deste governo. A Força Sindical se aproxima da CUT nas principais questões econômicas e trabalhistas: reforma da previdência, reforma sindical e reforma trabalhista, e tornam-se força de apoio deste governo (BOITO Jr., GALVÃO, MARCELINO, 2009; SOUZA, TRÓPIA, 2016). A pressão que este governo recebeu partiu dos movimentos sociais, que não tiveram suas reivindicações garantidas nas décadas anteriores (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2014), e de setores dissidentes que formaram as novas centrais sindicais Conlutas e Intersindical (GALVÃO, MARCELINO, TRÓPIA, 2015; SOUZA, TRÓPIA, 2016).

De acordo com Galvão (2009, p.179), nos governos Lula a aproximação acrítica de parcela do sindicalismo e do governo “[...] ao invés de fortalecer a capacidade de organização e resistência dos trabalhadores e de seus organismos de representação, tem evidenciado suas debilidades.”. Tais debilidades são o posicionamento de acomodação da CUT, a opção da Força Sindical em não se tornar opositora ao governo, a fragmentação do movimento sindical, a criação de novas centrais sindicais, e, também, a fusão de correntes sindicais por orientação não político-ideológica, mas pragmática.

Quanto à CUT, segundo a autora, esta se manteve acrítica aos governos Lula mesmo diante das perdas de direitos dos trabalhadores.

A retomada da discussão acerca da Reforma Trabalhista, que ocorreu no primeiro ano do governo Lula, segundo Araújo e Oliveira (2014, p.10), “[...] situou-se, contraditoriamente, entre os compromissos históricos do seu núcleo petista e sindicalista e os compromissos do programa que construiu com sua base aliada”.

Os acordos gerados, a partir da Reforma Sindical, incluíram,

[...] a instituição do contrato coletivo, a legalização das Centrais Sindicais, a organização sindical por ramo de atividade econômica, o fim do Imposto Sindical, a substituição do monopólio da representação por um sistema de reconhecimento sindical mais participativo e plural, a relativização do Poder Normativo da Justiça do Trabalho, a ampliação do direito de greve, a criação do Conselho Nacional de Relações de Trabalho. (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2014).

Conforme Druck (2006), em nome da modernização e transformação no mundo do trabalho, a proposta de reforma trabalhista pretendia facilitar a flexibilização e a precarização do trabalho.

O quadro de apoio entre as centrais sindicais e o governo Lula permaneceu em vigência durante os dois mandatos (2003 a 2010). Mas, não foi um período sem tensões. A maior destas ocorreu com a Reforma da Previdência, que resultou em impasse entre o governo e, principalmente, o funcionalismo público, pois implicaria em perda de direitos previdenciários para os servidores públicos. Tal disputa enfraqueceu a posição da CUT, com as diferenças internas da central (ARAÚJO, OLIVEIRA, 2014).

Ainda segundo Araújo e Oliveira (2014), outro fator de tensão ocorreu com o chamado “escândalo do mensalão”, em que diversas centrais manifestaram-se contra a corrupção e pediam a punição dos envolvidos e rígidas apurações. Mas tal tensão não chegou a alterar a base sindical de apoio aos governos do PT, tendo a CUT à frente.

O posicionamento acrítico da CUT em relação aos governos do PT é reflexo de “[...] um processo de conversão ideológica [...]” vivido por ambos, pois “[...] a proximidade entre a Central e o Partido afastou a CUT de manifestações e críticas ao governo, mesmo quando este ameaça direitos dos trabalhadores.” (GALVÃO, 2009, p.181-182).

Segundo Soares (2013), com a Lei de Reconhecimento das Centrais, lei nº 11.648 de 2008, as centrais sindicais, que pleitearam o reconhecimento, ganharam poder oficial de coordenar, representar e negociar em nome dos trabalhadores. E, também, passam a receber a

fração de 10% da contribuição sindical destinada aos sindicatos filiados as centrais. Para conseguirem o certificado de legalização as centrais seguiram três critérios:

1. filiação de no mínimo cem sindicatos distribuídos nas cinco regiões do Brasil;
2. filiação de sindicatos em no mínimo cinco setores de atividade; e
3. filiação de no mínimo 5% dos sindicalizados em âmbito nacional no primeiro ano (cerca de 300 mil trabalhadores sindicalizados), devendo atingir 7% em dois anos. (SOARES, 2013, p.543).

Segundo Soares (2013) e Druck (2006), embora o governo Lula tivesse uma base popular, ele combinou medidas assistencialistas, desenvolvimentistas e neoliberais, posto que embora tenha investido no setor produtivo (PAC, aumento de recursos para o BNDES, política de isenção fiscal durante a crise econômica), reduziu os direitos trabalhistas com a reforma da previdência e criou de novas modalidades de contratos precários (Pessoa Jurídica (PJ), menor aprendiz) (SOUZA, TRÓPIA, 2016).

Base de apoio dos governos petistas, a CUT manteve o apoio ao governo Dilma Rousseff em seu primeiro mandato (2011-2014). Segundo Soares (2013, p.560), as centrais sindicais brasileiras se ajustaram e “[...] adaptaram à estrutura sindical e à política transformista, bem como deixaram de lutar por uma organização sindical livre e autônoma dos trabalhadores, política essa que se aprofundou no governo Lula e segue a mesma linha no governo Dilma.”.

Todavia, dados recentes publicados pelo DIEESE mostram que há um aumento expressivo, em 2011, no número de greves que passou de 554 greves para 877, em 2012, alcançando, em 2013, 2.050 greves. Segundo Souza e Trópia (2016, p.132), neste período

[...] a atividade grevista passa por um novo período de ascensão – o que se explica pela conjuntura de crise capitalista de 2008-2009, mas também pelo esgotamento do modelo de crescimento promovido pelos governos petistas, fatores que impulsionaram o movimento sindical à luta por melhoria salarial e melhor nas condições de trabalho.

As mudanças, avanços, recuos, lutas e refluxo do movimento sindical metalúrgico brasileiro repercutem no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, que de uma entidade meramente assistencialista e pelega se tornaria reivindicativa, atuante no interior do sindicalismo local e operário. As mudanças ocorridas na CUT a partir de 1990 e a chegada do PT ao governo Federal nos anos 2000 afetarão, por sua vez e como veremos a seguir, a

atuação das direções sindicais, as negociações com o patronato joinvillense e a relação do sindicato com a sua base.

3

A organização sindical dos trabalhadores em Joinville: a esquerda, o PT e o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.

Karl Marx, A Ideologia Alemã, 2007.

O objetivo deste capítulo é inicialmente analisar o desenvolvimento industrial e a constituição da classe operária de Joinville. A seguir analisaremos a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, destacando a influência do peleguismo e as mudanças nas orientações de suas lideranças até a filiação à CUT e a aliança com o Partido dos trabalhadores. Finalmente analisaremos a atuação do Sindicato no período recente.

3.1 A constituição da classe operária em Joinville: industrialização, disciplina e ideologia do trabalho e do progresso

Joinville foi uma colônia agrícola surgida em decorrência do fluxo emigratório europeu da metade do século XIX. O grupo de emigrantes chegou à localidade em 1851,

beneficiamento, com engenhos, da erva, destacando a cidade como um centro comercial e industrial de erva-mate a época (TERNES, 1986).

A economia ervateira se tornou a principal de Joinville. O transporte da erva-mate e da madeira era feito por carroções de quatro rodas. Estes carroções necessitavam de manutenção e, para isso, precisavam ir para outros lugares, como São Paulo. Essa inconveniência aliada ao conhecimento de alguns emigrantes em metalurgia, fez com que surgissem pequenas oficinas. Esse início, muito em função da produção agrícola municipal, é que vai dar vazão, mais tarde, à produção metal-mecânica que até os dias atuais persiste na cidade (ROCHA, 1994).

As primeiras indústrias joinvilenses de açúcar, cachaça, farinha de mandioca, serrarias e olarias remontam aos anos de 1850, cujo destino era o consumo interno e a exportação para povoados próximos (TERNES, 1984).

Adiante, na década de 1870 surgiram as fábricas de tecidos. Mas foi com a Primeira Guerra Mundial que fez com que a cidade, nas palavras de Ternes (1984, p.213), “[...] ganhasse vulto, dimensão, possibilitando a criação de raízes mais sólidas e ampliando os horizontes [...]”, ao forçar o desenvolvimento e expansão das chamadas pequenas indústrias “fundo de quintal”, ou familiares. Assim, foi entre os anos de 1914-1918 e posteriormente 1939-45, os períodos de expansão econômica que Joinville ficou conhecida como a “Manchester Catarinense”, em alusão à famosa cidade industrial inglesa (TERNES, 1984). Durante a Primeira Guerra Mundial, a ocorrida substituição de importações levou ao aumento da produção das indústrias recém-criadas de Joinville (ROCHA, 1994), de tal modo que antes de 1920, segundo Costa (1996, p.23), Joinville possuía mais de 43 estabelecimentos, “o maior número de réis e mão de obra aplicado no setor em Santa Catarina”.

A autora destaca uma característica importante para entendermos o perfil da classe operária do estado de Santa Catarina em seus primórdios: o regime de industrialização do estado, baseado na pequena propriedade,

[...] permitiu uma solidariedade maior nas relações sociais, uma estabilidade maior no emprego, explicada pela mesma origem ética deste operariado com maior vínculo ao local de trabalho, onde o "patrão" comumente fora o antigo companheiro de luta. (COSTA, 1996, p.24).

O padrão da pequena propriedade, por um lado, e a proximidade social e cultural entre patrões e empregados, por outro, teria produzido efeitos ideológicos na nascente classe operária em Joinville.

O patrão [era visto] como um benfeitor de seu empregado, o qual cometeria uma injustiça imperdoável se tivesse a ousadia de tentar fazer valer qualquer tipo de exigência. Sentia-se como “súdito em relação ao seu patrão”. Os familiares eram considerados como colaboradores e sentiam-se como parte da firma. ‘Mais de 90% das indústrias do nordeste catarinense [...], nasceram como pequenas empresas fundadas por indivíduos isolados ou por famílias’. (COSTA, 1996, p.24).

Na década de 1930, com a Fundação Tupy, ocorre o início da produção metalúrgica na cidade. Nesta década fundaram-se também

Metalúrgica Wetzel S.A. (1932), originária de uma oficina mecânica (1921), [...]; Fábrica de Máquinas Raimann S.A. (1933) [...]; Indústria de Plásticos Amalit S.A. (1936) que foi uma das pioneiras de produtos plásticos do Brasil; Fundação Tupy S.A. (1938), também originária de uma pequena oficina e ferraria, iniciou fabricando ferro maleável; Otto Bennack iniciou também pioneiramente a produção de tornos mecânicos na década de 30. (ROCHA, 1994, p.53).

Ou seja, o início da produção metalúrgica joinvilense remonta ao período que a prioridade do Estado brasileiro eram as indústrias de base.

Posteriormente,

Em 1951, Joinville, possui um total de 325 indústrias. As casas comerciais somam 534 estabelecimentos e as oficinas chegam a 440. As indústrias, de tamanhos diversos, mas todas embrionárias, à exceção da Tupy, já com 1.500 empregados na década de 1960, crescem de forma lenta, sob administração caseira. (TERNES, 1993, p.161).

Desde o início do século XX até a década de 1950, a industrialização, puxada pelo setor metal-mecânico impulsionou a economia joinvilense. Nos anos 1950, novas indústrias metalúrgicas foram criadas e as antigas ampliadas. A concentração industrial levou também ao aumento do contingente operário bem como ao incremento das estratégias de controle operário. Segundo Costa (1996), na primeira metade do século XX havia uma deliberada intenção de formar cidadãos ordeiros, trabalhadores e orientados para o trabalho e o progresso. Campanhas de incentivo à poupança individual e coletiva veiculadas na imprensa eram comuns. Outra preocupação era com a “harmonia” social posto que a cidade era composta por distintos grupos étnicos, hegemonizados por brasileiros e alemães.

A discriminação de ideias voltadas a formação de trabalhadores ordeiros e disciplinados se deu a partir de entidades sindicais, igrejas, escolas e empresas, durante o

Estado Novo, por meio de um aparato ideológico-repressivo, cujo objetivo era amortecer a luta de classes (SOUZA, 2008).

Segundo Costa (1996), entre 1946 e 1973, os operários eram comparados a “soldados do progresso”. Era comum a publicação nos jornais da época de matérias e a difusão de um discurso voltado à disciplinação da força de trabalho.

[...] a disciplina e a obediência são apontadas como pedra angular de qualquer edifício industrial ou comercial [...] onde o operário [...] tem um grande dever: obedecer [...] mas de forma dignificante. [...] a desobediência tem sido causa de grandes infelicidades. O soldado, defendendo a integridade da terra, é um abnegado e revela profundo amor pela pátria; o operário é um soldado da grandeza econômica da nação e um abnegado do trabalho. O soldado progride obedecendo; o bom operário, olhando para o dístico nacional - Ordem e Progresso - deve e pode progredir para a elevada missão que lhe cabe nos destinos da pátria [...]. Trabalhando honestamente, efetivamente e longe de se deixar levar pelas miragens que destroem a boa ordem e o ritmo natural das coisas, o operário verá sempre respeitadas as suas prerrogativas e terá assegurado o futuro de sua família. (AMARAL *apud* COSTA, 1996, p.38)

Segundo Rocha (1994, p.56), neste período,

Apesar de Joinville situar-se espacialmente distante do centro econômico nacional, são as indústrias dos setores metal-mecânico e químico-plástico, com concorrentes principalmente em São Paulo, que se destacaram transpondo problemas como a distância do grande mercado consumidor em formação (Sudeste), como a geração de tecnologia para o aumento da produtividade e qualidade dos produtos.

Na virada dos anos de 1970 para 1980 a indústria metal-mecânica pesada em Joinville se consolida, a exemplo do mesmo movimento ocorrido em nível nacional. Neste período as indústrias existentes ampliam o parque produtivo ao fundarem novas unidades fabris (de suporte para a atividade principal, mas também para outros segmentos, formando grupos empresariais) (ROCHA, 1994).

No caso específico da Fundação Tupy, a expansão da produção de autopeças para fabricantes de veículos automotores ocorre a partir de 1958, durante o governo de Juscelino Kubitschek. Durante o regime militar, a Fundação Tupy amplia seu patrimônio em 650%, de tal modo que seu capital líquido passa de 17 milhões para 125 milhões de dólares. (FREIRE, 2015).

Em meados de 1970, a Fundação Tupy já era a maior empregadora de Joinville, responsável também por campanhas de recrutamento e seleção em outras cidades catarinenses

e no estado do Paraná, atraindo trabalhadores dispostos a migrar para Joinville. Segundo Costa (2000, p.70), as campanhas empreendidas fizeram com que “[...] Joinville se tornasse conhecida nos ‘quatro cantos’ de Santa Catarina e do Paraná, estados percorridos pela equipe de profissionais encarregada de divulgar a oferta de emprego da empresa, criando uma expectativa sobre a cidade, uma espécie de ‘eldorado’ moderno”.

Durante a ditadura militar, Joinville tornou-se uma cidade estratégica aos olhos do regime e a Fundação Tupy foi considerada área de segurança nacional (COSTA 2002; FACHINI, 2017, informação verbal). Segundo Ido Michels (1998), Joinville foi a cidade que mais recebeu visitas de generais presidentes. Freire destaca: “Castello veio para tornar-se patrono da Festa das Flores, Costa e Silva veio por decisão de seu arbítrio, Médici veio receber o título honorífico da cidade, Figueiredo viria assinar contratos de empréstimos” (FREIRE, 2015, p.27), e Geisel realizar acordos com a burguesia.

Na ditadura, a difusão da ideologia do trabalhador ordeiro e disciplina assume um outro patamar. Segundo Souza (2008, p.35) o discurso de trabalho ordeiro e disciplinado teve como objetivo pacificar a relação capital-trabalho por meio de duas conexões ideológicas:

[...] primeiro, a defesa da irmandade harmoniosa para tornar o ambiente fabril semelhante ao doméstico; do capital honesto, que somente se realiza com o trabalho honrado e da responsabilidade da fábrica, que está na relação compartilhada entre patrão e operário; segundo, pretende exaltar o espírito empreendedor e batalhador dos imigrantes alemães e do capitalista local, porque toda fortuna acumulada, todo negócio desenvolvido fora resultado do trabalho e, sendo fruto dele, tornava-se uma fonte de capital honesto. Somente se voltariam contra isso ou o criticariam aqueles que não queriam nada com o trabalho – os desordeiros, os preguiçosos e os invejosos da conquista alheia.

A Fundação Tupy S.A. é a maior empresa de Joinville e foi a responsável por propagar, na sociedade joinvilense, a ideologia do trabalho ordeiro e disciplinado. Por isso, analisaremos alguns eventos ligados à Fundação, com o objetivo de ressaltar o papel da luta ideológica no meio operário da cidade e a difusão de uma concepção anticomunista, patriótica e colaboracionista.

Desde a década de 1960, a Fundação Tupy S.A. manteve um periódico mensal de circulação interna, o “Correio da Tupy”, com quatro páginas sobre homenagens a funcionários, segurança no trabalho, piadas, histórias de vida, saúde, anúncios de aposentadoria, etc. No ano de 1977, tal periódico foi ampliado para aproximadamente quinze páginas mensais. Fatos de destaque também foram noticiados nas publicações, como visitas de ditadores presidentes e o processo da Constituinte.

Em 1966, Castello Branco fez uma visita à Fundação Tupy S.A., que foi notícia: “A visita [...] foi desde muito uma aspiração da Empresa (sic), tornada agora em magnífica realidade, e mais ressalta porque partida da própria iniciativa do eminente homem público, que numa hora conturbada da vida brasileira, foi chamado a dirigir os destinos da Nação.” (CORREIO DA TUPY, 1966, p.1). A visita de Castello Branco teve conotação de repúdio ao comunismo, combate à organização de trabalhadores, disciplinamento e, como veremos a seguir, a consolidação de laços estreitos entre a ditadura e a Fundação Tupy.

Em 1975, o general-presidente Ernesto Geisel fez uma visita à Fundação Tupy S.A. no dia 1º de maio para a inauguração de um pavilhão de produção e também para a participação na VIII Semana Sindical e no VII Encontro Estadual de Trabalhadores (CORREIO DA TUPY, 1975, p.1).

Estes encontros tinham pautas que propagavam o discurso do trabalho disciplinado e do progresso. O tema central do evento foi “Governar é encurtar distâncias”, que também era o lema da gestão de governador do estado, Antonio Carlos Konder Reis, que presidiu os encontros¹⁰. A ideia geral dos Encontros realizados em 1975 foi enaltecer a passividade da classe trabalhadora afirmando que o trabalho leva ao progresso da nação. Arnaldo Prieto, ministro do trabalho, afirmou:

Vivemos, no Brasil, invejável clima de harmonia e de paz social, que nos tem permitido a tranquilidade necessária ao trabalho produtivo, responsável pelo nosso progresso e pela nossa civilização. Esta normalidade nas relações de trabalho entre empregados, empregadores e Governo é a saúde do corpo social, pouco percebida quando tudo vai bem. Ao contrário, sem harmonia e normalidade não há saúde. É a disfunção, que perturba, a exemplo da moléstia, o ritmo de funcionamento do organismo social. (CORREIO DA TUPY, 1966, p.1).

Para relatar a visita do general, o periódico “Correio da Tupy” destacou uma publicação para o evento. Segundo o jornal,

A data escolhida – 1.º de maio, Dia do Trabalho – deu a tônica do grande evento dessa honrosa visita: encerrava-se neste dia o VII.º Encontro Estadual de Trabalhadores, com a presença de centenas de presidentes de sindicatos e líderes sindicais catarinenses. [...] o chefe da Nação deu a Joinville foros de Capital do Trabalho (CORREIO DA TUPY, 1975, p.1).

¹⁰ Na VIII Semana Sindical de 1975 os temas discutidos foram: “O sindicato e a conjuntura nacional” (por Deputado Caio Pompeu de Toledo), “Negociação Coletiva” (Ministro do Tribunal Superior do Trabalho Ary Campista), “A agro-indústria integrada e o cooperativismo”, “O sindicato como fator de educação”, “A secretaria do trabalho e promoção social e a fundação catarinense do trabalho”, “A reformulação da consolidação das leis do trabalho” (Carlos Gomes Chiarelli, Secretário de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho).

Michels (1998) afirma que o crescimento da Fundação Tupy durante a ditadura está associado ao processo de industrialização que o país passava, com a instalação de indústrias automobilísticas, que favoreceu o fornecimento de blocos de motores produzidos na Fundação. Na ocasião, a Fundação Tupy recebeu financiamentos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), caracterizando a intervenção estatal para expansão privada. Cresceu, no período entre 1971 e 1981, 650%, enquanto no mesmo período o crescimento do PIB catarinense foi de 213% e o brasileiro de 130%. (MICHELS, 1998). Segundo Ternes (1988), no ano de 1968, 70% dos veículos brasileiros continham peças da Fundação Tupy e em 1970 a marca esteve presente em 875 mil dos 1 milhão de veículos produzidos pela Volkswagen.

Na visita feita pelo general-presidente Geisel em 1975, documentada no periódico “Correio da Tupy”, o receberam, representantes da burguesia e da política local¹¹. Os discursos realizados versaram sobre a importância do progresso da nação por meio do trabalho.

A seguir, reproduzimos algumas das fotografias do Encontro.

Foto 1. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975



Fonte: Correio da Tupy, nº 116, maio de 1975

¹¹ Estiveram presente: Hanz Dieter Schmit (presidente da Fundação Tupy S.A.), Alberto dos Santos Abade (BNDE), Erik de Carvalho (VARIG), Marcos Vinícius Pratini de Moraes (Ministro da Indústria e Comércio do governo Médici), Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Alfredo Rizakllab (Bolsa de Valores de São Paulo), Horst Deter Emil Scholz (Volkswagen), Werner F. Jessen (Mercedes Benz).

Foto 2. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975



Fonte: Correio da Tupy, n. 116, maio de 1975

Foto 3. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975



Fonte: Correio da Tupy, n. 116, maio de 1975

Foto 4. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975



Fonte: Correio da Tupy, n. 116, maio de 1975

Foto 5. Participantes do almoço da Fundação Tupy, durante a visita de Geisel, 1975



Fonte: Correio da Tupy, n. 116, maio de 1975

Tal crescimento ocorreu com a transferência de recursos estatais para as empresas do setor metal-mecânico de Joinville e com o incremento das formas de exploração da força de trabalho, entre as quais a pacificação de trabalhadores residentes e migrantes. Todavia, todo processo histórico engendra contradições.

De acordo com Souza (2009), na década de 1980, houve um surto migratório oriundo, principalmente, do interior paranaense para a cidade de Joinville, formando o bairro Espinheiros¹², nas proximidades da Fundação Tupy. A partir de então a configuração da cidade muda, com o agravamento de problemas sociais, como desemprego e falta de moradias. A perspectiva de aumento populacional e de agravamento das questões sociais levaria os meios de comunicação a polemizar com a política da empresa. Em 1987, o jornal “A Notícia” noticiou:

Não existe oferta de moradias, especialmente para as classes mais populares [de migrantes], que possa suprir a demanda local. A Associação de Moradores do Mangue do Boa Vista está apreensiva com a possibilidade de chegarem na cidade cerca de 600 famílias estimuladas pelo convite distribuído em dezembro pela Fundação Tupy aos seus funcionários que saíram em férias. (A NOTÍCIA, 1987, p.5).

¹² Área esta de preservação ambiental, de manguezal.

Entre as estratégias criadas pela Tupy para atrair mais trabalhadores, uma se destaca especialmente pelo seu caráter inusitado. No período que antecedia as férias de seus empregados, a empresa lhes enviava convites com o seguinte teor: “Boas férias, descanse bastante. Na volta traga um amigo para trabalhar com a gente. É bom trabalhar entre amigos.” Segundo Freire (2015, p.59) “A Tupy possuía uma filosofia de trabalho marcada pela rigidez da ordem e da disciplina interna. O ‘acultramento na Tupy’ por parte do ‘colaborador’ levava em conta sua ‘introdução espartana’ aos valores da empresa.”. Qual seria a intenção da empresa?

Segundo nossa hipótese, tratou-se de uma estratégia de formação de um exército industrial de reserva já que a oferta da força de trabalho excedente era limitada. Todavia, além de atrair mais trabalhadores, seria necessário disciplinar a força de trabalho.

Este tipo de estratégia utilizada pela Fundação Tupy em Joinville é típica do capital e foi tema de estudo de outros pesquisadores brasileiros. Em análise sobre a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Graciolli (2009) identificou o “disciplinamento da força de trabalho”, ocorrido em parte da história da usina, que tinha como objetivo formar um trabalhador obediente, subordinado e treinado. O caso da CSN é bastante diferente do caso de Joinville e da Fundação Tupy, mas os elementos expostos por Graciolli ajudam a entender o processo de criação de uma moral burguesa do trabalho que vigorou nas duas cidades.

O disciplinamento da força de trabalho exposto por Graciolli (2009) ocorrido na CSN cerceava o trabalhador, também, para além da fábrica, na esfera da vida privada.

Anúncios “em busca do melhor funcionário” e a formação de “famílias inteiras compostas por trabalhadores Tupy” eram comuns na década de 1980, em Joinville. No ano de 1981, o jornal Correio da Tupy editou um número especial chamado Edição Fábrica e convidou seus funcionários a frequentarem a Fundação como forma de entretenimento, aos finais de semana. Tal ação representa um cerceamento da esfera da vida privada do trabalho, em moldes distintos do caso das moradias operárias da CSN. As imagens a seguir ilustram o convite:

Figura 1. Convite para os funcionários visitarem a fábrica



Fonte: Correio da Tupy, Edição Fábrica, n. 52. jun. 1981.

Figura 2. Convite para os funcionários visitarem a fábrica



Fonte: Correio da Tupy, Edição Fábrica, n. 52. jun. 1981.

A justificativa era o fortalecimento de laços de amizade entre os funcionários da chamada “Família Tupy” (CORREIO DA TUPY, 1981, s/p). Mas a intenção era a pacificação

do trabalhador, coerente com a imagem de cidade do trabalho, do progresso e da ordem construída historicamente, como mostra Souza (2008).

Assim como em Joinville, em Volta Redonda também era utilizada a expressão “família”, no caso “família siderúrgica”, para controlar os movimentos de trabalhadores e disciplinar os espaços da fábrica, das famílias e da cidade (GRACIOLLI, 2009).

Segundo Freire, a existência de uma “filosofia de trabalho marcada pela rigidez da ordem e da disciplina” remete à ideologia de harmonia entre classes, ao fim da luta de classes e à cooperação entre trabalhadores e burgueses na relação capital-trabalho. Em Joinville esta ideologia foi forjada durante a República Velha e a Era Vargas. Souza (2008, p.36) afirma que durante o Estado Novo houve um verdadeiro “adestramento” da classe trabalhadora joinvilense. O Estado, a burguesia e a imprensa, articulados, buscavam controlar a classe trabalhadora e difundir valores burgueses.

Na ditadura, a necessidade de controle ideológico operário se intensifica e com ele a propaganda anticomunista. Na ocasião da visita de Castello Branco à Fundação Tupy, em novembro de 1966, a publicidade é bastante ilustrativa. Além de noticiar o evento, o Jornal Correio da Tupy aproveitava para combater o comunismo e difundir valores e comportamentos que se esperava da classe trabalhadora, como veremos abaixo.

A matéria “Qual seria o empregado ideal?”, aborda o perfil dos trabalhadores mais úteis, produtivos e ágeis no trabalho, destacando ainda “Os 10 mandamentos do líder”, fornecendo dicas de comunicação e gestão.

QUAL SERIA O EMPREGADO IDEAL?

Uma pergunta difícil de responder, mas leia a descrição abaixo e verifique se Você pode considerar-se um empregado ideal.

O empregado ideal deve ser:

- Um homem que trabalhe bastante e eficientemente, que saiba encontrar o que fazer sem a ajuda do gerente e de três assistentes.
- Um homem que entre no serviço na hora certa, de manhã, e não ponha em risco a vida dos companheiros, à tarde querendo ser o primeiro a deixar a fábrica.
- Um homem que saiba ouvir com atenção e só faça as perguntas necessárias para executar perfeitamente sua tarefa.
- Um homem que se movimente rapidamente com o menor ruído possível.
- Um homem que sempre encare firmemente o interlocutor e diga sempre a verdade.
- Um homem que não se lamente por ter que trabalhar.
- Um homem que se preocupe um pouco com a sua aparência.
- Um homem que, numa emergência não se queixe por ter que trabalhar uma hora a mais.
- Um homem alegre, cortês, sempre disposto a fazer o bem.

Este homem é procurado em qualquer parte. Idade ou falta de experiência não tem importância. Não há limite, excetuando-se sua própria ambição, para o número e quantidade de tarefas que ele pode executar. Ele é desejado em qualquer ramo de trabalho, para uma empresa grande ou pequena. (CORREIO DA TUPY, 1966, p.8).

Periodicamente era escolhido o “metalúrgico exemplo”, um funcionário que representava o ideal de produtividade e comportamento, segundo os interesses da Fundação. Este funcionário era homenageado com o título de “Operário Padrão”, título recebido com honra e noticiado no Jornal Correio da Tupy. Segundo Freire, o funcionário da Tupy era visto como íntegro, honrado, “homem de família” e “[...] provavelmente daí resultasse a fama do operário-tupy. A conduta ‘exemplar’ do operário da Tupy abria-lhe portas de emprego.” (FREIRE, 2015, p.92).

O periódico também noticiou acontecimentos como a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade” em 1964, e incontáveis notas anticomunistas, como a seguinte:

Anote: ÊLES SÃO ASSIM!
 OS COMUNISTAS adaptam-se ao meio, criam conflitos, ou agravam situações já existentes, buscando partidários e “simpatizantes” (estes mais numerosos, mais influentes e mais ouvidos do que os comunistas declarados).
 OS COMUNISTAS fazem uso de várias estratégias e ardis, recorrem a processos legais e ilegais, calam e ocultam a verdade, agem a sós ou junto com qualquer aliado que possa ajudá-los a alcançar sua meta. Seu objetivo final é dominar o mundo!
 A MAIOR MISTIFICAÇÃO dos comunistas reside na maneira em disfarçam seus verdadeiros objetivos.
 O TRIUNFO dos comunistas é fatal à independência nacional. (CORREIO DA TUPY, 1964, p.7).

O discurso adotado nos periódicos publicados pela empresa nos anos 1960 era de apoio à ditadura, proferindo ódio ao comunismo e ode ao nacionalismo. A rigor, o apoio da empresa Tupy à ditadura civil-militar manifestar-se-ia de forma ainda mais contundente. Segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade, de 2014, a Fundação Tupy teria mantido, durante vinte anos, uma sala para uso exclusivo do Exército brasileiro,

No estado catarinense ocorreu um caso extraordinário de intervenção direta do Exército no interior da empresa, quando esse acampou em uma sala especial dentro da Fundação Tupy, em Joinville, mediante acordo com a empresa, e ficou usando suas instalações por 20 anos. Segundo depoimentos de presos políticos de Joinville, a direção da empresa possuía uma clara postura de apoio à repressão política na região. Quem era demitido por participação política ou reivindicação salarial tinha a carteira de trabalho

assinada com caneta vermelha e nunca mais conseguia emprego na cidade, pois esse era o código utilizado entre as empresas. (BRASIL, 2014, p.74).

Abaixo o registro da visita realizada por uma comitiva da Escola Superior de Guerra, em junho de 1964.

Foto 6. Comitiva da Escola Superior de Guerra em visita a Joinville



Fonte: Correio da Tupy, nº 6, jun. 1964

Pacificação exitosa ou luta de classes? Embora a política ideológica da empresa – difusão de uma a imagem de cidade ordeira – tenha sido conduzida de forma sistemática, reprimindo os trabalhadores, os casos de demissão e de repressão acima citados revelam que havia luta e resistência.

A análise da bibliografia e dos documentos consultados revela a existência de episódios de luta operária que foram reprimidos durante a história joinvilense. Quando ocorriam casos de resistência e repressão, eram usados os mais diversos meios para sua deslegitimação e arquivamento, como utilização de mídias para divulgar para a sociedade que os movimentos de resistência eram antiprogressistas. Setores do aparelho do Estado e da burguesia sempre propagavam um discurso de inexistência de conflitos em Joinville: cidade ordeira e de trabalho. Exemplo desta tentativa de difundir tal visão pode ser identificada em um panfleto da Prefeitura de Joinville, datado de 1963, cujo conteúdo teve uma parte dedicada à história da Fundição Tupy. Nele é possível ler: “Greves e dissídios: Em seus 25 anos de existência, nunca houve casos de greves ou dissídios coletivos na Empresa, face ao espírito de justiça e compreensão que norteiam as relações entre Empregadora e Empregados.” (III

FEIRA DE AMOSTRAS DE SANTA CATARINA, 1963, s/p). Outro recorte, de um panfleto de marketing da Fundação Tupy, de agosto de 1974, após enumerar as qualidades da empresa enquanto empregadora e os benefícios para os trabalhadores, destacou:

Greves e Relações Trabalhistas:

Além do respeito à personalidade, remunera a Empresa, dignamente os seus colaboradores, de modo a que mantenham um nível de vida humano e possam enfrentar, com dignidade, as responsabilidades familiares.

Eis porque, em mais de 36 anos de existência, nunca houve na FUNDIÇÃO TUPY S.A. qualquer greve trabalhista. (FUNDIÇÃO TUPY S.A., 1974, s/p).

De fato pouco foi noticiado sobre greves ou manifestações no período anterior aos anos 1980.

Segundo Jorge (2007), em Joinville houve alguma repercussão das greves de 1917, que motivaram a deflagração de uma greve operária na cidade. Oitocentos trabalhadores (dos vinte e sete mil residentes) de indústrias têxteis e do comércio pararam as atividades durante três dias, a partir de 1º de maio, manifestando-se contra os preços de alimentos, falsificação de alimentos, salários miseráveis, altos preços de moradias e sobre uma possível declaração de guerra mundial. Todavia, as manifestações foram fortemente reprimidas pela força policial.

Impulsionados por informações de resistências vindas de São Paulo, os operários joinvilenses permaneceram mobilizados apesar da repressão. “Segundo os jornais da época, continuavam em greve: ‘A classe quer a greve seja como for’.” (JORGE, 2007, p.17).

Não há tampouco referências a greves no período do Estado Novo. Mas em plena ditadura é deflagrada uma greve, analisada por Freire (2015) e confirmada em depoimento de Valmir “Capim” Neitsch, em entrevista realizada em 2017. Segundo Freire (2015) e Neitsch houve em 1979, em Joinville, uma greve de metalúrgicos realizada nas empresas Schultz, Metalúrgica Duque e Indústrias Schneider (Ciser), para reivindicar melhores condições de trabalho. Esta greve foi motivada pelas ideias da Teologia da Libertação e a influência da troca de informações entre a Pastoral Operária de Joinville e o ABC Paulista¹³.

Com diferença histórica de pouco tempo, seis anos, mas com profunda diferença em relação ao ano de 1979, em 1985, ocorreu uma greve na Fundação Tupy S.A.. Esta greve foi motivada pela transformação pela qual passavam os trabalhadores joinvilenses no período e liderada pelo vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, Luiz Carvalho¹⁴.

Freire (2014), ancorado em entrevistas com militantes joinvilenses, afirma que houve na cidade um “regime empresarial-militar”, no sentido que fora no desemprego, no

¹³ Mas, por hora, deixemos esta questão em aberto, voltaremos a ela no tópico 3.2.

¹⁴ Retornaremos a análise desta greve no tópico 3.3.

impedimento à sobrevivência, que a ditadura atuou contra os militantes joinvilenses. “[...] o que fosse considerado subversão seria punido não com prisão, mas ‘com o desemprego’. A morte possuía uma nova face, não a dos porões da tortura, mas a do ‘desespero’ e da ‘fome’ de quem não teria onde tirar o sustento do pão de cada dia.” (FREIRE, 2014, p.5).

A tese de Freire é, segundo nossa leitura, em parte verdadeira na medida em que desconsidera as prisões de militantes de esquerda ocorridas na Operação Barriga Verde.¹⁵ No entanto, no final da década de 1990 outros personagens entram em cena.

3.2. O Partido dos Trabalhadores em Joinville

Os núcleos de oposição em Joinville foram, até 1989, isolados e concentrados em pequenos grupos: Pastorais católicas, Partido Comunista Brasileiro, Partido dos Trabalhadores, etc. O poder imposto pela burguesia e pela ditadura militar imprimiu uma fragmentação e uma desmobilização ao movimento operário e sindical. Os eventos de luta foram desarticulados e tratados como caso de polícia.

A partir de 1973, iniciou-se em Joinville o trabalho da corrente de esquerda da Igreja Católica, com a Teologia da Libertação, com sede na Paróquia Cristo Ressuscitado, no bairro Floresta (HELLMANN, 2010). Em entrevista, João Fachini, um dos padres responsáveis pela difusão da Teologia da Libertação em Joinville, nos relatou como se deu esse processo.

Nos anos de 1970, João Fachini (padre até 1977) e seu irmão, Luiz Fachini, também padre da Igreja Cristo Ressuscitado, tiveram contato com a Teologia da Libertação em seus estudos na Suíça. Posteriormente, João Fachini participou do II Congresso da Teologia da Libertação na Espanha. Quando retornou, o posicionamento crítico o levou à organização de uma paróquia com ideais diferentes da Igreja Católica tradicional.

Além deste contato no exterior, auxiliaram, na formação da organização em Joinville, padres vindos de diversas cidades do país, como de Osasco, Campinas, Curitiba e São Paulo (NEITSCH, 2017, informação verbal).

Segundo Freire (2015), desde 1975, a Paróquia Cristo Ressuscitado teve intercâmbio com as Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) do estado de São Paulo, o que proporcionou um contato que deu origem à primeira Pastoral Operária no estado de Santa Catarina e à fundação do primeiro Centro de Defesa dos Direitos Humanos do sul do Brasil, em 1978.

¹⁵ Sobre as prisões e torturas ocorridas na Operação Barriga Verde, ver: Celso Martins. Os quatro cantos do Sol: Operação Barriga Verde. Florianópolis: Ed da UFSC: Fundação Boiteux, 2006 e Documentário Audácia, de Chico Pereira.

O Centro de Defesa dos Direitos Humanos era uma ferramenta civil de “justiça e paz”, que servia como uma alavanca para os movimentos sociais e para a organização dos trabalhadores (FACHINI, 2017, informação verbal).

O discurso da Pastoral Operária, em uma cidade marcada pela ideologia do trabalho e da ordem, foi recebido como revolucionário. O objetivo desta Pastoral era formar consciência operária. As celebrações realizadas na Paróquia Cristo Ressuscitado tinham músicas tradicionais com letras modificadas, peças de teatro com conteúdo crítico baseado na bíblia católica e também ocorriam trocas de materiais e informações, vindos do ABC Paulista e do Centro de Ação Comunitária do Rio de Janeiro. O trânsito de militantes também foi intenso. Palestraram em Joinville figuras como Dom Paulo Evaristo Arns, Luiz Inácio Lula da Silva, Betinho, Luiz Eduardo Greenhalgh, Hélio Bicudo, entre outros (FREIRE, 2015).

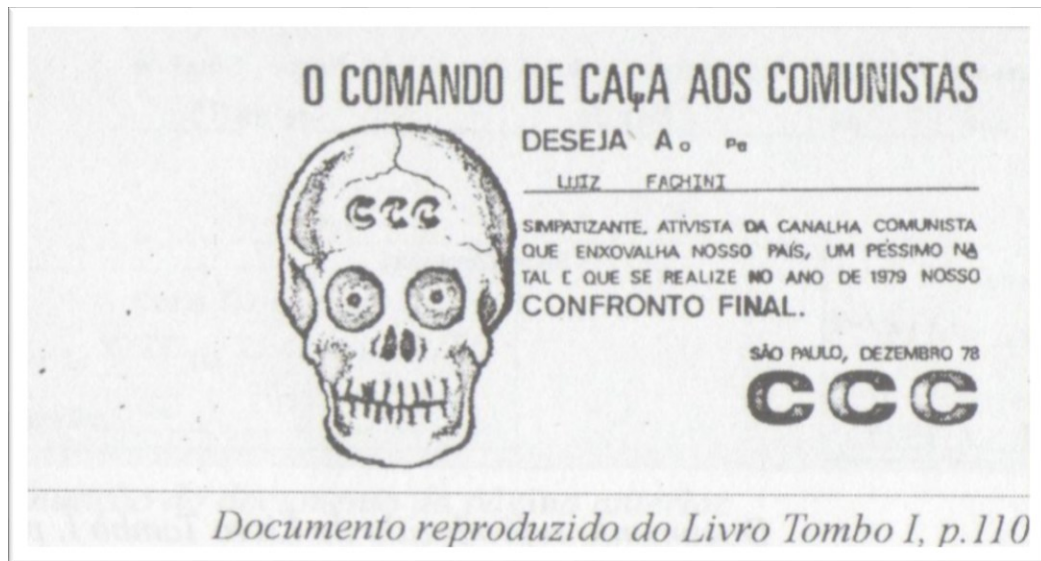
O contínuo trabalho realizado pela Pastoral Operária, de disseminação de consciência de classe, levou progressivamente à organização dos trabalhadores católicos da cidade. Para Hellmann (2010, p.27), “[...] em tempos de regime autoritário, [...] a estrutura eclesial em Joinville tornou-se um abrigo aos movimentos populares e o discurso religioso transformou-se em um meio de difusão de ideias políticas.”.

A organização da Pastoral Operária em Joinville, em 1979, segundo Freire (2015), foi responsável pela articulação de uma greve nas empresas Schultz, Metalúrgica Duque e Indústrias Schneider (Ciser). O movimento grevista teria partido de um panfleto distribuído pela Pastoral Operária entre os fiéis, denunciando a má qualidade no atendimento à saúde do trabalhador, tendo como desfecho a morte de trabalhadores.

Em resposta ao trabalho de organização da Pastoral Operária, a repressão intensificou-se. Em 1979, a Operação Barriga Verde, que realizou prisões, torturas e assassinatos durante a ditadura em Santa Catarina, já havia terminado, mas o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) continuava ativo. O CCC foi um grupo formado por indivíduos da sociedade civil, odiosos da representação do comunismo, que gozavam de alguma legitimidade de ação violenta durante a ditadura. Tal grupo perseguiu e entrevistou na Pastoral Operária, apreendendo materiais (HELLMANN, 2010).

A imagem a seguir é um telegrama, recebido pelo Padre Luiz Fachini, responsável pela Igreja Cristo Ressuscitado, pela Pastoral Operária e pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos.

Figura 3. Telegrama recebido pelo pároco da Paróquia Cristo Ressuscitado



Fonte: FREIRE, Izaias. 2015, p.198

Em 1981, somou-se a Luiz Fachini no trabalho ligado à Teologia da Libertação outro padre, Monsenhor Boleslau, vindo das CEBs de São Paulo, este responsável pela Paróquia Imaculada Conceição, localizada no Bairro Boa Vista (mesmo bairro da Fundação Tupy S.A.). O posicionamento crítico do padre lhe rendeu apedrejamentos na casa paroquial, ameaças por telefone e perseguições noturnas. Sua morte, em setembro de 1989, é atribuída por muitos ao trabalho que ele realizava.

Os trabalhos da corrente de esquerda da Igreja Católica, com a Teologia da Libertação e a organização da Pastoral Operária em Joinville, colaboram para forjar o surgimento de lideranças políticas e de um movimento partidário que culmina na criação do Partido dos Trabalhadores.

Nas palavras de Freire (2015, p.174) “A matriz discursiva da Teologia da Libertação daria origem à fundação do Partido dos Trabalhadores em Joinville e reintroduziria o conflito na relação capital-trabalho na cidade.”

O Partido dos Trabalhadores foi, então, fundado em 21 de junho de 1981 na cidade e iniciou as atividades com 571 filiados (SILVA, MATTOS, NUNES, 2010). A organização para a fundação teve início em 1979, com poucas pessoas, todas ligadas à corrente de esquerda da Igreja Católica, às Comunidades Eclesiais de Base, à Pastoral Operária, Pastoral da Juventude e do Centro de Direitos Humanos.

Para João Fachini, a ordem cronológica dos acontecimentos foi, a princípio, a organização das Comunidades Eclesiais de Bases, que formou o Centro de Direitos Humanos,

que criou o Partidos dos Trabalhadores em Joinville, com o compromisso de luta com as oposições sindicais.

Desta forma, as oposições sindicais de Joinville, que a partir de 1989 começariam a conquistar sindicatos e filia-los à CUT, tiveram origem nas Comunidades Eclesiais de Bases, reproduzindo a trajetória de outros sindicatos como os de Curitiba e da Região Metropolitana, de Campinas e Região e de Volta Redonda.

Todavia, é preciso ressaltar que a organização do partido em Joinville não esteve, a princípio, ligada a sindicalistas. A construção das oposições sindicais na cidade foi um processo lento e desafiador. Somente em 1989, um grupo com uma bandeira explicitamente oposicionista conquistou uma entidade sindical, o Sindicato dos Mecânicos, tendo Wilson Vieira, o Dentinho, filiado ao PT, como presidente. Silva, Mattos e Nunes (2010, p.13) são taxativos ao afirma que em Joinville “[...] os movimentos religiosos foram mais representativos que os sindicatos na formação do PT”.

Segundo Hellmann (2010), em 1979, João Socas e Cleber Pinheiro estiveram em Joinville para iniciar um contato para a organização do Partido na cidade. Posteriormente, foram realizadas reuniões em Joinville, Criciúma e Florianópolis, durante as quais estiveram presentes Ruth Boettcher, Eurides Mescolotto, Ideli Salvatti e João Schimitz.

Na origem, os objetivos do Partido eram ligados à organização dos trabalhadores em comissões de fábrica, oposições sindicais e ao direito à moradia (NEITSCH, 2017, informação verbal). Ao longo dos anos 1980, o Partido se fortaleceu, organizou candidatos e disputou eleições. Mas até 1989 o Partido não conseguiu impulsionar nenhuma liderança sindical, muito embora, segundo Carlito Merss “apesar de não ser filiado à CUT, nós [o PT] tínhamos gente nossa lá dentro [do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville]” (MERSS, 2017, informação verbal).

Luiz Carvalho esteve à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville entre 1982 e 1994 e participou do PT durante o ano de 1988, quando saiu e se filiou ao PMDB tornando-se depois vereador. A saída do PT e a filiação ao PMDB não deixou de surpreender militantes e políticos do partido. Em entrevista ao jornal *A Notícia*, na ocasião, Carlito Merss chegou a afirmar que “[...] diante do caminho que tomou Carvalho, sua permanência no PT seria prejudicial para a sigla.” Mas afirmou não entender o motivo do sindicalista, pois

[...] durante a greve dos metalúrgicos da Tupy, em setembro de 85, o sindicalista sofreu forte pressão do governo de Wittich Freitag (PMDB) [prefeito de Joinville]. ‘Naquela oportunidade Carvalho afirmou que lutaria

até o fim contra Freitag e o PMDB, uma vez que o prefeito negou fornecer até água para os metalúrgicos em greve'. (A NOTÍCIA, 1988, s/p).

A partir de 1989, o trabalho realizado na Pastoral Operária e no Partido dos Trabalhadores, cujos objetivos eram, entre outros, apoiar a organização das oposições sindicais começaria a gerar frutos com a primeira vitória de uma chapa cutista para o Sindicato dos Metalúrgicos, entidade que passaremos a analisar a seguir.

3.3. A trajetória do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville

O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville foi fundado em 17 de novembro de 1931 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 12 de fevereiro de 1942, por meio da Carta Sindical emitida pelo órgão federal. Expressão do modelo de sindicalismo de Estado implementando durante o governo Vargas, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville “[...] nasceu [...] para a manutenção e o disciplinamento do trabalhador ao Estado, ao capital, ao interesse condicional e irrestrito da indústria” (SOUZA, 2008, p.80).

Este Sindicato é um dos mais antigos da cidade e originalmente representava, além dos metalúrgicos, os trabalhadores mecânicos, siderúrgicos, de fundição e do material elétrico. Porém na década de 1950, a entidade foi dividida em três novas entidades sindicais, resultando um sindicato para a categoria dos mecânicos, outro sindicato para o setor térmico e outro para os trabalhadores metalúrgicos.

Segundo Souza (2008, p.33), durante o Estado Novo “[...] o movimento sindical joinvilense assumiu uma postura corporativista, reformista e de colaboração com o capital.”, fruto da incorporação do trabalhismo varguista. Os sindicatos, durante este período, difundiam a ideologia do trabalho disciplinado. Os sindicatos de Joinville cumpriam a função de propagar os ideais varguistas no meio operário, “[...] em assembleias, cursos, encontros promovidos pelas entidades sindicais, patrocinados e fiscalizados pelo Estado.” (SOUZA, 2008, p. 40).

Os sindicatos cumpriam uma “[...] função educativo-ideológica. Exemplo disso foi o papel social desenvolvido pelo Círculo Operário de Joinville e a utilização dos meios de comunicação pelo Estado” (SOUZA, 2008, p.35), característica do chamado sindicalismo amarelo. O Círculo Operário de Joinville era colaborador do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ao propagar o ideal do trabalho ordeiro e disciplinado, estimular o não-conflito de classe e manter harmônica a relação capital/trabalho. Para que um trabalhador pudesse utilizar

a estrutura do Círculo Operário deveria “estar em dia com a sua sindicalização”. (SOUZA, 2008).

Durante a Era Vargas, o movimento sindical da cidade também sofreu os efeitos da repressão política, resultando inclusive na destruição de parte do acervo de documentos de movimentos sociais de esquerda da cidade¹⁶.

Além dos sindicatos, a imprensa local figurou como importante aparato de controle sobre os trabalhadores. O Jornal de Joinville, cuja publicação era diária, divulgava em todas as edições discursos do presidente Vargas e incentivava o trabalhismo, a vida ordeira e a disciplina, amortecendo o conflito entre trabalhadores e patrões. Como afirma Souza (2008, p. 113)

Em Joinville, a imprensa propagou o ideal da passividade, da cordialidade e da ordem. Uma cidade onde se trabalha, diziam os porta-vozes da imprensa local. O operariado foi forjado para servir, de forma resignada, às forças produtivas capitalistas. Essas eram as características valorosas de um povo trabalhador, honesto e harmonioso:

Em Joinville patrões e operários sempre viveram na mesma comunhão de vida e de interesses. A história da nossa indústria registra apenas umas duas manifestações grevistas, promovidas mais por pirataria de politicagem que por amor aos operários. Gente ordeira, vivendo na sua casa, cultivando a sua pequena horta, em seu próprio terreno, o operário Joinvilense é feliz e não se prestará nunca a promover desordens grevistas e a reclamar concessões descabidas por amor a ideologias de sectarismos que se quer implantar no Brasil [...]. (JORNAL DE JOINVILLE, 1931, p. 1 *apud* SOUZA, 2008, p.113).

Outro fator que configura esta entidade sindical como propagador das ideias varguistas de cooperação na relação capital-trabalho foi o próprio processo de fundação da entidade, cuja construção somente foi possível após os sindicalistas procurarem os industriais da cidade, que solicitaram ao Ministério do Trabalho a Carta Sindical para reconhecimento. Como transcreve Souza (2008, p.70-71)

[...] com a compreensão cívica de três moços que se chamam Dieter Schmidt, Nilson Bender e Gert Schmidt, respectivamente diretor-presidente, diretores gerentes da Fundação Tupy S.A.; moços estes que entenderam que os ricos devem ser menos ricos e que os pobres devem ser menos pobres é que vamos concretizar nossas aspirações de verdadeiros sindicalistas democráticos [...]. (SINDICATO DOS TRABALHADORES

¹⁶ O acesso a documentos referentes à atuação e à história do Sindicato entre 1931 e 1984 foi prejudicado. No ano de 1955 um incêndio destruiu a sede da entidade, ocasião em que foram perdidos documentos históricos. Nas décadas de 1960 e 1970 documentos foram destruídos pelos próprios trabalhadores e sindicalistas fugindo da perseguição do regime civil-militar e há relatos de incêndios de autoria desconhecida, provavelmente criminosos e sob o comando do Comando da Caça aos Comunistas. (SOUZA, 2008).

METALÚRGICOS E MECÂNICOS..., 16 jun. 1964, p. 4, *apud* SOUZA, 2008).

No período da ditadura, o Sindicato se manteve propagador da ideologia do trabalho disciplinado, contendo a luta operária e amortecendo conflitos. Durante este período, segundo Adolfo José Constâncio (2017, informação verbal)¹⁷, a burguesia se utilizava de formas de controle e de artimanhas para comunicação entre si, para reprimir expressões de organização da classe trabalhadora. Um exemplo de artimanha utilizada era a que consistia em assinalar, com um código na cor vermelha, as Carteiras de Trabalho de trabalhadores mais reivindicativos, quando estes eram demitidos (a data ou ano). Segundo o mesmo entrevistado, este era um código que significava “que você era um agitador, um cara que não servia para trabalhar, que você era uma cara que faria confusão, que faz greve.” (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal). Este mecanismo utilizado foi chamado de “lista negra” e perdurou até, pelo menos, 1987.

Luiz Carvalho relatou uma das táticas utilizadas pela burguesia na perseguição aos trabalhadores militantes¹⁸.

Era uma cidade relativamente pequena e as empresas trocavam informações sobre ativistas sindicais por nota. O cara chegava para pedir emprego, o patrão ligava para a empresa que empregou a pessoa anteriormente, e perguntava como era o cara na empresa, se era número 8 ele mandava o cara voltar no outro dia. Nota número 8 era de ativista sindical, não ia ter emprego. (CARVALHO, 2016, informação verbal).

Tullio Hostilio Garcia escreveu para o Jornal de Joinville, no ano de 1968, sobre o sindicalismo da cidade, destacando harmonia entre classes e a compaixão da burguesia:

Reportando-se aquele período de lutas e sacrifícios [década 1930], disse o Vereador João Ferreira: ‘Antes o meio patronal hostilizava, abertamente, quem tentasse organizar sindicatos de classe. Hoje, acentuou o conhecido líder classista, empresários dotados de mentalidade evoluída, reconhecem o valor da representação sindical, condição básica para manter sempre vivo o diálogo entre patrões e empregados, buscando as formulas que conciliem os interesses das forças do capital e do trabalho. (GARCIA, 1968, p.3)

Em outra ocasião, ainda em plena ditadura, o mesmo jornal noticiou um movimento de negociação do Sindicato dos Metalúrgicos, cuja manchete foi “Sindicato tenta resolver

¹⁷ Adolfo José Constâncio foi o presidente do SMJ no período 1994 a 1988.

¹⁸ Luiz Carvalho foi membro da diretoria do SMJ entre 1982 e 1994.

problema de seus associados sem demagogia e sem reivindicar absurdo dos patrões”. Tal notícia evidencia, contudo, que existiram eventos de mobilização e descontentamento:

O Sindicato [...] está se movimentando junto aos empresários locais no sentido de promover contratos coletivos de trabalho, objetivando a melhoria da remuneração dos assalariados. [Entrevista Hugo May, então presidente da entidade sindical] ‘Na verdade, o movimento a que nos entregamos está sendo visto com simpatia, demonstrando aos industriais compreensão e disposição de dialogar com os presidentes de sindicatos, desde que não se pretenda absurdos e se faça demagogias em torno do assunto. (JORNAL DE JOINVILLE, 1969, p.1).

Até a década de 1980, a atuação dos sindicatos joinvilenses era, segundo Aires Zacarias (SINDICALISMO, 1980, s/p) expressão do peleguismo. Os sindicatos limitavam sua atuação à prestação de serviços assistenciais, enquanto no plano político buscavam restringir a participação de militantes dissonantes com a linha de atuação da diretoria.

Segundo Zacarias, “O sindicalismo joinvilense até muito àquem (sic) da realidade brasileira limitando-se a conceder assistência médica-odontológica, se constituindo mais como um mini-posto do INAMPS, do que efetivamente um órgão de assistência sindical.”. O Sindicato dos Metalúrgicos era à época comandado “[...] por um pelego de nome Orlando Silva, [ele] não admite concorrência que o ameace a sua tranquilidade neste empreendimento.”

Em 1977, quase toda a chapa oposicionista foi sumariamente demitida. Segundo Zacarias,

[...] empregados que tiveram a ousadia de formar oposição estão sendo demitidos covardemente, com o apoio de pelegos cretinos, que utilizam-se de cargos para pisotear seus companheiros de trabalho, vilipendiando-os [...] aceitando as imposições patronais covardemente, recebendo altas somas em dinheiro para aceitarem aprovação de acordos coletivos de trabalho espúrios, indignos. (HORA H, 1980, s/p).

Em todos os casos em que o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville foi citado no Jornal Correio da Tupy, há referência ao assistencialismo, a reuniões da diretoria, ou a eleições sindicais. Até o início de 1985 o conteúdo do Jornal Correio da Tupy não se alterou significativamente. A rigor, a análise de vinte e oito números do Jornal Correio da Tupy, publicados entre os anos de 1977 (primeiro ano do periódico de edições de aproximadamente

quinze páginas) e 1987¹⁹, demonstra que, até 1985, o sindicato atuou fundamentalmente como entidade prestadora de serviços. Eram recorrentes as referências ao assistencialismo, reuniões da diretoria e às eleições sindicais. Todavia, em 1985 este comportamento assistencialista e de retaguarda é, em parte, superado com a primeira greve na Fundação Tupy S/A, marcando o rompimento do Sindicato dos Metalúrgicos com o modelo vigente. A partir de então se inicia um processo gradual de mudança, que se estenderia durante a década de 1990 até a consolidação e alastramento das ideias cutistas na cidade.

A rigor, inicia-se um processo de mudança política no movimento sindical em Joinville, sob influência da CUT, que conquista em 1989 a direção do Sindicato dos Mecânicos. Neste mesmo ano, o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias do Material Plástico de Joinville, também, elege uma chapa cutista para a direção da entidade.

Este clima de mudança, de conquista das oposições sindicais, terá repercussão entre os metalúrgicos de tal forma que a partir de 1985 ocorrem as primeiras greves de maior envergadura desta categoria na cidade. Mais precisamente, neste ano, os metalúrgicos deflagram uma greve, na Tupy S.A, com a participação de 7.200 trabalhadores, de um total de 10 mil funcionários da empresa (SAG/DIEESE, s/d)²⁰.

Esta greve ocorreu quando o Sindicato procurou a gerência da Tupy S.A. para negociar um aumento salarial (fora do período da data-base) levando em conta a inflação do período. Na reunião de negociação, para além da diretoria do Sindicato, compareceram duzentos trabalhadores que, por difundirem a ideologia de parceria, acreditavam que a gerência concederia um aumento salarial. Entretanto, quando a gerência se negou a negociar, diante do grande número de trabalhadores no recinto, o Sindicato deflagrou a primeira greve da categoria. O processo de negociação se desenrolou com interferência do Tribunal Regional do Trabalho e, segundo dados do SAG/Dieese (s/d), os metalúrgicos retornaram ao trabalho mediante acordo com a empresa.

Para parte da diretoria, que vinha desde 1982 buscando apoio e credibilidade junto aos trabalhadores, a greve de 1985 representou ganho real, pois foi um momento histórico de conquista. Segundo Carvalho,

Aí o sindicato começou a ser visto e respeitado, por uma grande parcela da população, por outra parcela a efeito de comentários, pelo patronato eu passei a ser alvo de comentários. [...] E aí o sindicato começou. E os outros

¹⁹ Todos os periódicos “Correio da Tupy” e “O Fundidor” estão disponíveis para consulta e pesquisa no Arquivo Histórico de Joinville.

²⁰ Os dados do Sistema de Acompanhamento de Greves nesta monografia apresentados foram solicitados ao DIEESE e gentilmente encaminhados a nós por Rodrigo Linhares, a quem a autora agradece.

[sindicatos] também começaram a agregar; eu te diria que o movimento sindical em Joinville se divide em antes e depois de 85. Depois de 85 outras categorias também começaram a criar coragem de fazer um enfrentamento. (CARVALHO, 2016, informação verbal).

Em nossa análise, apesar deste evento, a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville ainda estava, naquele momento, sob influência do modelo do velho sindicalismo, buscando meios de se adequar à nova configuração social. Como dissemos, foi somente em 1994 que, numa tentativa de consolidação da CUT na cidade, uma diretoria com proposta de filiação àquela central foi eleita. Vejamos de forma mais sistemática este histórico.

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville se manteve a mesma entre os anos de 1964 e 1982, então presidida por Orlando Silva. Em 1982, Luiz Alberto de Souza Carvalho, até então funcionário da Fundação Tupy, concorreu como vice-presidente da entidade sindical.

Eu era um homem de produção da Fundação da Tupy, cargo de confiança, eu era chefe de seção, e foi criado aquele Círculo de Controle de Qualidade, já ouviu falar? (...) os operários se reúnem e dão sugestões sabe? Mas não pode falar de salário, de política e eu fui o coordenador geral daquilo e comecei a falar para os caras, que eles tinham que discutir salários sim. [...] isso em 78, 80. Até que [em] 1981 o conselho de líderes de CCQ [...] vieram a mim e disseram “Carvalho pega o sindicato” e eu disse “vocês estão loucos, primeiro que eu não entendo nada de sindicato, segundo que se faz chapa contra o sindicato aqui, a empresa demite”, “não, nós queremos que tu entre na chapa do atual presidente, para, a partir daí, mudar.” Eu disse que precisava pensar, porque era uma mudança na minha vida muito grande, eu estava acostumado de ir do serviço pra casa e da casa pro serviço. [...] aí eu fui. Era chapa única, mas eu fiz questão de percorrer a empresa toda, parando as seções e conversando com o pessoal e dizendo que eles estavam recebendo um pacote de presente que pode conter “merda”, mas que só iam descobrir depois que abrissem. Eu encontrei resistência “mas tu vai pra lá com aquele cara!” Eu disse “eu estou eleito, mas eu fiz isso para dizer para vocês que eu estou indo para lá para mudar, se eu não conseguir eu renuncio, se eu não conseguir mudar eu volto pra fábrica.” Eu não nasci lá. (CARVALHO, 2016, informação verbal)

Segundo nossa análise dos eventos ocorridos durante a década em que Luiz Carvalho dirigiu a entidade sindical, houve uma mudança significativa na forma de condução de parte da diretoria.

A atuação do grupo representado por Luiz Alberto na diretoria ocorre por sua vez, como já afirmamos, em um contexto de mudança no sindicalismo e na política de Joinville. Tal mudança tem sua gênese na corrente de esquerda da Igreja Católica, que culminou na entrada do Partido dos Trabalhadores na cidade. Uma das pautas de luta dos membros do

Partido em Joinville era o apoio às oposições sindicais, porta de entrada para o chamado “novo sindicalismo”.

Somando-se a ação da Igreja Católica (com a Teologia da Libertação), o Partido dos Trabalhadores e as oposições sindicais, a intensa migração (vindo, sobretudo, no sentido Paraná-Joinville), que resultou maiores taxas de desemprego, a sociedade joinvilense passou por transformações significativas na década de 1980. Dessa forma, pensamentos contra conservadores passaram a ter espaço e o movimento operário e sindical ganhou terreno para se articular. A conjuntura nacional, de final de regime ditatorial, também impulsionava e cedia lugar a ideologia da harmonia social.

Sobre a primeira data-base após a vitória da chapa de situação reformulada em 1982, ainda sob influência do modelo do velho sindicalismo, Luiz Carvalho nos relatou:

[...] montei a proposta e mandei para a patronal, em janeiro, a data-base é 1º de abril. Dia 30 de março eles chamaram. E quando eu sentei, na folha da proposta era tudo N (não) né. O Oswaldo, era o presidente da patronal naquela época, eu disse “mal perguntando esse tanto de N é “não” ou de “necessário”?” “porque Carvalho?” “porque se for de não eu estou indo embora, não tenho o que fazer aqui, se for de necessário a gente pode conversar.” “não, é de não” “então tchau, eu tô indo embora.” “aonde que tu vai?” “eu estou indo em Florianópolis, colocar o dissídio”. Ia ser a primeira vez que ia ter dissídio em Joinville, só que eu já tinha preparado o dissídio né, estava lá preparado, eu já tinha feito. Aí fui pra Florianópolis e aí foi um alvoroço em Joinville, isso em 82 (CARVALHO, 2016, informação verbal).

A partir desta época, o sindicato passou a elaborar e distribuir um jornal para a categoria, incentivando, nas palavras de Luiz Carvalho, um “estado de alerta” e posterior “estado de greve”. Segundo Luiz Carvalho, em 1982, a categoria encontrava-se despolitizada e realizar uma greve seria “desperdiçar a oportunidade e colocar o sindicato de vez pra baixo.” (CARVALHO, 2016, informação verbal). A estratégia de mobilização então envolveu um sólido trabalho de base²¹.

Para Luiz Carvalho, progressivamente o sindicato ganhou respeito da categoria. Segundo Valmir “Capim” Neitsch, “[...] houve um tempo que era o Lula em São Paulo e o Carvalho aqui em Joinville, ele era amado pelos trabalhadores.”.

Em outubro 1985, uma comissão de vinte trabalhadores procurou a direção do sindicato, denunciando as precárias condições de trabalho. Luiz Carvalho propôs, então, um

²¹ Durante os anos 1980, aconteciam no bairro Boa Vista, bairro de residência de muitos funcionários da Fundação Tupy, missas católicas dirigidas pelo Monsenhor Boleslau, que reuniam milhares de metalúrgicos para ouvir as ideias (emblemáticas) da Teologia da Libertação, com pautas “contra Figueiredo”, “abaixo a Ditadura” e “contra a exploração”. (NEITSCH, 2017, informação verbal).

“desafio” aos trabalhadores: que retornassem ao sindicato com mais amigos. A estratégia deu resultados, pois a partir daí o sindicato passou a negociar com a Fundação Tupy, ainda que fora da data-base. Nas palavras de Luiz Carvalho:

Nós entramos em negociação com a empresa, o empresário achou que não tinha como negociar, por que estava fora da data-base, era época de inflação violenta [...]. Nós estávamos negociando uma proposta de reajuste e algumas coisas de ambiente de trabalho e a Tupy negou-se. Eu comecei a negociar e numa jogada de sorte, foi uma jogada, a Tupy tinha um centro de pesquisa muito grande, um auditório muito grande e eu propus que uma das negociações fosse feita lá e acompanhada por um grupo de trabalhadores, por que quando eu ia negociar eu sempre criava uma comissão de trabalhadores, nunca sentei com o patrão sozinho. E aí, para surpresa minha, a Tupy topou e nós fizemos uma mesa de negociação, tinha sentados ali perto de 200 trabalhadores acompanhando as negociações e aquele CCQ [Centro de Controle de Qualidade] continuava ainda forte e o diretor de produção da Tupy na época era o cara que também comparecia muito nas reuniões do CCQ, que abraçava trabalhador tal, e naquela negociação que a Tupy estava negando tudo, ele só colocou a cara na porta, olhou, e saiu, eu na mesma hora escrevi um papelzinho *É Greve!* E isso era uma quinta-feira e aí eu fui para sindicato e imprimi um panfleto de última hora onde eu dizia que o diretor da Tupy só abraçava trabalhador nas reuniões do CCQ, quando era para tratar de benefícios ele nem entrava na sala, ele só abria a porta e saía. E os caras tinham visto e aquilo foi um gatilho, eu convoquei uma assembleia para sábado de manhã lá na Rua Conselheiro Mafra, e a minha diretoria rachada, dos vinte e cinco, uns oito foram, mas chamei mesmo assim e para minha surpresa apareceu 6 mil homens nessa assembleia. Aí subiu a faixa “estamos em greve” e saímos, isso dá uma distância de quase 10 km, do sindicato até a empresa, nós fomos a pé; eu me lembro que não era um sábado, era um domingo. Dia 20 de outubro de 1985, era um domingo e o JEC [Joinville Esporte Clube] jogava à tarde. E nós chegamos na frente da Tupy era perto do meio dia e eu dissolvi a passeata e disse que quem quiser ir ao jogo do JEC que fosse, mas às seis horas da tarde, sete horas da noite, todo mundo teria que estar lá. E o pessoal olhou pra mim e disse “Carvalho, mas como...” e eu disse “vamos ver.. conforme o que voltar, eu tenho que ter uma certeza de como o pessoal tá, ou se é só uma empolgação. Trabalhador unido, jamais será vencido, se é só empolgação, tenho que ver como é que é.” E a vontade eu vou ver nesse intervalo. O cara vai ver o jogo, vai pensar, conversar com os amigos, a Tupy na época tinha 10 ou 11 mil empregados. E naquele domingo sete horas da noite um mil voltaram. E aí parou. E aí não teve jeito e naquela época não tinha celular e aí parou. (CARVALHO, 2016, informação verbal)

Para a burguesia e a imprensa local, a greve de 1985 foi recebida como uma surpresa e atribuída a “interesses alheios aos da classe metalúrgica” (O Estado, 1985, p.5). Durante os piquetes, a Fundação Tupy recorreu à imprensa e à polícia para desmobilizar a organização (DIÁRIO CATARINENSE, 1989, s/p).

Freire (2015) destaca que houve uma tentativa de atribuir a greve a grupos externos à cidade de Joinville, associando a greve a outra ocorrida em São Paulo na época, acusações de

a greve estar fora do controle do sindicato e também da existência de “baderneiros enviados por Lula à cidade e até mesmo em dinheiro vindo de Cuba para financiar o movimento.” (FREIRE, 2015, p.212). Outra tentativa por parte da Fundação foi afirmar que o sindicato não liderava a greve e sim a encampava (EXTRA, 1985, p.4).

Foto 7. Piquete durante a greve da Tupy em 1985



Fonte: O Estado, Florianópolis 22 de outubro de 1985. Reproduzido de Freire, 2015.

Foto 8. Passeata após o fim da greve na Fundação Tupy, 1985



Fonte: Jornal A Notícia, 26 de outubro de 1985.

Foto 9. Comemorações após o fim da greve na Fundição Tupy, 1985



Fonte: Jornal Extra, 26 de outubro de 1985.

Segundo João Fachini (2017, informação verbal), a Fundição Tupy era, na década de 1980, área de segurança nacional²² e por este motivo durante a greve de 1985 um grande policiamento foi articulado dentro da fundição para caso quisessem agir.

Durante a greve a Fundição permaneceu fechada, com exceção da guarda e da polícia, ninguém entrava, ninguém saía. A direção da empresa foi proibida de entrar na fábrica, linhas telefônicas foram instaladas em um espaço próximo, para a diretoria.

A Tupy logo requereu a ilegalidade da greve, com aquele negócio de avisar o patrão. E aí foi para o Tribunal e no Tribunal a Tupy começou a dizer que só tinha vagabundo na greve e que o Lula tinha mandado 80 ou 100 bandidos, pistoleiros, que o sindicato não tinha domínio da greve. Aí eu estava voltando de Florianópolis e o Janilton, o advogado do sindicato, deitado atrás do carro, eu disse “quando chegar no sindicato, tu vai na Transtusa e na Gidion [empresas locais de ônibus], uma das duas, eu quero trinta ônibus, eu pago, não quero brinde”. “porque Carvalho?” “porque eu vou ficar na porta, ficar de piquete em piquete, na época era uns vinte e cinco piquetes e a gente fechou o mangue, porque tinha trabalhador que queria entrar pelo mangue para furar a greve. E aí eu fui de piquete em piquete e escolhi só gente de cabelo branco, com mais de 10 anos de Tupy e disse que amanhã eu queria todos de uniforme da Tupy, cracházinho no peito, lotamos 6 ônibus, eu tinha pedido 30, mas aí não deu, por que era dia de semana, mas aí conseguimos 6 ônibus, 180 homens. E tocamos para Florianópolis, o auditório do Tribunal tinha capacidade para uns 100. [...]. Quando acabou aquela reunião, que não deu negócio, mas ficou encaminhado, o presidente do Tribunal disse “senhor

²² A Fundição Tupy S.A é a maior fundição da América Latina, foi a primeira a moldar ferro fundido maleável, o que, em caso de guerra, seria vantajoso. Segundo Freire (2015) a afirmação de Joinville ser uma cidade de segurança nacional refere a um acordo realizado durante o regime militar que, em caso de guerra, a Fundição Tupy converteria a produção para a indústria bélica. Em contrapartida, recebeu empréstimos do governo. Costa (2000) concorda e afirma, em sua dissertação de mestrado que a Fundição Tupy recebeu empréstimos do governo federal para expandir a produção fabril.

Carvalho, quem é esse povo? Não eram bandidos e vagabundo? Que o Lula mandou?” aí eles foram conversando com os trabalhadores e perguntando quantos anos de Tupy eles tinham, quanto ganham, e eles mostravam o holerite. E eles se espantavam, como quem diz “eles tem que parar mesmo”[...]. (CARVALHO, 2016, informação verbal).

A imagem abaixo é uma fotografia do dia 25 de outubro de 1985, na ocasião da votação que pôs fim a greve na Fundação Tupy.

Foto 10. Votação de acordo durante a greve na Fundação Tupy, em 1985



Fonte: A Notícia, Joinville 26 de outubro de 1985. Reproduzido de Izaías de Souza Freire, 2015.

Em janeiro de 1986, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville organizou uma assembleia que definiu a campanha salarial do ano. As reivindicações foram: redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, 30% de reposição salarial, 15% de produtividade, INPC, transporte para os trabalhadores, auxílio casamento, funeral e garantias para gestantes. Em março, após dissídio, a categoria aceitou 5% de produtividade (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1986, p.8; O ESTADO, 1986, p.8). Segundo o jornal “O Estado”, em 1986 o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville tinha nove mil associados, neste mesmo ano ocorreu pleito para diretoria da entidade sindical, Luiz Carvalho passou a ser presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

Em setembro de 1987, ocorreu novo dissídio, após a categoria não aceitar a proposta de reajuste. O período era de intensa inflação e os metalúrgicos de Joinville decidiram em assembleia entrar “em estado de alerta” novamente, e o sindicato passou a informar, nas portas de fábricas, a situação da negociação.

A categoria lotou totalmente a frente do Sindicato, para ouvir os informes e deliberar o que fazer. Suas reivindicações eram de reajustes de 34% parcelados em setembro, outubro e novembro, ao que a classe patronal contrapôs o reajuste de 8,35% em setembro, e 4,69% em outubro e novembro [...]. Segundo o Sindicato, apesar de a data-base da categoria ser em outubro, a cláusula terceira da convenção passada estabelecia a reabertura das negociações em caso de mudança na economia, como aconteceu com a implantação do Plano Bresser [...]. Luiz Alberto Carvalho, presidente do Sindicato, fez da tribuna um alerta às empresas, dizendo que ‘o barril de pólvora explode quando o fogo chega perto’, alertando assim às empresas sobre a possibilidade de uma greve em outubro, caso haja reposição das perdas salariais da categoria, ‘que estão hoje em 46% desde junho’. (O ESTADO, 1987, p.6).

Em 1989, segundo dados do SAG/DIEESE (s/d), ocorrem quatro greves por empresas envolvendo metalúrgicos, durante o mês de março²³.

As quatro greves ocorridas em março, tiveram como motivo o não cumprimento do pagamento da URP (Unidade de Referência de Preços) de fevereiro (reajuste de 26,05%). Na empresa Mold Motores, a greve, durou oito horas e envolveu cento e sessenta trabalhadores. Ao fim, segundo dados do DIEESE, a empresa demitiu nove grevistas, decisão esta que o Sindicato prometeu contestar na Justiça. Na empresa Nielson, Indústria de Correcerias, a greve durou oito horas e também teve como desdobramento a demissão de trabalhadores: quinze grevistas, que o Sindicato informou buscar recorrer junto a Justiça, no futuro.

Na empresa Tupy a greve durou três dias e envolveu oitocentos trabalhadores grevistas, que voltaram ao trabalho sem terem a reivindicação atendida, e com quarenta trabalhadores demitidos, que “a empresa alegou justa causa por conta dos excessos cometidos pelos grevistas durante o movimento.”²⁴. Diante do grande sucesso da greve de 1985, uma explicação possível para o caráter contido da greve de 1989 na Fundação Tupy, é a propaganda feita pela fábrica na imprensa local, que alegou que a greve não teve adesão pelos metalúrgicos. Segundo o “Jornal de Santa Catarina” (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1989, p.6), no primeiro dia de greve, 80% (segundo o sindicato e 30% segundo a empresa) dos funcionários não foram trabalhar e no dia seguinte esse número caiu para 2%. (JORNAL

²³ Dados do SAG/DIEESE (s/d) apontam que não houve greves em que trabalhadores metalúrgicos tenham participado, em Joinville, no ano de 1987, como também em 1988.

²⁴ SAG/DIEESE, s/d.

DE SANTA CATARINA, 1989, p.7) Ainda segundo o jornal, a Fundação Tupy fez um “esclarecimento pela televisão”, no primeiro dia de greve, e reprimiu duramente, com auxílio da Polícia Militar.

Foto 11. Repressão policial durante a greve na Fundação Tupy, em 1989



Fonte: Diário Catarinense, 14 de março de 1989.

A greve repercutiu, também, entre outras dez categorias profissionais que, juntas, decidiram por uma greve geral (DIÁRIO CATARINENSE, 1989, p.22).

Neste mesmo ano, a Fundação Tupy demitiu 5% de trabalhadores da fábrica, cerca de 400 metalúrgicos, alegando crise (O ESTADO, 1989, p.7).

Na empresa Simesc, a duração da greve foi maior, trezentos trabalhadores grevistas paralisaram a produção durante dezoito dias no mês de março, totalizando 144 horas paradas. A direção da empresa ofereceu reajuste de 7,48%, que a categoria não aceitou e optou pela greve.

Em 1990, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville realizou uma greve unificada com o Sindicato dos Mecânicos (filiado à CUT desde o ano anterior). Participaram oito mil grevistas durante oito horas, reivindicando aumento salarial. O acordo realizado foi de reajuste de 59% para a categoria metalúrgica e 100,75% para os mecânicos.

Segundo entrevistas, uma possível entrada da CUT na cidade foi bastante repudiada e adiada pelo patronato na década de 1980. Adolfo José Constâncio, primeiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville filiado à CUT, em entrevista, nos relatou sobre sua história de vida e sua visão da entrada da CUT na cidade:

Eu trabalhei na Ciser desde 1985, e lá, o senhor Schneider [Carlos Schneider], falecido, todo dia colocava um recorte do jornal Folha de São Paulo no mural da firma e circulava com caneta lumi-color notícias sobre a CUT. O jornal metia o pau [criticava] e ele circulava e mandava colar no mural na frente da firma. E aquilo começou a me perturbar, eu me perguntava o porquê que ele colocava coisas da CUT no mural, eu ainda não era filiado a CUT. Aí um dia eu perguntei o porquê que ele coloca notícias da CUT e ele começou a rir, dizendo que era porquê ele não queria que a CUT viesse para Santa Catarina. Era estranho porque todo dia ele tirava um tempo para fazer isso. Ele pegava o jornal, recortava a parte, passava com aquela canetinha onde falava “CUT”, “baderna em São Paulo”, que “quebrou tudo”, e colocava no mural. E assim a CUT em Joinville entrou bem depois. Era vista desde modo, o empresariado, não queria nem saber. Porque no ABC paulista era greve direto. Tanto que quando nós fomos filiar o sindicato à CUT eles colocaram uns caras lá [o patronato], mas como era maioria na assembleia, quando nós filiamos tinha mil e poucas pessoas lá no centro, no pátio do sindicato, e tinha 10 pessoas que a gente mapeou que eram pessoas que a empresa mandou para [o sindicato] não se filiar (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal).

A concretização da filiação aconteceu com apoio de lideranças da própria CUT e do PT do estado de São Paulo, da cidade de Curitiba e da capital de Santa Catarina, Florianópolis. Primeiramente o Sindicato dos Mecânicos se filia à central, em janeiro 1989. Em dezembro daquele ano, o Sindicato dos Trabalhadores do Material Plástico também se filia à CUT, após vitória da chapa três, apoiada pela central. O Sindicato dos Metalúrgicos filia-se em 1994 e o dos Servidores Públicos em 1995.

Em 1989, a categoria dos trabalhadores em oficinas mecânicas da cidade de Joinville tinha dezessete mil empregados, dos quais nove mil e novecentos associados aos Sindicato dos Mecânicos. A eleição, que viria a eleger uma chapa cutista, foi disputada por três chapas, a chamada chapa 1 da situação, com o presidente de então, Luiz Álvaro de Freitas, a chapa 2, com Werner Klug e a chapa vitoriosa, a chapa 3, liderada por Wilson Vieira, conhecido como Dentinho. A votação obtida pela chapa de Dentinho foi numericamente três vezes superior a da chapa de situação.²⁵

A campanha foi marcada por acusações a vida pessoal dos envolvidos na chapa 3, e segundo eles este foi o momento marco para a inserção da CUT no sindicalismo na cidade. Ao jornal Diário Catarinense, o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo afirmou: “as propostas foram apresentadas dentro da linha da CUT de organizar os trabalhadores. Quem não as tem parte mesmo para ataques de baixo nível.”, se referindo as acusações durante a campanha (DIÁRIO CATARINENSE, 1989, p.11).

²⁵ Em 1995, a chapa da situação, ainda filiada à CUT, venceu a eleição, contra uma chapa da Força Sindical. Mas a partir de então o sindicato passou a ter um novo presidente, João Batista.

No Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Material Plástico de Joinville, a disputa aconteceu entre três chapas, duas da situação e uma apoiada pela CUT, liderada por Rolando Isler, que saiu vitoriosa. Na época, este sindicato mantinha relações próximas com o Sindicato dos Químicos de Joinville (DIÁRIO CATARINENSE, 1989, p.9).

O processo de mudança política no movimento sindical joinvilense resulta, também, da ação política do PT na cidade. A vitória de uma chapa cutista, em 1989, no Sindicato dos Mecânicos retrata a ligação do PT com as disputas por diretorias de entidades sindicais,

A esmagadora votação (55%) na chapa apoiada pelo PT no Sindicato dos Mecânicos foi confirmadora [do aumento de inserção e trabalho do PT na cidade], Luis Álvaro de Freitas (filiado ao PFL), que está no cargo [de presidente dos mecânicos] e concorreu à reeleição pela chapa 1, sentiu que a chapa apoiada pela CUT iria vencer a eleição. ‘Se este pessoal do PT fizer um bom trabalho, vai acabar pegando os outros Sindicatos. Caso contrário, eles não vão conseguir conquistas mais nenhum Sindicato’, afirmou (JORNAL DE SANTA CATARINA, 1989, p.7).

A experiência acumulada ao longo das greves, a atuação conjunta com os mecânicos e a crescente influência da CUT e do PT na cidade ajudam a entender o movimento de ruptura dos metalúrgicos com o velho sindicalismo e o surgimento, em 1994, de uma chapa cutista, de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

O Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Joinville filiou-se à CUT em 1994, após disputada eleição em que venceria a chapa três, de oposição, tornando-se presidente o trabalhador Adolfo José Constâncio, da fábrica Ciser. O processo eleitoral teve apoio de lideranças da própria CUT e do PT do estado de São Paulo, da cidade de Curitiba e da capital catarinense (DIÁRIO CATARINENSE, 1989, p.13). Adolfo José Constâncio (2016), em entrevista, nos relatou o seguinte:

[...] quando nós fizemos a chapa de oposição, a primeira coisa foi colocar no termo um compromisso de filiação à CUT, porque não era possível simplesmente filiar, precisava de uma assembleia. A nossa assembleia teve mil e poucos trabalhadores, então saiu uma divergência, porque diziam que o sindicato da CUT cobrava um por cento, e que tem que passar 10% do dinheiro para CUT nacional. Como nós entramos como chapa todo mundo concordou, pois tínhamos o compromisso de filiar à CUT em três meses, nós não tínhamos estrutura para participar de uma eleição contra a chapa da situação, não tínhamos condições, nós trabalhadores do dia a dia, isso porque custou muito dinheiro, veio caminhão de som de São Paulo, do ABC [paulista], três caminhões, veio gente para cá, umas cem pessoas, tudo pago pela CUT de São Paulo. E aí tinham os bate-paus, que são contratados para ir lá e se tiver confusão agitar. Deu confusão, até tiroteio na eleição. Nós,

sem a CUT, não conseguiríamos montar uma chapa, seria desmanchada antes de acontecer. O patronato já ia saber e ia desmontar, e ia te despedir.

O apoio da CUT à chapa três foi o que tornou possível a criação de uma oposição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville. Como relatado por Adolfo José Constâncio (2016):

A chapa 1 era a situação, [...] a 2 [chapa 2] era uma divisão da diretoria da situação, e Hermerson, o Maceca, e mais 2, eram 4 pessoas, esses 4 montaram a chapa 2. E aí, quando faltava 5 minutos para encerrar nós nos inscrevemos. O Francisco Lessa chegou e registrou a chapa. E aí eles impugnaram 2 pessoas, porque se impugnassem duas pessoas não dava quórum para eleição, no nosso caso. Aí eles não se contentaram e colocaram mais 2 ou 3, na chapa 2. Virou uma confusão jurídica, mas o processo eleitoral continuou. O nosso advogado enviou para todas as empresas que nós tínhamos um registro de chapa e tal, para que ninguém fosse demitido. Quando eu cheguei na empresa, o dono me procurou dizendo que tinha um negócio bom para mim na empresa, eu respondi dizendo que trabalhei dez anos na empresa e nunca me ofereceram nada, nenhuma oportunidade. Isso foi antes de ser eleito, e com certeza se não fosse eleito teria sido mandado embora. [...] E aí nós fomos para o embate, tanto que eles trouxeram gente de São Paulo deles, vários bate-paus. Eles gastaram um dinheirão grande também, como nós, nós que eu digo a CUT que ajudou a eleição, porque se dependesse de nós, não teríamos um centavo (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal).

Durante as entrevistas, quando perguntados sobre uma possível filiação do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville a alguma central sindical antes de 1995, as respostas foram dispares: Luiz Carvalho (presidente até então) afirmou que o sindicato não era filiado; Sebastião de Souza Alves (membro da diretoria a partir de 1995) afirmou que o sindicato era, até 1994, filiado à Força Sindical e Adolfo José Constâncio, afirmou ser filiado à CGT.

Segundo Sebastião de Souza Alves, membro da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville desde 1995 e presidente entre 2008 e 2016, afirmou que na ocasião da vitória da chapa cutista, os dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville retiraram da sede da entidade sindical os materiais referentes a sua história:

[...] nós assumimos o sindicato em 95. [...] no momento que era para fazer a transição do patrimônio, eles depredaram muita coisa que era para ser deixada na história. Então a nossa história, a história do Sindicato, de arquivo, é do mandato pra cá, de 95 pra cá, com as coisas que estamos conseguindo guardar. Naquele momento, o sindicato tinha uma Kombi, que era um carro de som, com uma caixa de som em cima para informar os trabalhadores na porta da fábrica. Com raiva da chapa da CUT ter ganhado, eles pegaram e transferiram essa Kombi como doação ao Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas, no Rio Grande do Sul, da Força Sindical. Então, foi para lá e não tinha nenhum carro, nem sequer para entregar material o

Sindicato não tinha carro, para fazer panfletagem (SOUZA, 2016, informação verbal).

Em 1995, os metalúrgicos eram a maior categoria em números de trabalhadores em Joinville, somavam aproximadamente vinte e sete mil trabalhadores, destes, mil eram associados ao sindicato. De acordo com Sebastião de Souza Alves, durante os primeiros anos dos mandatos, a categoria manteve um posicionamento crítico em relação ao sindicato:

A prática dos trabalhadores foi por três anos, na nossa gestão mesmo, de todo o material que nós entregávamos, os trabalhadores jogarem fora. Foi muito difícil conscientizar os trabalhadores para pegar o material, para ler o material do sindicato, mesmo que ele não fosse sindicalizado [...]. Então a nossa luta foi, por muito tempo, três anos e pouco, tentando convencer os trabalhadores de ler a Tribuna, de guardar a Tribuna no bolso, pegar a Tribuna, entrar na fábrica, botar a Tribuna no bolso para ler na hora do café, do almoço, levar pra casa para a família ler. Nós conseguimos fazer essa mudança de comportamento das pessoas (SOUZA, 2016, informação verbal).

A partir de então, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville passou, segundo nos foi relatado em entrevistas, a organizar greves anualmente, logrando ganhos reais à categoria, ainda que de forma menos intensa que no estado de São Paulo. De tal maneira que a filiação à CUT representou uma mudança, tanto de folego quanto financeira para a entrada de uma diretoria mais reivindicativa.

A investida da CUT em Joinville foi bem sucedida nos quatro sindicatos citados, que ao longo dos anos 1990 não sofreram grande oposição de outras centrais sindicais. Em 1993, Rolando Isler deixou a presidência do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Material Plástico de Joinville (que se manteve filiado à CUT) para liderar o Sindicato dos Trabalhadores em Condomínios, mas sob filiação da Força Sindical.

Uma das propostas da diretoria vitoriosa ao assumir a entidade em 1994 era realizar campanhas salariais conjuntas com o Sindicato dos Mecânicos e unificar as duas entidades no ano de 1996 (A NOTÍCIA, 1995, p.7). A partir de 1995, aproximadamente 35 mil trabalhadores eram representados por sindicatos cutistas em Joinville (A NOTÍCIA, 1995, p.5). As campanhas unificadas foram realizadas para aumentar o poder de negociação junto a burguesia (A NOTÍCIA, 1995, p.4-5), embora, segundo Adolfo José Constâncio (2016, informação verbal), a burguesia tenha impedido a negociação:

Chamamos uma assembleia unificada em 1995, com o Sindicato dos Plásticos, Mecânicos e Metalúrgicos, que eram filiados à CUT, então nós fazíamos a assembleia unificada, mas o Sindicato Patronal entrou com

pedido de anulação da assembleia, porque eles não queriam que misturássemos as categorias. Não queriam uma convenção coletiva única, para direitos iguais. O patronal entrou com um processo, dizendo que não sentariam com os três sindicatos, e que cada sindicato deveria discutir com seu próprio sindicato laboral (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal).

Os novos rumos que o sindicalismo joinvilense abriu no início da década, com a consolidação do sindicalismo cutista, repercutiu em uma nova maneira de negociação. Segundo Adolfo José Constâncio, diante das greves paulistas, a burguesia de Joinville se mostrava propensa à negociação, o que permitia margem de manobra para os sindicalistas realizarem propostas e argumentações, que consistiam em pressionar uma empresa por ano, na esperança de que isso resultasse em um efeito dominó.

Entre 1995 e 1998, ocorreu uma greve por ano, capitaneada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville. Segundo o DIEESE, a greve de 1995, na empresa Wetzel Metalúrgica, envolveu oitocentos trabalhadores grevistas. Esta foi a primeira greve após a vitória da CUT no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, e para a liderança o ganho conquistado representou um futuro muitíssimo promissor. Adolfo Constâncio nos relatou a negociação, como segue:

Nós éramos o sindicato mais forte em Joinville, em 95 [1995] a inflação era de 6,28% ou 6,38%, nós fomos discutir na patronal [no Sindicato Patronal] e a Tupy disse que não daria nada. Aí nós fechamos a Wetzel [fizemos uma greve], por seis dias, aí como tinha uma greve na General Motors em São Paulo e eles deram 8% lá, nós fomos negociar com o dono da empresa, ele nos disse “pra nós acabarmos com isso, quantos por cento vocês querem?” aí nós falamos que para acabar queríamos a inflação do período e aumento real, e ele disse na hora que daria 10% e mais a inflação. Nós nem colocamos um número!, nem colocamos o número na mesa!, porque ficamos com medo de por três ou quatro porcentagem e vai que... e aconteceu que depois de 95, a categoria que tinha, dentro do chão de fábrica, o maior piso da categoria era a Wetzel. Claro, hoje tá em dificuldade, abrindo falência, mas no passado era uma empresa que... aí fechamos o acordo com eles e a greve parou, voltamos a trabalhar. A Tupy deu somente a inflação e as demais também a inflação, mas a Wetzel deu 10% mais a inflação!, aquilo ali no início foi um “Deus o Livre” para nós (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal).

Em 1996, a greve foi na Fundação Tupy S.A, envolvendo três mil trabalhadores, durante seis dias. Perguntado, durante entrevista, sobre esta greve, Adolfo José Constâncio respondeu que esta greve foi organizada pelo Sindicato, no mês de abril, e reivindicavam pagamento de horas extras que estavam atrasadas, pagamento do fundo de garantia, atrasado a dois anos, aumento salarial e correção da inflação. Abaixo o relato de Adolfo Constâncio (2016) sobre

esta greve, e também sobre a estratégia da empresa, segundo ele, de compra das lideranças do Sindicato:

Em 96 [1996], nós fomos na Fundição Tupy, dia 20 de abril, ela dava o vale sempre dia 20 de cada mês e era uma segunda-feira, aí eu disse para os caras que se nós fôssemos nesse dia fechar a fábrica eles boqueariam o vale da turma e os trabalhadores não iriam parar. Aí resolvemos voltar no dia seguinte, porque eles receberiam o vale. Dia 21 eles tinham feita uma troca, porque era feriado, e folgar em outro dia, aí nós resolvemos pegar eles de calças curtas, porque não teria ninguém da diretoria. Nós chegamos às três e meia da manhã. Tinha um turno dentro, porque começa à meia noite, mas nós precisamos parar os turnos maiores. Chegamos lá, com o caminhão de som e paramos a Tupy seis dias também. Aí ela tinha fundo de garantia atrasado, tinha dois anos de fundo de garantia atrasado dos trabalhadores, um monte de hora extra, um monte de rolos lá, eu sei que no final da negociação, eles deram a inflação, deram R\$ 350,00 reais para cada trabalhador voltar, isso em 96, colocou o fundo de garantia que estava atrasado em dia, financiando com a Caixa, em 24 meses, e que se o trabalhador fosse dispensado seria todo o fundo pago na hora, quer dizer..., todo mundo saiu ganhando. Eu sou sincero contigo, nós chegamos na mesa de negociação, [...] estava eu, o Aparecido Zen, e o Chico Lessa [membros da diretoria da Tupy S.A], [...] O diretor da Tupy disse “eu dou oitocentos mil dólares para vocês fazem o que quiserem, mas acabar com a greve agora, vocês não precisam colocar esse dinheiro no Sindicato”, vocês fazem o que quiserem. US\$800.000,00 dólares, na época era 1 por 1. Eu disse que nós íamos pensar, e que mais tarde retornaríamos. Aí eu fui no caminhão de som e contei para os trabalhadores que o diretor me ofereceu dinheiro para parar a greve, e que podíamos fazer o que quiséssemos, e disse que como os trabalhadores votaram em nós e colocaram confiança, eu preferi ir até a frente da Tupy e ser cumprimentado por dez e quinze anos, do que depois ouvir que eu enriqueci nas costas dos trabalhadores.

No ano seguinte, 1997, ocorreu uma greve liderada pelos Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville na fábrica Docol. Durante a negociação, a categoria logrou a reposição da inflação do período e aumento real de salário. Um destaque importante é o posicionamento autoritário da Fundição Tupy S.A, presente no relato de Adolfo Constâncio (2016) sobre a greve de 1997:

[...] nós chegamos às 4:00 horas da manhã, todo mundo chegava às 5:00 horas da manhã, paramos um monte de ônibus. A Tupy era quem mandava na patronal, ela determinava a negociação, se ela dissesse que não iria negociar, não tinha, todos [as outras empresas do setor] iriam atrás. Na Docol, o diretor me perguntou quantos por cento nós queríamos, eu disse 5,7% de inflação e também aumento real. Ele disse que daria 7% para encerrarmos. Quando nós fechamos acordo com ele, e as outras empresas viram atrás, a Tupy endoidou. A Tupy cedia cavaco de cobre para a Docol, que usa para a fundição de peça de válvula e parou de ceder. A Tupy disse que nem ia mais vender para a Docol. O dono da Docol até me chamou e me disse que eu tinha arrumado uma confusão e que ia ter que buscar cavaco lá em São Paulo, porque a Tupy não forneceria mais.

No ano de 1998, último ano que temos conhecimento de greves metalúrgicas naquela década, ocorreu uma greve na empresa Ciser, que durou quatro horas. Segundo a direção do Sindicato na época, diante do período conturbado, a categoria aceitou o proposto: repor a inflação do período (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal). Embora reivindicativo e grevista o Sindicato manteve a oferta de serviços assistenciais.

A rigor, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville não apenas manteve mas ampliou o assistencialismo como prática para manter e atrair sócios. Adolfo José Constâncio (2016, informação verbal) afirmou que, apesar do posicionamento da CUT ser contra assistencialista, em Joinville não era possível organizar um sindicato sem oferecer aos membros benefícios como médicos, dentistas e uma colônia férias. O motivo para isso, segundo o Constâncio, era que as empresas da cidade restringiam o plano de saúde dos trabalhadores aos seus filhos com menos de catorze anos. Sebastião de Souza Alves expressa a mesma opinião: nos relatou que os membros da diretoria realizam, anualmente, uma reunião para planejar os gastos e investimentos que farão, e que os benefícios assistenciais são formas de motivar outros metalúrgicos a se associarem ao sindicato nas campanhas de sindicalizações anuais.

Entre a filiação à CUT, em 1995 e o ano de 2016, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville passou por uma única disputa eleitoral entre chapas. A cada quatro anos ocorreram eleições regulares para diretoria e no ano de 2008, a eleição para diretoria ocorreu no mês de setembro e a chapa 1, única concorrente, denominada “Unidade na luta, a nossa força é a nossa união”, liderada pelo então presidente, Genivaldo Marcos Ferreira, foi reconduzida. Houve uma renovação de 45% da diretoria, totalizando dez novos diretores à frente do Sindicato²⁶. Mas durante o mandato a diretoria “rachou”, um grupo de diretores se afastou e se tornou oposição.

Nas eleições seguintes, em 2012, ocorreu nova disputa pela diretoria da entidade. Duas chapas da CUT concorrem à direção do Sindicato, sendo a Chapa 1 da situação, composta por membros da direção, com Sebastião de Souza Alves como presidente, e a chapa 2, intitulada “Resistencia Metalúrgica”, composta por membros dissidentes da gestão 2008, bem como por antigos diretores que haviam participado do Sindicato nos anos 90, entre eles Adolfo José Constâncio²⁷, e por trabalhadores afastados e aposentados de três grandes empresas da cidade:

²⁶ Dos 4.933 eleitores aptos a votar, 3.901 compareceram, sendo, 3.760 votos válidos para chapa única, 116 votos em branco e 25 votos nulos, totalizando um percentual de 96,40%.

²⁷ Ver: www.sinsej.org.br/2012/08/sinsej-e-chapa-2-juntos-um-ganho-para-a-luta-sindical/

Tupy S.A., Schultz S.A e Wetzel²⁸. Ademais tiveram o apoio do Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville, do Sindicato dos Mecânicos de Joinville, principalmente na figura de Adilson Mariano, aliado destes Sindicatos e vereador pelo Partido dos Trabalhadores.

No próximo capítulo analisaremos a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville nos anos 2000, quando novos desafios, contradições e conflitos se colocam, em um cenário de mudança política, com a chegada do PT ao governo Federal, de alterações na estrutura produtiva industrial da cidade, de reconfiguração da relação entre sindicato e base e sindicato e patronato. Em particular analisaremos a disputa ocorrida pelo Sindicato em 2012, pois ela revela que as chapas concorrentes tinham relações com correntes distintas do Partido dos Trabalhadores na cidade; também analisaremos as greves ocorridas no período 2011-2014.

²⁸ A crítica que a chapa 2 fazia à atual gestão dizia respeito ao afastamento da gestão sindical do cotidiano do trabalhador operário. Tal chapa se intitulava como “verdadeiramente cutista” e tinha como objetivo a unificação dos trabalhadores na cidade como um todo buscando negociações para toda a categoria, também um sindicato independente e autônomo em relação às empresas e uma data-base igual para todos os metalúrgicos da cidade de Joinville. Ao se analisar os votos em zonas de votação, na empresa de maior número de filiados ao Sindicato (metade dos filiados) a votação da chapa 2 chegou a 45% dos votos.

4

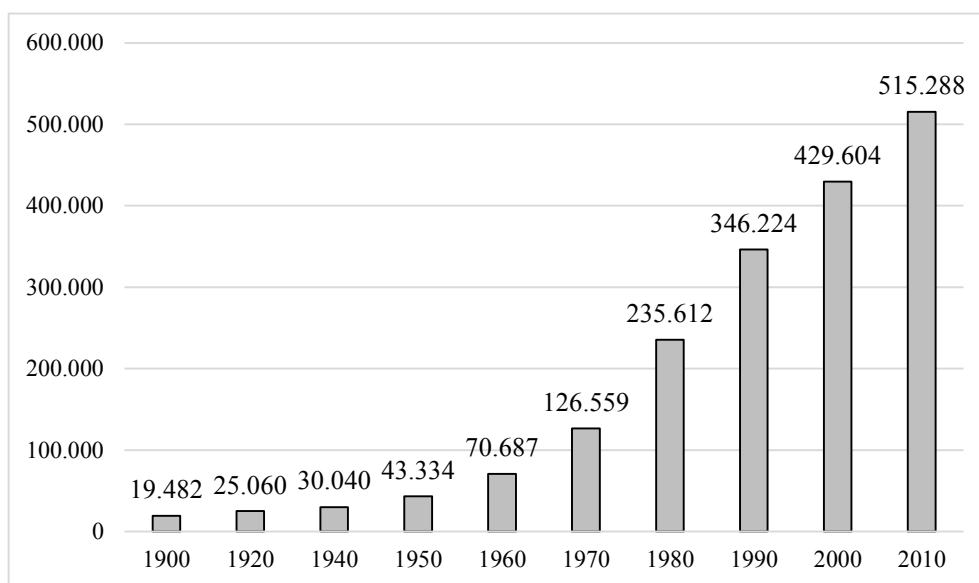
O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville diante do governo Dilma Rousseff

No capítulo anterior, analisamos o desenvolvimento industrial de Joinville, a constituição e as lutas travadas pela classe operária até a consolidação de sindicatos cutistas na cidade, ocorrida entre 1989 e 1995. Investigamos também a história do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, em especial as mudanças ocorridas na sociedade joinvilense que culminaram na filiação deste sindicato à CUT e a aliança com o Partido dos Trabalhadores.

Neste quarto capítulo, o objetivo é analisar a atuação e o posicionamento político do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville diante do primeiro governo Dilma Rousseff (2011-2014). Para isso dividiremos o capítulo em duas partes: na primeira, examinaremos a situação econômica da burguesia joinvilense, o perfil do trabalhador nas indústrias metalúrgicas e por fim, a atuação reivindicativa do Sindicato dos Metalúrgicos; na segunda parte do capítulo, analisaremos a disputa ocorrida em 2012 pela diretoria do Sindicato, entre duas chapas cutistas.

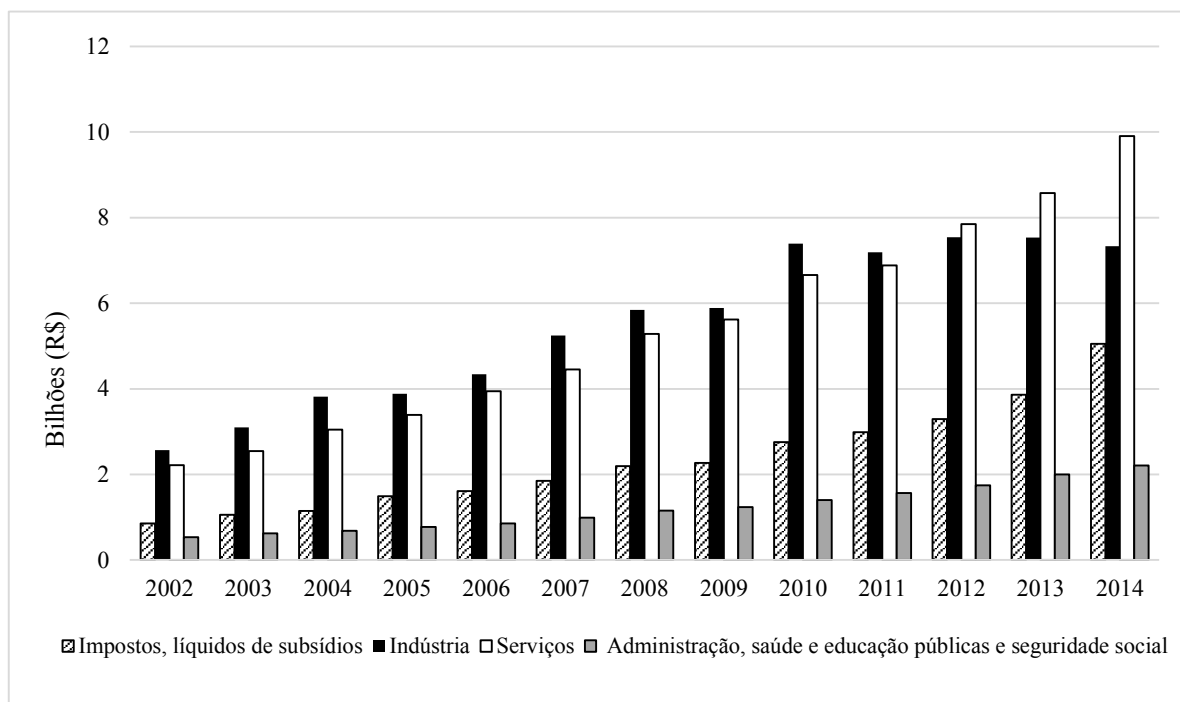
4.1 A organização operária e sindical em Joinville entre 2011 e 2014

Joinville é a cidade mais populosa e industrializada do estado de Santa Catarina. A população residente estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, é de 569.645 habitantes, superando inclusive a capital Florianópolis (477.798 habitantes).

Gráfico 1. Crescimento populacional em Joinville

Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Elaboração própria.

O principal setor da economia joinvilense foi desde o início do século XX, a indústria, com destaque, como já afirmamos, para as indústrias metal mecânica pesada (motores para o setor automobilístico, fabricação de aparelhos de ar condicionado, motores para embarcações, bombas centrífugas, chapas de aço, motores e moto bombas, ferro e aço, torneiras de cobre, metais sanitários, moto compressores, etc.), durante as décadas de 1970 e 1980. A contribuição das indústrias da cidade para o PIB municipal é histórica. Apenas recentemente (2012) o setor terciário passou a ser o principal responsável pelo PIB municipal, ultrapassando a participação do industrial (gráfico 2), como é tendência na economia mundial (SILVA, 2010). Em relação ao PIB do estado de Santa Catarina, Joinville correspondeu, em 2014, a 10,13% (IBGE).

Gráfico 2. Composição do PIB de Joinville, em bilhões de reais, entre 2002 e 2014²⁹

Fonte: SIDRA, IBGE, 2017. Elaboração própria.

Os dados apresentados neste capítulo sobre o perfil das indústrias e da força de trabalho representada pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, foram extraídos da base de dados estatísticos do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) RAIS e CAGED, utilizando a classificação IBGE Subsetores Indústria Metalúrgica e Indústria do Material Elétrico e Comunicação³⁰, por apresentar paridade àqueles a nós fornecidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

A estrutura industrial metalúrgica na cidade de Joinville é predominantemente composta por empresas de pequeno porte (até 49 trabalhadores). Entretanto, os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) mostram que são as empresas de grande porte (acima de 499 trabalhadores) que empregam maior número de trabalhadores no setor. É possível perceber essa configuração nas tabelas 2 e o gráfico 3, abaixo.

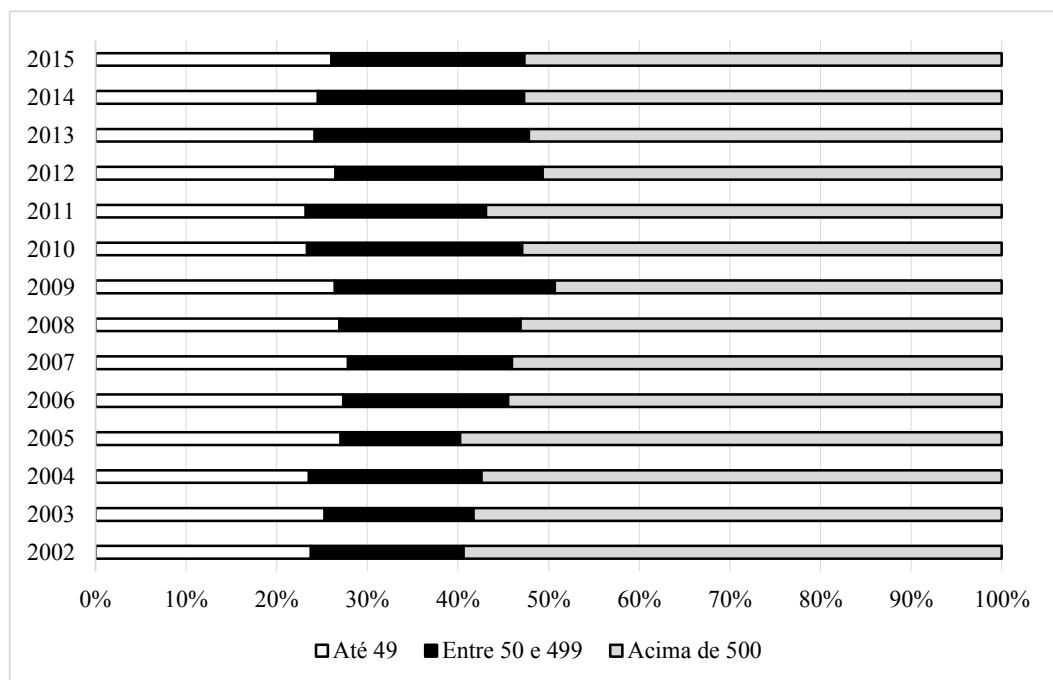
²⁹ Os dados referentes à agricultura foram ocultados por representarem participação inferior a 1%.

³⁰ Para fins práticos trataremos os dois subsectores classificados pelo IBGE como um só: metalúrgica, exceto quando explicitado.

Tabela 2. Número de estabelecimentos e número de trabalhadores por tamanho do estabelecimento

Ano	Número de estabelecimentos			Número de trabalhadores		
	Até 49	Entre 50 e 499	Acima de 500	Até 49	Entre 50 e 499	Acima de 500
		499	500		499	500
2002	373	19	4	3058	2171	7640
2003	379	18	4	3535	2299	8146
2004	401	24	4	3755	3030	9149
2005	448	18	5	4372	2131	9662
2006	476	28	4	4541	3027	9048
2007	501	29	5	4911	3180	9520
2008	517	35	5	5083	3773	10026
2009	512	38	4	4716	4333	8809
2010	518	42	5	4745	4820	10757
2011	533	37	6	5194	4452	12744
2012	525	35	3	5159	4448	9863
2013	527	36	3	5040	4916	10862
2014	531	34	3	4929	4561	10573
2015	528	31	3	4698	3846	9504

Fonte: MTE – RAIS, 2017. Elaboração própria.

Gráfico 3. Porcentagem de trabalhadores por tamanho do estabelecimento

Fonte: MTE – RAIS, 2017. Elaboração própria.

Tal como acontecia em diversas cidades brasileiras a partir do final da década de 1970, em Joinville, a partir de 1980 houve um contínuo, ainda que lento, processo de transformação por que passou o sindicalismo joinvilense, processo este que foi decisivo para a entrada das ideias do “novo sindicalismo” na cidade.

Como vimos no capítulo anterior, embora o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville tenha se filiado à CUT apenas em 1994, desde 1982 um processo de contínua mudança do velho peleguismo vinha sendo forjado. A principal liderança sindical deste processo de mudança foi Luis Carvalho, eleito em 1982 vice-presidente, quando foi rompida a tradição da cidade “não grevista” com a histórica greve de 1985 na Fundação Tupy S.A., ocasião em que participaram 7.200 metalúrgicos, de um total de 9 mil funcionários da empresa (SAG/DIEESE, s/d).

Este processo foi liderado por ativistas da Igreja Católica, ligados à Teologia da Libertação, que no início da década organizaram o Partido dos Trabalhadores na cidade e, articulados em oposições sindicais, tinham no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville o maior número de trabalhadores.

Desta maneira, desenvolvemos a hipótese de que a experiência acumulada ao longo das greves, a atuação conjunta com o Sindicato dos Mecânicos e a crescente influência da CUT e do PT na cidade explicam o movimento de ruptura dos metalúrgicos com o velho sindicalismo e o surgimento, em 1994, de uma chapa cutista, de oposição no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville.

Desde então, a chapa da situação se mantém a frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, filiada à CUT, realizando um trabalho reivindicativo, de contestação, logrando ganhos econômicos à categoria, sem todavia efetuar críticas à estrutura sindical vigente³¹.

Quanto ao imposto sindical, um dos pilares do sindicalismo de Estado, o posicionamento do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville tem sido acrítico; a prática usual tem sido utilizar o montante arrecado para cobrir gastos, pagamentos de salários e ajudas de custo, aumento e manutenção do patrimônio e devolver uma parte, cerca de 25%, para os trabalhadores sindicalizados em um evento chamado *Encontro dos Metalúrgicos*, na forma de brindes (utensílios de cozinha, aparelhos televisores, motocicletas, cheques de dinheiro, computadores, bicicletas etc.), evento que ocorre desde 2008.

³¹ Atualmente o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville representa trabalhadores da indústria metalúrgica, de fundição, da siderurgia, montadoras, caldeiraria, serralheria, usinagem e da indústria de material elétrico e comunicação. Entre outras, das seguintes empresas: Wetzel S.A – unidade Ferro –, Tupy S.A, Schulz S.A, Docol Metais Sanitários, Ciser Parafusos e Porcas, Franke Sistemas de Cozinhas, Nova Motores, Grupo Prysmiam, PPE Fios Esmaltados S.A, General Motors (GM), e Ibrame Indústria Brasileira de Metais.

Encontro dos Metalúrgicos é um evento anual, que em 2016 teve sua 7ª edição, organizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville e que, segundo a diretoria, tem objetivo de discutir os desafios vividos pela categoria e definir as ações para o ano seguinte. A cada ano são definidas pautas de discussão e informes e ao final são sorteados prêmios. A figura a seguir é uma reprodução de um dos materiais de divulgação do 4º Encontro dos Metalúrgicos, realizado em 2012.

Figura 4. Material de divulgação do 4º Encontro dos Metalúrgicos

4º ENCONTRO DOS METALÚRGICOS
Dia 20/outubro - 8:30h - Centreventos Cau Hansen

Os prêmios para o sorteio são:

2 cheques de R\$ 5.000,00	3 cheques de R\$ 1.500,00	10 cheques de R\$ 500,00	2 Tvs de Led 32"
4 cheques de R\$ 3.000,00	6 cheques de R\$ 1.000,00	20 Bicicletas	3 Notebook

VENHA DEBATER OS DESAFIOS PARA 2013

- Saúde e segurança nos locais de Trabalho
- Ampliar os direitos dos metalúrgicos (as)
- Piso Estadual de Salários
- Confraternização da família Metalúrgica

- Os cupons serão entregues até o dia 17/10/2012 na Sede e SubSede. Somente sócios em atividade (Trabalhando).
- Não haverá entrega de cupons para o sorteio no dia do evento.

Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos
CUT

METALÚRGICO PARTICIPE!

Fonte: cedido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville

Nos encontros é permitida a participação de sócios do sindicato e seus dependentes. Em geral, a participação dos sindicalizados no evento é expressiva.

Longe de representar uma política de independência financeira, em entrevista, quando perguntado sobre a prática de devolução de parte do imposto sindical, o presidente da entidade (2012-2016), Sebastião Souza, afirmou que esta é mais uma forma para atrair novos sócios, não figurando, desta maneira, como instrumento de resistência à estrutura sindical. A intenção da diretoria em atrair sócios é justificada por Adolfo José Constâncio, primeiro presidente da entidade sindical após a filiação à CUT, pois, apesar do posicionamento da CUT ser contra o assistencialismo, em Joinville não era possível organizar um sindicato sem oferecer aos membros benefícios como serviços de médicos, dentistas e uma colônia férias. Segundo Constâncio (2016, informação verbal), as empresas da cidade restringiam o plano de saúde dos trabalhadores aos seus filhos com menos de catorze anos, impondo-se ao Sindicato a oferta de benefícios. Sebastião de Souza Alves expressa a mesma opinião. Em entrevista, nos relatou que os membros da diretoria realizam, anualmente, uma reunião para planejar os gastos e investimentos que farão, e que os benefícios assistenciais são formas de motivar outros metalúrgicos a se associarem ao Sindicato nas campanhas de sindicalizações anuais.

Segundo Sebastião Souza, o interesse do Sindicato em atrair sócios é o de formar uma categoria reivindicativa,

Quanto mais sócios a gente tiver, melhor. Porque o trabalhador tem que ser sócio não porque ele gosta de mim, mas porque ele gosta do Sindicato, porque ele tem consciência de classe. Se ele não gostar de mim ele direito de fazer oposição ao meu mandato [...]. Criar uma minoria de sócios é manter um conluio, é manter um grupo de pessoas mandando no Sindicato [...] (SOUZA, 2016, informação verbal).

Em relação à devolução apenas parcial do imposto – um quarto do montante arrecadado – o posicionamento da diretoria é taxativo: o Sindicato necessita do imposto sindical para sua manutenção.

Nós estamos fazendo todo ano o Encontro dos Metalúrgicos, que é a devolução do chamado imposto sindical. Fazemos o sorteio lá de R\$120 mil ou R\$130 mil em prêmios, camisetas, etc. Então nós fazemos a devolução, é verdade que nós não fazemos a devolução de tudo também, porque nós não temos como manter se não for assim. A nossa mensalidade é R\$ 14,80, a nossa taxa assistencial cobrada daqueles que querem pagar é 3%, 1,5% em abril e 1,5% em novembro. [...] Nós recebemos de imposto sindical R\$ 480 mil. Aí tu pega e faz uma devolução de cento e poucos mil, aí tu tem que investir, tem que manter o patrimônio. O objetivo da luta sindical não é construir patrimônio, fazer patrimônio. Agora, quando tem dinheiro sobrando tem que fazer, se tu não fizer investimento em patrimônio e começar a guardar dinheiro, eu não estou dizendo que no meu mandato aconteceu ou vai acontecer, porque não vai. [...] Não é o papel do sindicato

ficar investindo em estrutura, mas nós temos que fazer. A luta nossa é a luta sindical, mas se a gente não fizer também estrutura você fica acumulando dinheiro que você não tem como gastar (SOUZA, 2016, informação verbal).

A opção pela realização de um encontro anual para os sócios, durante o qual o sindicato pretende divulgar suas ações e atrair novos sócios constitui uma estratégia política importante. Todavia, quando este Encontro também se destina à distribuição de mercadorias cobiçadas mediante sorteio, ainda que com o propósito de manter o sócio filiado, conquistar novos e apresentar para a categoria uma imagem de sindicato crítico, nota-se o apego que o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville tem à estrutura sindical.

Os usos que o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville dá aos recursos arrecadados com o imposto sindical, a taxa assistencial e as mensalidades de sócios, são o pagamento de salários dos trinta e dois funcionários da entidade, ajuda de custo de R\$ 1.000,00 mensais para cinco membros da diretoria e manutenção das atividades assistenciais e ampliação do patrimônio, além da devolução de 25% do imposto.

A estrutura patrimonial atual do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville é composta por uma sede, localizada na área central da cidade, cuja aquisição é anterior a 1994, quando a chapa da situação ganhou o pleito e filiou a entidade à CUT; há também uma subsede, localizada no bairro Comasa, próximo à Fundação Tupy S.A.; uma Colônia de Férias, que consiste em apartamentos no litoral, e uma recém inaugurada sede Recreativa.

A Colônia de Férias e a Recreativa compõem parte da estrutura de serviços fornecidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, que como vimos é, para a diretoria, essencial para a decisão dos metalúrgicos de Joinville se tornarem sócios do Sindicato.

Na visão de Sebastião Souza, para que ocorra sindicalização, a entidade sindical necessariamente precisa realizar um trabalho de enfrentamento ao capital, em defesa dos direitos dos trabalhadores. Mas para que de fato ocorram sindicalizações o Sindicato precisa oferecer algo em troca e a opção adotada tem sido o assistencialismo, a compensação do pagamento da mensalidade em troca de serviços médicos, odontológicos, descontos em comércio, áreas de lazer etc.

O Sindicato ainda utiliza parte dos recursos para organização da categoria. As formas de comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville com a base são fundamentalmente o *website*, uma página na plataforma *Facebook* e o jornal *Tribuna do Metalúrgico*, produzido mensalmente pelo Sindicato.

Desde os anos 1980, durante a direção de Luiz Carvalho, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville mantém um jornal para comunicação com a base. Quando a chapa de oposição

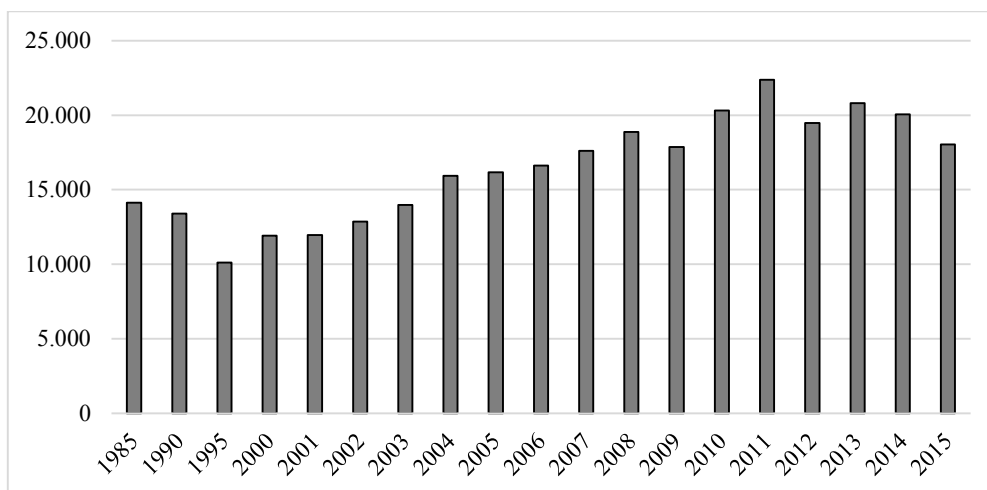
em 1994 conquistou o Sindicato passou a ampliar a divulgação do material. O jornal *Tribuna do Metalúrgico* tem tiragem de nove mil cópias mensais e é distribuído nas portas de fábrica. O conteúdo do material versa sobre as campanhas de sindicalização, denuncia as más condições de trabalho, anuncia a oferta de cursos, repasse de acordos e informes.

Qual o perfil da base metalúrgica representada pelo Sindicato dos Metalúrgicos em Joinville?

Segundo informações da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, em 2016, dezoito mil trabalhadores faziam parte da base e, em 2011, eram vinte e dois mil trabalhadores metalúrgicos. Visando conferir a validade destes dados, buscamos o número de trabalhadores metalúrgicos segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para subsetores relacionados às indústrias metalúrgicas. As categorias em que os números fornecidos corresponderam foram aquelas dos subsetores Indústria Metalúrgica e Indústria do Material Elétrico e Comunicação. Por isto, os dados apresentados neste capítulo respeitam esta classificação, além de manter a nomenclatura da base de dados consultada.

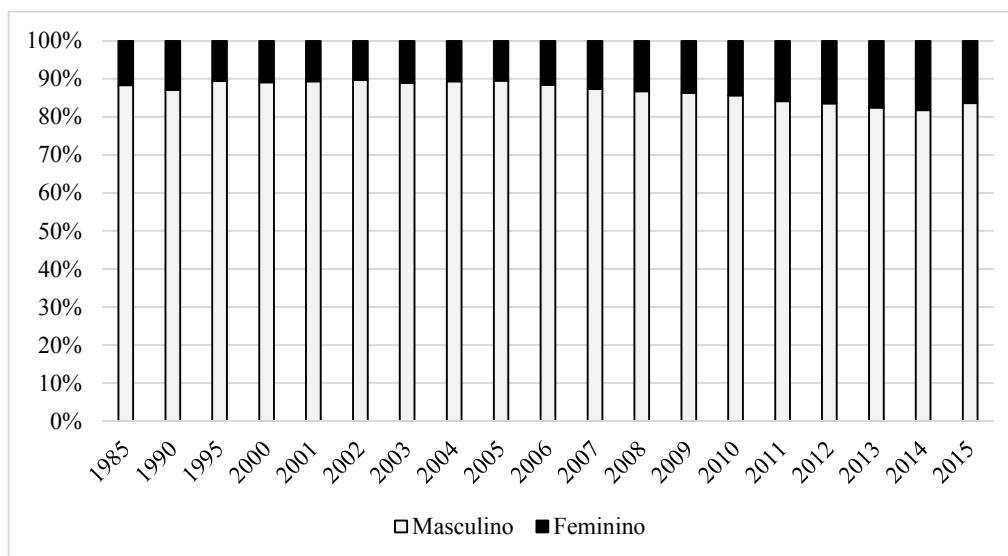
O gráfico 4, abaixo, ilustra o resultado encontrado.

Gráfico 4. Número de trabalhadores da indústria metalúrgica e do material elétrico



Fonte: MTE – RAIS, 2017. Elaboração própria.

Quanto à variação entre homens e mulheres empregados nas indústrias metalúrgicas, o gráfico 5 mostra a oscilação de postos de trabalho ocupados. O gráfico mostra uma curva discreta mas crescente de proporção de mulheres empregadas no setor.

Gráfico 5. Trabalhadores da indústria metalúrgica e do material elétrico, por sexo (%)

Fonte: MTE – RAIS, 2017. Elaboração própria.

No período que compreende o primeiro governo Dilma Rousseff (2011 a 2014), sobre o qual nos debruçamos, ocorre um significativo movimento de oscilação no emprego metalúrgico, marcado, em seu conjunto, pela perda de postos de trabalho no setor em Joinville. Este fato pode ser explicado, em alguma medida, como uma reverberação da crise financeira de 2008.

Entre 2011 e 2014, 2.327 postos de trabalho foram perdidos (10,4%). Considerando o período 2011 a 2015, 4.342 dos postos de trabalho foram suprimidos (19,4%). Para a análise da atuação reivindicativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, tomaremos a perda dos pontos de trabalho entre 2011 e 2014 como nosso ponto de partida.

O maior número de demissões no período (tabela 3), ocorreu em 2014. Quando analisado com os números de trabalhadores empregados torna-se evidente a rotatividade nos postos de trabalho, pois o número de demissões, quando comparado com o número de trabalhadores no setor, é elevado (em 2014 o número de demissões foi de 9.897 e o de empregados 20.000). O elevado número de demissões foi resultado, também, da prática de contratação de trabalhadores por períodos temporários.

Tabela 3. Número de demissões entre 2011 e 2015³² entre 2011 e 2015

	2011	2012	2013	2014	2015
Indústria Metalúrgica	7213	6680	6927	7404	6033
Elétrico e Comunicação	1831	1674	2011	2493	1405

Fonte: MTE – RAIS, 2017. Elaboração própria.

Os postos de trabalhos foram fechados com a justificativa da crise financeira de 2008. Segundo o jornal *ANotícia*, o ano de 2012 foi o pior em estoque de novos de postos de trabalho, desde 2002, em Joinville. E foram as indústrias de transformação as que mais demitiram,

As empresas da cidade sentiram o forte desaquecimento da economia europeia e a timidez no crescimento norte-americano. As duas regiões são o destino de 48,37% das exportações joinvilenses. A queda nas vendas para essas regiões foi de 8,87%, segundo a Secretaria de Comércio Exterior (A NOTÍCIA, 2013).

A política de redução de IPI foi realizada pela presidente Dilma Rousseff em 2012 e justificada como mecanismo de manutenção do nível de emprego. A então presidente chegou a cobrar publicamente das empresas, como contrapartida, a manutenção do emprego face denúncias do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP) que pediam a interferência do governo para evitar demissões na General Motors. Segundo a presidente “[...] ‘Damos incentivos fiscais e financeiros e queremos retorno’ [...]. ‘Não (queremos retorno) para nós, mas para o país inteiro, que é a manutenção do emprego. Damos incentivo para garantir emprego. Eles têm de saber que é por esse único motivo.’” (VALOR ECONÔMICO, 2012a).

Em 2012, a General Motors (GM) demitiu e fechou mais de mil postos de trabalho em São José dos Campos (SP), com a justificativa que criaria outros postos de trabalho em demais cidades, principalmente na cidade de Joinville, local em que a empresa à época direcionava os recursos financeiros, em razão da construção de uma nova planta industrial, na cidade (VALOR ECONÔMICO, 2012b). Em 2013, a GM Joinville foi inaugurada (VALOR ECONÔMICO, 2013).

As demissões em São José dos Campos e a migração de postos de trabalho para outras cidades ocorreram devido à organização sindical que em São José, principal base operária da

³² Consideramos os casos de demissões com e sem justa causa, término de contrato e desligamentos sem justa causa.

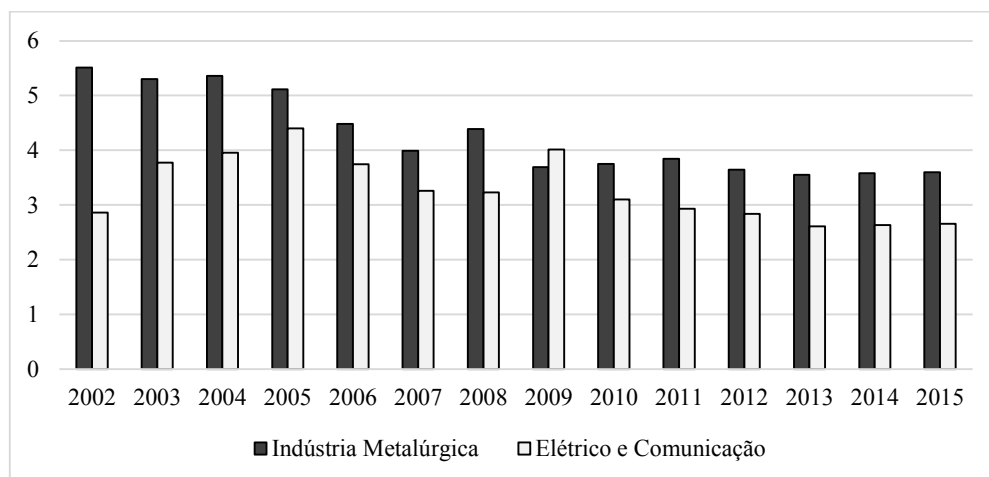
CSP-Conlutas, que resistia à almejada flexibilização de jornada de trabalho pelo patronato (VALOR ECONÔMICO, 2012c).

Conjunturas de crises são, via de regra, marcadas por desemprego, posto que, para fazer frente à queda da taxa de lucro, o capital investe, como mostrou Marx, contra o trabalho, reduzindo o capital variável. Claus Offe (1989) também sustenta que crises econômicas podem gerar grande desemprego e afirma que

Mesmo quando se começa com a suposição de que a restauração do pleno emprego não será possível sem o crescimento econômico e, portanto, sem uma elevação no investimento dos empresários, surgem duas questões importantes. Primeiro, ainda que a propensão a investir dos empresários fosse aumentada com êxito, o efeito resultante sobre o emprego poderia ser insignificante, devido ao efeito negativo do investimento em racionalização (microeletrônica), em muitos casos ('crescimento sem emprego'). Segundo, mesmo que seja produzido um efeito positivo sobre o emprego, permanece incerto se os chamados "grupos-problema do mercado de trabalho" [indivíduos que dispõem de menor chance de negociar] [...] se beneficiariam e quanto tempo demoraria para que isto acontecesse.

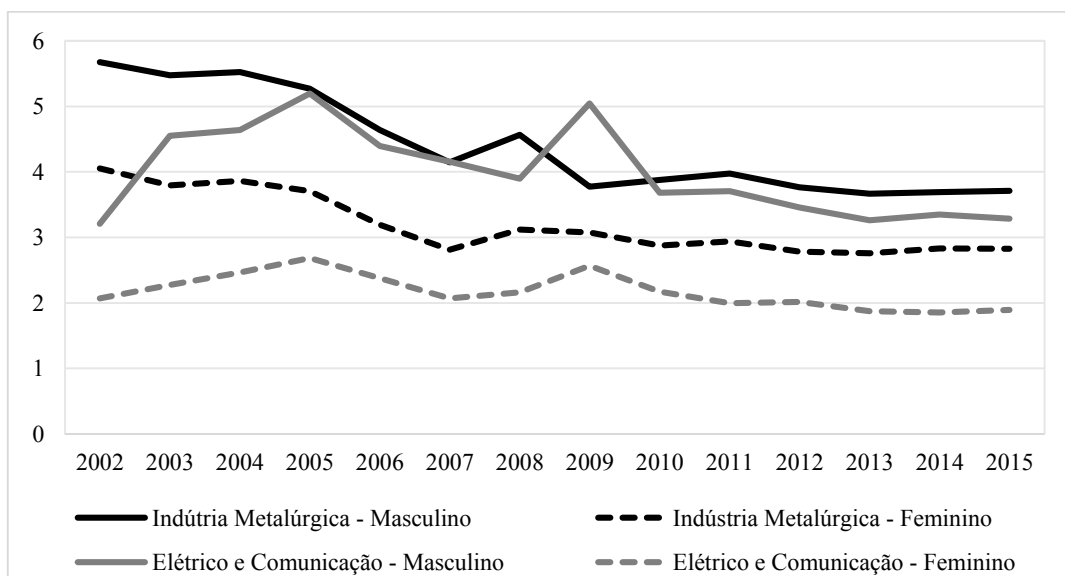
Naquela conjuntura, o capital industrial visando reduzir o impacto da crise na taxa de lucro irá utilizar de alguns artifícios políticos, além da demissão: contenção salarial, pressão por medidas protetivas ao governo e pressão por financiamento público aos investimentos privados. Vejamos inicialmente a política salarial das empresas metalúrgicas em Joinville.

Tomando separadamente a média salarial dos trabalhadores subdivididos pelo IBGE em metalúrgicos e em empregados das indústrias de material elétrico e comunicação, identificamos que a média salarial do contingente de trabalhadores metalúrgico sofreu intensa queda entre 2002 e 2007, aumento em 2008 e pouca variação nos anos seguintes até 2015. Para os trabalhadores de indústrias do material elétrico e comunicação o quadro é diferente. Entre 2002 e 2005 ocorre um aumento importante, seguido de uma queda entre 2006 e 2008, um aumento que equiparou os anos de 2009 e 2004 e queda entre 2010 e 2015 (gráfico 6).

Gráfico 6. Média salarial (em salários mínimos)

Fonte: MTE – RAIS, 2017. Elaboração própria.

O gráfico 7 demonstra que, exceto em 2002, os trabalhadores (homens e mulheres) de indústrias metalúrgicas receberam maiores salários que os trabalhadores das indústrias do material elétrico e comunicação. Todavia, quando comparamos a média de salários entre homens e mulheres, a diferença é significativa. A média salarial das mulheres metalúrgicas é inferior à média dos metalúrgicos em todos os anos da série aqui analisada. O mesmo ocorre entre trabalhadores e trabalhadoras das indústrias de material elétrico e comunicação. Apenas em 2002 é que o salário das mulheres metalúrgicas é superior ao salário dos homens das indústrias de material elétrico e comunicação.

Gráfico 7. Média salarial (em salários mínimos) segundo o sexo do trabalhador

Fonte: MTE – RAIS, 2017. Elaboração própria.

Diante do quadro de demissões identificado e da política salarial praticada, que revela queda na média salarial nos dois segmentos, que outras estratégias utilizou o capital para fazer frente à diminuição de exportações e ao cenário de crise?

Nossa pesquisa identifica que a política de liberação de financiamentos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) iniciada nos governos Lula e continuada nos governos Dilma, maximizou e protegeu os negócios de parte da burguesia brasileira, pois favoreceu e alicerçou “[...] a diversificação das participações de tais empresas em vários setores da economia, a reunião de uma grande massa de capitais sob controle delas e o processo de internacionalização de suas atividades.” (BUGIATO, 2013, p.15), alavancando seus ativos, permitindo geração de mais receitas e criação de postos de trabalho (BOITO Jr., BERRINGER, 2013; BUGIATO, 2013).

Segundo Boito Jr. (2014) e Bugiato (2013), a fração da burguesia brasileira beneficiada pela política de financiamento executada nos governos do Partido dos Trabalhadores pelo BNDES, foi a burguesia interna, fração que “[...] possui base de acumulação no interior da formação social e também está voltada para o mercado externo e, dependendo da situação, associa-se ou entra em conflito com o capital estrangeiro.” (BUGIATO, 2013, p.2).

Esta burguesia interna encontra no Estado brasileiro um financiador, um garantidor de vantagens na concorrência com mercadorias estrangeiras. Segundo Bugiato (2014, p.9)

[...] esta fração reúne empresas (públicas e privadas) de extração mineral, alimentos, usinas, energia elétrica, comunicações, construção civil, transportes, comércio, serviços, indústrias de baixa e média densidade tecnológica e é composta predominantemente por empresas com participação majoritária de capital nacional, o que não exclui empresas internacionais com plantas no espaço nacional.

Ainda que o Estado brasileiro tenha eleito o agronegócio como principal gerador de superávit na balança comercial, no período estudado, parte das indústrias metalúrgicas de Joinville foi beneficiada. A captação de financiamento via BNDES por algumas empresas do setor aumentou consideravelmente, assim como seus patrimônios. Segundo nossa análise, parte das empresas metalúrgicas de Joinville compõem a burguesia interna brasileira e se encaixam na análise dos autores supracitados.

Fizemos um levantamento de dados do BNDES que evidenciaram que algumas indústrias metalúrgicas joinvilenses receberam consideráveis somas de recursos do Estado brasileiro via financiamento. Para os dados que apresentaremos a seguir, consideramos as

metalúrgicas joinvilenses que receberam recursos do BNDES no período estudado (2011 a 2014) e que podem ser classificadas dentro da fração da burguesia interna que foi favorecida pelos governos do Partido dos Trabalhadores, apresentada por Boito Jr (2014).

Os recursos do BNDES podem ser captados por empresas de três formas: 1) de maneira indireta, neste caso a solicitação não tem autorização feita BNDES e sim pela instituição financeira que assumirá os riscos da operação. Para esta modalidade existe duas possibilidades de solicitação, automática para quantias inferiores a R\$ 20 milhões e não automática, para quantias superiores. Para as solicitações não automáticas é necessário que se realize uma análise prévia. 2) de maneira direta, neste caso a solicitação é feita diretamente ao BNDES, sem instituição financeira intermediária, e compreende quantias superiores a R\$ 20 milhões. 3) de maneira mista, em alguns casos o BNDES e a instituição financeira opta por dividir os riscos da operação.

Nos casos de solicitações não automáticas, os dados do BNDES disponíveis para consulta apresentam uma descrição, ainda que sucinta, da finalidade da solicitação do recurso solicitado pela empresa.

Segundo nossa análise, fazem parte da fração da burguesia interna beneficiada pelo Partido dos Trabalhadores, as metalúrgicas joinvilenses: Fundação Tupy S/A, Wetzel S/A, Ciser Parafusos e Porcas e Schulz S/A.

O caso da empresa Schulz S/A é o mais expressivo. A fabricante de compressores e autopeças para veículos recebeu R\$ 80 milhões entre 2011 e 2014 via BNDES, dos quais R\$ 50 milhões foram pela modalidade direta. Segundo a descrição dos projetos submetidos ao BNDES, a Schulz S/A recebeu recursos para desenvolvimento de novos produtos, expansão e modernização das plantas industriais, aumento do capital de giro e expansão da capacidade produtiva.

No caso da Fundação Tupy S/A, no período entre 2011 e 2014, não foram realizados financiamentos pela modalidade direta, mas a empresa recebeu mais de R\$ 31 milhões. Ademais, a Fundação Tupy S/A tem como um de seus acionistas o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Participações (BNDESPar), desde 1991.

O BNDES, em geral, financia empresas brasileiras via operações de crédito. Em 1982 o BNDESPar foi criado para financiar empresas em ocasiões que “[...]a ousadia do plano de investimentos ou a estrutura de capital das empresas não permitem o apoio via crédito.” (BNDES, 2014 p.4). A estratégia do banco é ter “[...] como referência taxas de mercado, em lugar da Taxa de Juros de Longo Prazo, e como fonte recursos captados no mercado de

capitais, não envolvendo o Tesouro Nacional ou o Fundo de Amparo ao Trabalhador.” (BNDES, 2014 p.4).

A atuação do BNDESPar junto a Fundação Tupy S/A ocorreu para reestruturar a produção, medida que tinha como meta tornar a empresa a líder mundial na fabricação de blocos e cabeçotes de ferro fundido (BNDES, 2014). O BNDESPar injetou na Fundação US\$ 112 milhões entre 1991 e 2007, em contrapartida se tornou acionista de 36,9% da empresa.

Quadro 1. Aportes financeiros do BNDESPar para a Fundação Tupy S/A, entre 1991 e 2007

	1º Aporte	2º Aporte	3º Aporte	4º Aporte	5º Aporte
Data	18/07/1991	10/07/1995 31/12/1995	12/05/1999	27/02/2004	13/11/2007
Investimento (US\$ milhões)	4,0	7,1 10,9	7,6	3,2	83,3
Forma de pagamento	Espécie	Conversão de títulos	Conversão de títulos	Conversão de títulos	Conversão de títulos
Participação no capital total após investimento	8,4%	23,5%	17,0%	20,7%	36,9%
Objetivo do investimento	Reestruturação financeira	Reestruturação financeira e investimentos na compra da Sofunge	Reestruturação financeira e conclusão do Projeto Focalização	Reestruturação financeira	Emissão primária para tornar a Tupy consolidadora da indústria a nível mundial

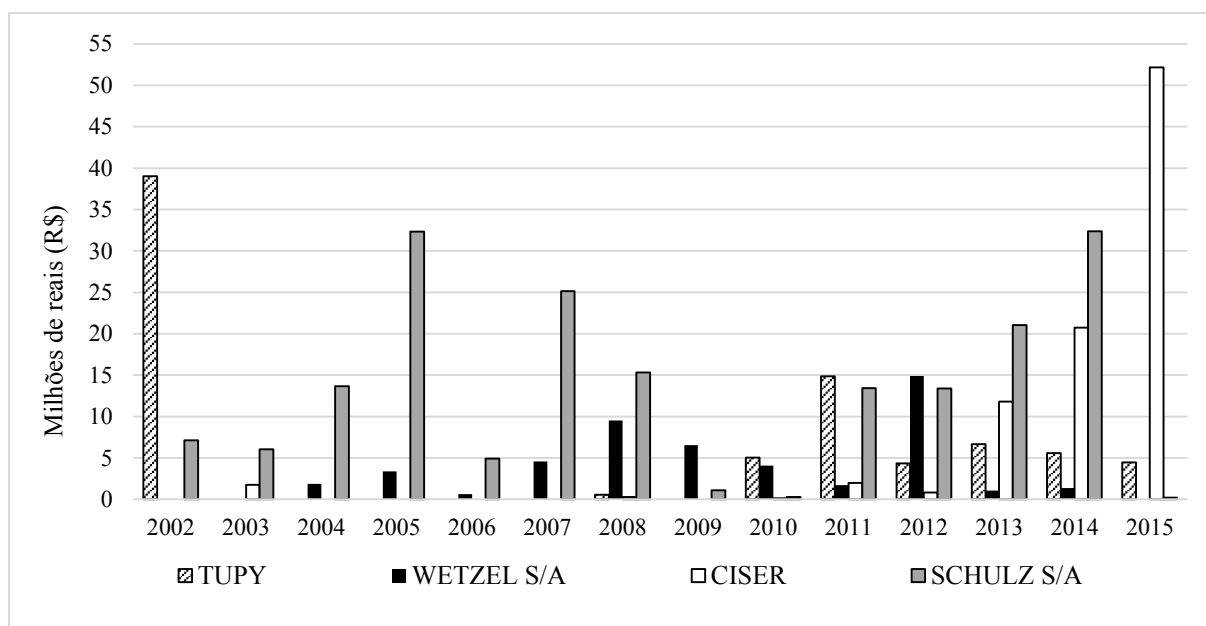
Fonte BNDES, 2014.

Em 2011, a Fundação passou a ser líder mundial na fabricação de blocos e cabeçotes de ferro fundido, após comprar duas fundições no México (VALOR ECONÔMICO, 2012d), por US\$ 439 milhões. Segundo publicado em *A Notícia* (2011)

A compra das fundições Cifunsa e Technocast, localizadas nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe, é parte da estratégia de expansão dos negócios da Tupy nos Estados Unidos, onde estão as maiores compradoras do ferro produzido [...]. Segundo Tarquínio [Luiz Tarquínio Sardinha Ferro, presidente da Fundação Tupy S/A], a transação leva em conta a cartela de clientes das duas companhias e a possibilidade de a empresa brasileira se fortalecer em segmentos onde ela ainda não tinha tantos contratos, como no setor de máquinas agrícolas, máquinas de construção e de mineração.

O gráfico 8 apresenta os recursos estatais recebidos pelas empresas Fundação Tupy S/A, Wetzel S/A, Ciser Parafusos e Porcas e Schulz S/A entre 2002 e 2015.

Gráfico 8. Montante consolidado de recursos financeiros capitados via BNDES, operações automáticas e não automáticas



Fonte: BNDES. Elaboração própria.

No caso da fábrica Ciser, o financiamento feito entre 2013 e 2015 foi solicitado para realocação da planta fabril para outro município catarinense, a cidade Araquari, vizinha de Joinville³³.

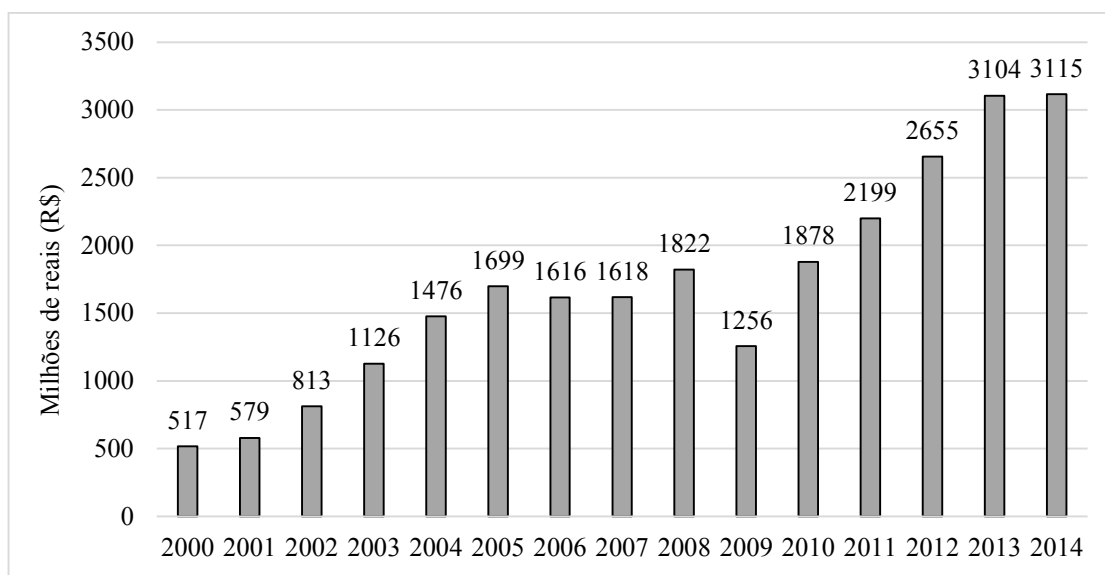
Segundo levantamento feito pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, entre julho e setembro de 2014 a Fundação Tupy S/A obteve R\$ 26 milhões em lucro líquido, enquanto entre janeiro e setembro daquele ano a soma foi de R\$ 79 milhões. No ano anterior, 2013, no mesmo período (janeiro a setembro) a Fundação obteve R\$ 70 milhões em lucro. A Schulz S/A acumulou entre janeiro e setembro de 2014, R\$ 42 milhões em lucro líquido (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2014, n.265).

O levantamento realizado pela *Revista Amanhã*, feito a partir dos balanços financeiros das empresas, para classificar as quinhentas maiores empresas do sul do país, em 2014,

³³ Até a inauguração da fábrica de Araquari não existia naquela cidade um sindicato de metalúrgicos, segundo a direção, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville não teve interesse em ampliar a base territorial para a cidade vizinha e os trabalhadores da fábrica Ciser são representados pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Francisco do Sul, que ampliou a base territorial para contemplar Araquari. São Francisco do Sul é uma cidade portuária sem qualquer tradição metalúrgica.

apresentou o desempenho da Fundação Tupy S/A como a maior empresa metalúrgica de Joinville, quanto ao rendimento bruto. Em 2014, a posição da empresa do ranking das 500 maiores empresas sulistas a classificou como a 25ª, com faturamento bruto de R\$ 3,32 bilhões, precedida da Ciser Parafusos e Porcas (71º lugar) e da Schulz S/A (94º) (A NOTÍCIA, 2014). Abaixo o gráfico de faturamento bruto da Fundação Tupy S/A entre 2000 e 2014.

Gráfico 9. Faturamento da Fundação Tupy S/A entre 2000 e 2014, em milhões de reais



Fonte: relatório BNDES. Elaboração própria.

Entre 2011 e 2014, as metalúrgicas joinvilense maiores empregadoras de força de trabalho tiveram crescimento de ativos financeiros, receberam recursos estatais via BNDES, mas demitiram e fecharam 10% dos postos de trabalho.

Diante deste quadro qual foi a atuação e o posicionamento político do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville?

Durante todos os governos do Partido dos Trabalhadores no plano federal, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville manteve um discurso de apoio às políticas então praticadas. A análise dos materiais de comunicação da entidade sindical com a categoria evidenciou que o Sindicato foi atuante no plano reivindicativo e grevista. Por sua vez, o Sindicato também teve embates e fez críticas, ainda que na esfera do discurso, aos lucros atingidos pelas empresas metalúrgicas da cidade. Todavia, os casos de demissões foram abafados. Ou seja, embora o Sindicato tenha realizado campanhas salariais, evidenciando para a base que os ganhos da burguesia eram compatíveis com aumentos reais de salários para a categoria, ele deixou de

cobrar medidas quanto aos fechamentos de postos de trabalho. Conciliou com o capital em relação ao desemprego, embora tenha sido atuante no plano reivindicativo e grevista.

Anualmente o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville dedicava ao menos uma nota na publicação *Tribuna do Metalúrgico* para tratar dos lucros do ano das metalúrgicas (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2012, n.240), mas ao mesmo tempo conciliava com o patronato ao conceber que os altos lucros eram importantes para a garantia do emprego: “Estes investimentos [compra de equipamentos e das fundições no México] são importantes para a geração de empregos e de melhores salários.” (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2013, n.250).

Este posicionamento da entidade sindical, segundo nossa análise, tem um duplo significado. Primeiro, apesar das mudanças ocorridas no cerne da classe operária e sindical na virada da década de 1980 para 1990, bem como das transformações no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, os próprios sindicalistas cutistas não romperam radicalmente com a ideologia do trabalho ordeiro em Joinville (SOUZA, 2008) na medida em que colocaram em prática uma luta contida dentro de limites econômicos e corporativos. Não avançaram na luta contra o desemprego, luta que ficou limitada ao apoio à política anticíclica adotada pelos governos. Justamente por isso, tal como vivido por outros sindicatos cutistas brasileiros, apoiaram as políticas do PT, desde o primeiro governo Lula.

Foto 12. Participação do presidente do SMJ, ao centro, em reunião com o BNDES



Fonte: metalurgicosjlle.com.br

Passemos doravante à análise das campanhas salariais do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville no período 2011-2014. Elas evidenciam o perfil reivindicativo do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville no plano econômico.

A campanha salarial de 2011 teve como ponto de partida solicitações de reposição da inflação, aumento real de salários, reajuste do piso salarial, auxílio creche, licença maternidade de seis meses, alimentação subsidiada pelas empresas, incluindo uma demanda relativa aos terceirizados, a saber que as contratadas arcassem com responsabilidade igual os trabalhadores terceirizados. Após dois meses de negociações, a convenção coletiva 2011/2012 foi assinada, com o seguinte teor: reposição salarial de 7,5% (para salários até R\$ 9.000,00, caso acima, R\$ 675,00), implementação do piso salarial de R\$ 750,20, garantia de emprego a gestante por seis meses após o parto (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2011, n. 233; CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO DE 2011).

Em 2011, ocorreram duas greves metalúrgicas. Na Wetzel Metalúrgica – unidade Ferro, a greve, que durou cinco dias, teve participação de setecentos dos mil e seiscentos funcionários. A motivação para a greve se deu pela impossibilidade de atingir as metas de produção impostas pela empresa, não recebimento de participação nos lucros e resultados e péssimo ambiente de trabalho. A pauta de reivindicação incluiu melhorias no ambiente de trabalho, no plano de saúde, nos vestiários, além de reajuste salarial e participação nos lucros e resultados (SAG/DIEESE s/d). O desdobramento desta greve gerou ganhos para todos os funcionários do grupo Wetzel Metalúrgica, não somente para a unidade Ferro, que tiveram, exceto aumento de salário (que seria acordado posteriormente pela convenção coletiva de trabalho), todas as reivindicações atendidas, além da garantia de a empresa não demitir grevistas (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2011, n.232). Esta greve foi espontânea, ou seja, partiu da organização dos trabalhadores dentro da fábrica, que também organizou as negociações (DIÁRIO CATARINENSE, 2011; NOTÍCIAS CUT ONLINE, 2011). O Sindicato dos Metalúrgicos apoiou a greve e manteve presença próxima da fábrica. Segundo o presidente da entidade sindical à época, Genivaldo Marcos Ferreira, “Politicamente a greve foi uma grande vitória e também um passo importante para a organização dos trabalhadores. Os companheiros na Wetzel mostraram para a cidade e para os companheiros de outras categorias que é apenas com organização que se avança.” (CNMCUT ONLINE, 2011).

Foto 13. Metalúrgicos entram no quarto dia de greve na Wetzel Metalúrgica



Fonte: cut.org.br/

Outra greve metalúrgica, em 2011, ocorreu na Fundação Santa Maria, também organizada pelos trabalhadores, que elegeram a pauta de reivindicações, apresentada para a empresa pelo Sindicato dos Metalúrgicos (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2011, n.233). Esta greve foi motivada por luta por melhores condições de trabalho e reivindicação de salários. Tal organização, segundo material de divulgação do Sindicato, não conseguiu resultado favorável.

Em 2012 a campanha salarial manteve a pauta do ano anterior e ampliou para os seguintes itens: redução da jornada de trabalho, participação nos lucros e resultados igual para toda a categoria (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2012, n.240; 244). Os desdobramentos desta campanha salarial foram positivos para a categoria. Os ganhos reais conquistados em 2012 foram resultado da mobilização grevista realizada na Fundação Tupy S/A, cujos encaminhamentos foram firmados na convenção coletiva do ano e abrangeram toda a categoria metalúrgica de Joinville. A partir de 2012, os metalúrgicos mobilizados garantiram ganhos reais de salários, por meio das convenções coletivas de trabalho.

A greve na Fundação Tupy S/A em 2012 ocorreu durante trinta e seis horas quando os trabalhadores do terceiro turno paralisaram as atividades e se concentraram em frente à empresa. Carros de som e os funcionários ocuparam as pistas de trânsito em frente à empresa. Um piquete formado na frente da empresa dificultou a entrada dos “fura greve”. Na parte da

tarde, em assembleia, cerca de 4.000 trabalhadores (dos sete mil funcionários da Fundação) votaram pela continuação da greve (VALOR ECONÔMICO, 2012e). No dia seguinte, após negociação, as partes fecharam acordo. Ficou acordado reajuste salarial de 8%: 7% de aumento em abril e mais 1% a partir de julho. Além disso, foi acordado um abono salarial de R\$ 500,00 por funcionário e a melhoria de alguns benefícios, como extensão da licença maternidade de quatro para seis meses. O piso da categoria também foi reajustado: passou de R\$ 750,20 para R\$ 831,60 (SAG/DIEESE, s/d).

Esta greve, assim como ocorrido no ano anterior na empresa Wetzell, iniciou-se pela mobilização dos trabalhadores dentro da fábrica. O Sindicato dos Metalúrgicos atuou como suporte para o movimento grevista, disponibilizando “[...] um caminhão de som, pães, água e uma churrasqueira de latão para assar linguichinhos.” (A NOTÍCIA, 2012a). De acordo com a imprensa, a mobilização dos empregados da Fundação havia começado na semana anterior, “*Nos organizamos escondidos. Então trocávamos bilhetes escondidos na fábrica e deixávamos recados uns aos outros nas portas dos banheiros*’ —, disse um dos trabalhadores, que pediu para não ter o nome revelado.” (A NOTÍCIA, 2012b).

A organização grevista na Fundação Tupy S/A surgiu da insatisfação dos trabalhadores devido à recusa da empresa em abrir negociação, postura contestada em função dos elevados lucros da fábrica (CNMCUT ONLINE, 2012). A greve foi, não obstante, deflagrada a revelia do Sindicato, que apenas posteriormente, quando o movimento no interior da fábrica já havia se consolidado, se dirigiu à porta da fábrica para incentivar a mobilização e negociar oficialmente com a direção da empresa.

Foto 14. Mobilização grevista na Fundição Tupy S/A em 2012



Fonte: <http://wp.clicrbs.com.br/loetz/2012/04/10/greve-na-tupy-surpreende>

Diante da organização dos trabalhadores da Fundição Tupy S/A, a convenção coletiva anual foi positiva para a categoria, pois representou ganho real, tanto econômico quanto social, pois, além do aumento acima da inflação do período, foi instituída a ampliação da licença maternidade para seis meses para toda a categoria e melhoria no piso salarial (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2012, n.242).

Em 2013, além das pautas tradicionais do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, durante a campanha salarial foi reivindicado um auxílio creche e PLR igual para toda a categoria (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2013, n.248; 250). Após dois meses de negociação entre metalúrgicos e o Sindicato Patronal, foi acordado reajuste salarial de 8,25% e toda a pauta de reivindicação foi aprovada na convenção coletiva de trabalho daquele ano.

Em 2014, a pauta da campanha salarial foi mais ampla, pois incluía a implementação de um “vale mercado”, subsídio para compra de medicamentos, transporte para o trabalho gratuito, além de reivindicar redução da jornada de trabalho, reajuste do adicional noturno e melhorias quanto a saúde e segurança do trabalhador (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2014, n.258). Após três rodadas de negociação, o Sindicato Patronal se recusava a negociar um aumento real de trabalho, momento em que o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville usou sua publicação mensal, *Tribuna do Metalúrgico*, para incentivar organização e mobilização

(TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2014, n.259). Ao fim de sessenta dias de negociação, foi acordado em assembleia a proposta de 7% de reajuste salarial e novo piso para a categoria (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2014, n.260).

Neste ano houve uma importante, ainda que breve, mobilização dos trabalhadores da empresa General Motors em Joinville, reivindicando que os acordos fossem cumpridos e denunciando a empresa por pagar um salário inferior a média daquele praticado pelas demais indústrias do setor na cidade categoria (TRIBUNA DO METALÚRGICO, 2014, n.260). Podemos perceber, portanto, que a estratégia da GM, ao migrar a planta industrial de São José dos Campos para Joinville, como já assinalamos, foi em parte frustrada.

Se a filiação à CUT e a influência do PT foram decisivos na trajetória reivindicativa do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville a partir dos anos de 1980, a análise das fontes pesquisadas sobre os eventos de organização e mobilização dos metalúrgicos joinvilense, durante o governo Dilma Rousseff, releva limites e contradições.

Segundo nossa análise, o Sindicato dos Metalúrgicos se manteve, entre 2011 e 2014, apartado da organização operária da base, postura que se relevou claramente na greve de 2013, quando a mobilização teve origem no “chão de fábrica” e o movimento ocorreu à revelia da entidade sindical. Este descompasso pode ser entendido, por um lado e em grande medida, pelo apoio dos sindicalistas aos governos do Partido dos Trabalhadores, pois, como sabemos, a maioria dos membros da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville foi durante toda a gestão (1994 até o presente) filiada ao Partido dos Trabalhadores, e, por outro, ao legalismo sindical.

Segundo Adilson Mariano (2016, informação verbal), vereador pelo PT à época e líder do Partido na Câmara de Vereadores e hoje filiado ao PSOL, durante os governos do PT, a direção do Sindicato se manteve apática a ação grevista,

Quando o Lula chegou ao governo, a gente começou a observar, então, um travamento. Eles vão para a porta da fábrica, fazem discussão, mas não com o mesmo ímpeto que havia antes. A impressão que dá é que houve uma adaptação, porque o governo era do PT e eles também eram [...]. Houve uma adaptação da direção, que, atrelada ao governo, começou a pisar no freio, não incentivar mais a organização dos trabalhadores como fazia antes. Então uma busca de tentar que fujam o máximo de organizar e fazer greve. Teve greves inclusive que a categoria queria manter o processo de greve, e aí a direção colocou medo nos trabalhadores, dizendo “*ah, isso vai ser considerado ilegal, nós vamos ter perda*”, e tal. E meio que, a força, empurrou os trabalhadores para dentro da fábrica, meio a contragosto.[...]. As greves só aconteceram por pressão da categoria. [...] a direção dos metalúrgicos não impulsionava a isso e ainda servia como trava, porque nas poucas vezes que teve que fazer greve, ela veio de dentro para fora, quer

dizer que, ainda no decorrer, tentavam desmobilizar a greve. Teve greve de eles literalmente do caminhão dizer para voltar a trabalhar porque podia dar demissão ou a Justiça considerar a greve ilegal. Ou seja, criar terror e medo entre os trabalhadores para os fazer voltar para o trabalho. Um papel de pelego, literalmente de pelego, aquele que quando os trabalhadores querem combater e avançar, fica no meio tentando conciliar com os interesses da burguesia (MARIANO, 2016, informação verbal).

De acordo com Mariano, a razão para a pouca mobilização por parte da diretoria do Sindicato corresponde ao apoio dos membros ao governo, por serem filiados ao Partido.

Em grande medida, a direção dos metalúrgicos, a CUT, já teve um papel importante, relevante na organização da categoria, mas de um tempo para cá, estão com o ‘freio de mão puxado’. A impressão que dá, é que eles têm medo de fomentar, de organizar a classe. Porque isso pode, inclusive, levantar o movimento operário contra o governo atual, que ataca [os direitos de trabalhadores], e como eles são atrelados ao governo, por conta da história do PT e tal, então eles acabam freando. (MARIANO, 2016, informação verbal).

Para Adolfo Constâncio, presidente entre 1994 e 1998 e membro da diretoria até 2010, a razão para a reduzida atuação grevista do Sindicato era por seus diretores serem filiados ao Partido,

Quando o Lula chegou ao poder, [...] trouxe todos, o Marinho, o Grana, o Carlos Alberto Grana, o Guilba, para ministérios, e ele deixou a CUT sem ação, porque a partir do momento que o Lula entrou, ninguém vai fazer manifestação trabalhista. No meu ver nos fomos usados neste período, para ser um trampolim para o poder. CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal.

Em síntese, o quadro abaixo apresenta o panorama das questões econômicas e sociais negociadas pela categoria metalúrgica de Joinville, firmadas entre o Sindicato dos Trabalhadores e o Laboral, através de convenções coletivas de trabalho, no período 2010 a 2014.

Quadro 2. Convenções coletivas de trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville

Ano base	Questões Econômicas				Questões Sociais		
	Reajuste salarial	IPCA	Piso salarial	Auxílio creche	Licença maternidade	Proteção à gestante	Alimentação
2010	6,00%	5,90%	R\$ 682,00 ou R\$ 3,10/hora	-	-	Vedada a dispensa até o 5º mês após o parto	-
2011	7,50%	6,50%	R\$ 750,20 ou 3,41/hora	-	-	Vedada a dispensa até o 6º mês após o parto	Melhoria da alimentação no local de trabalho
2012	7,00%	5,83%	R\$ 831,60 ou R\$ 3,78/hora	-	120 para 180 dias	manutenção	
2013	8,25%	5,91%	R\$ 935,00 ou R\$ 4,25/hora	R\$ 140,00 mês/criança por 24 meses	manutenção	manutenção	
2014	7,00%	6,41%	R\$ 1.001,30 ou R\$ 4,55/hora	R\$ 149,80 mês/criança por 24 meses	manutenção	manutenção	

Fonte: Convenções coletivas de trabalho, Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo acumulado.

As greves, ainda que deflagradas em determinadas empresas, resultaram em ganhos para toda a categoria metalúrgica, pois os acordos firmados entre o Sindicato dos Trabalhadores e o Sindicato Patronal, por meio de Convenções Coletivas de Trabalho, foram, exceto em 2011, superiores à inflação. Além disso, no ano de 2012 o tempo de licença maternidade foi ampliado de 120 para 180 dias e instituiu-se o auxílio-creche.

Embora tenham ocorrido ganhos salariais, o apoio acrítico de uma parte dos dirigentes do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville aos governos do PT suscitou reações internas acirrando, em 2012, a disputa eleitoral pela entidade.

4.2 O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville em disputa

Como sabemos, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Joinville filiou-se à CUT em 1994, após disputada eleição em que venceria a chapa 2, de oposição, tornando-se presidente o trabalhador Adolfo Constâncio, da fábrica Ciser. O processo eleitoral teve apoio de lideranças da própria CUT e do PT do estado de São Paulo, da cidade Curitiba (PR) e da capital catarinense.

Nos dezoito anos seguintes ocorrem eleições regulares para a diretoria, a cada quatro anos, com chapa única cutista. No ano de 2008, a eleição para diretoria ocorreu no mês de setembro e a chapa 1, única concorrente, denominada “Unidade na luta, a nossa força é a

nossa união”, liderada pelo então presidente, Genivaldo Marcos Ferreira, foi reconduzida. Houve uma renovação de 45% da diretoria, totalizando dez novos diretores à frente do Sindicato. Todavia, durante o mandato a diretoria “rachou”, um grupo de diretores se afastou e se tornou oposição.

Segundo o presidente do Sindicato (2012-2016), Sebastião Souza, a cisão ocorrida se deu após parte dos diretores terem solicitado que a ajuda de custo oferecida a três membros da diretoria fosse ampliada para vinte e quatro membros da diretoria de base (SOUZA, 2016, informação verbal), tal solicitação não foi atendida e este grupo de diretoria se afastou do Sindicato.

Desde 1994, a chapa da situação estava à frente do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, mas em 2012 ocorreu a primeira disputa pela entidade sindical desde a filiação à CUT. Esta disputa ocorreu entre duas chapas cutistas, cada qual partidária, ainda que não explicitamente durante as campanhas, de uma corrente do Partido dos Trabalhadores.

As chapas concorrentes à direção do Sindicato foram: a Chapa 1 da situação, composta por membros da direção, e a chapa 2, intitulada “Resistência Metalúrgica”, liderada pelo trabalhador da Fundação Tupy S/A, Engelberto Dalabona, composta por membros dissidentes da gestão 2008, bem como por antigos diretores que haviam participado do Sindicato nos anos 1990, entre eles Adolfo Constâncio³⁴, e por trabalhadores afastados e aposentados de três grandes empresas da cidade: Fundação Tupy S.A., Shultz S.A e Wetzel. Ademais, tiveram o apoio do Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville, do Sindicato dos Mecânicos de Joinville, principalmente da figura de Adilson Mariano, aliado destes sindicatos e vereador pelo Partido dos Trabalhadores à época.

O resultado desta eleição foi a vitória da chapa 1, presidida por Sebastião de Souza Alves. Dos 4.926 eleitores aptos a votar, 3.533 comparecem, sendo 2.486 (71,7%) dos votos para a chapa 1 e 982 (28,3%) dos votos para a chapa 2, 27 votos brancos e 38 votos nulos³⁵.

³⁴ Ver: www.sinsej.org.br/2012/08/sinsej-e-chapa-2-juntos-um-ganho-para-a-luta-sindical/

³⁵ Entretanto, ao se analisar os votos em zonas de votação, na empresa de maior número de filiados ao Sindicato (metade dos filiados) a votação da chapa 2 chegou a 45% dos votos.

Foto 15. Comemoração em ocasião a vitória da chapa 1, em 2012



Fonte: Jornal Tribuna do Metalúrgico, número 246.

A crítica que a “chapa 2” fazia à chapa da situação, a “chapa do sindicato” conforme imagem acima, dizia respeito ao afastamento da gestão sindical do cotidiano do trabalhador operário. A chapa 2 se intitulava como “verdadeiramente cutista” e tinha como objetivo a unificação dos trabalhadores na cidade como um todo, buscando negociações para toda a categoria. Defendia um Sindicato independente e autônomo em relação às empresas e uma data-base igual para todos os metalúrgicos da cidade de Joinville.

Já a “chapa 1” afirmava que os dissidentes da gestão 2008-2012 criaram oposição, buscando ajuda de Adilson Mariano e do Sindicato dos Servidores para utilizar os recursos financeiros da entidade em benefício próprio, alegando, ademais, que o então presidente, Genivaldo Ferreira não permitia que toda a diretoria tivesse uma ajuda de custo subsidiada pelo Sindicato.

Em 2012 nós tivemos uma oposição ferrenha. Lá em 2012, nós tivemos um planejamento anual [...] tanto da luta sindical quanto de investimento, de reforma, e o que a gente vai adquirir [...]. Nesse planejamento, três pessoas da diretoria lá, que estava em 2012, veio propor uma ajuda de custo para a direção. Eu ganho ajuda de custo, minha ajuda de custo é “milhão”, minha e de outros companheiros que estão liberado. [...] Não houve acordo. [...] É impossível fazer. É impossível porque não está aqui para sustentar, R\$ 1.000 para quem está dentro da fábrica trabalhando. E aí não passou no planejamento, aí eles vieram aqui falar com o ex-presidente na época, que era o Genivaldo, que eles queriam sair da direção, mas queriam que o sindicato pagasse, desse uma ajuda para eles saírem da direção. Daí o Genivaldo diz: ‘não, mas eu não estou entendendo. Vocês são funcionários

da Tupy, vocês são dirigentes sindicais eleitos para representar os trabalhadores, vocês não foram eleitos para vir ganhar salário, para ser empregado do sindicato'. [...] Aí eles disseram: 'então tá bom, [...] nós vamos fazer uma chapa de oposição'. E saíram pra ir procurar a chapa, e foram procurar (SOUZA, 2016, informação verbal).

Acusações referentes à vida privada e críticas às demandas de ajuda de custo pautaram, em grande medida, a campanha. Para Sebastião Souza “[...] foi uma oposição caluniosa mesmo, (...) [pois] a diferença da nossa chapa para a chapa deles era que a deles era uma chapa de chantagistas.” (SOUZA, 2016, informação verbal).

Longe de representar apenas uma disputa entre lideranças locais, a eleição sindical de 2012 expressa, além de conflito interno pela direção do Sindicato, conflitos de ordem política entre correntes internas da CUT e do PT. Conflitos estes que diziam respeito ao posicionamento do partido em relação ao governo Dilma Rousseff e, no âmbito local, ao prefeito Carlito Merss (PT).

Como afirmamos anteriormente, a história da CUT se confunde com a história do próprio PT, e, neste sentido, as transformações ocorridas durante os governos petistas reverberam dentro da própria Central.

A histórica relação entre sindicatos e o PT, que como vimos foi fundamental para a inflexão política no Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville, assumiu um novo patamar, em Joinville, durante o mandato de Merss. Em 2009, pela primeira vez um prefeito do Partido dos Trabalhadores era eleito em Joinville. Carlito Merss era filiado à corrente “Construindo um Novo Brasil” (CNB). Tal corrente é oposicionista à chamada “Esquerda Marxista”, cujos membros eram à época participantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais e do Sindicato dos Mecânicos, ambos filiados à CUT.

Pois bem, quando então Merss ganha a prefeitura, as divergências político-partidárias se acirram, reverberando as disputas já existentes entre correntes do PT na cidade e no plano nacional. A cisão ocorrida dentro da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville expressaria tais divergências?

Em entrevista, Adolfo Constâncio afirmou que as divergências estavam ligadas à esfera político partidária e que a chapa de situação apoiava a gestão do prefeito Carlito Merss,

As diferenças eram políticas. A ala [corrente] do Adilson Mariano [...] é da extrema radical [Esquerda Marxista]. E os caras da outra chapa eram do PT, do Carlito [Merss], era a ala mais sossegada [Construindo um Novo Brasil]. Era esse pessoal, eles eram de alas diferentes, eles tinham diferenças políticas.

Teve [apoio ao prefeito Carlito Merss], tanto teve que eles colocavam apoio ao prefeito Carlito, porque estava no auge. [...] A questão da disputa [entre chapas, de 2012], era mais questão política, não era interesse da categoria não, não foi pensando na categoria não, foi pensando no partido político, e na relação deles com o partido (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal).

Segundo Adolfo Constâncio, a bandeira da chapa 2 era a luta sindical por dignidade e direitos para os trabalhadores, valores que para os idealizadores foram perdidos pela diretoria do Sindicato, por “abandonarem a categoria”. Tal chapa foi construída por dissidentes que o procuraram por ser “querido pelos trabalhadores”, mas segundo ele “a nossa chapa foi muito ingênua, eles foram na Wetzel e pegaram dois caras que estavam afastados, que não estavam dentro da empresa, foram na Schultz e pegaram 2 caras aposentados, tinha o conhecimento dos caras, mas não podiam estar dentro da fábrica, pedindo votos. Aí nós perdemos por uma diferença grande.” (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal).

Para o apoiador da chapa de oposição, Adilson Mariano, a atuação da direção do Sindicato foi pouco reivindicativa por serem filiados ao PT e à corrente “Construindo um novo Brasil”,

[...] por serem dirigentes que tem uma relação muito forte com o PT e com o Lula, tem um caráter muito reformista, acham que vão conseguir somente na conversa, no dialogo, resolver o problema. E acabam não cumprindo o seu papel de organizar a classe, a categoria, pra que ela compreenda as situações de exploração e entenda que é na luta e na organização que vai se avançar. Então, eles, de certa forma, pararam (MARIANO, 2016, informação verbal).

Para Mariano o fato de os dissidentes procurarem apoio em uma corrente tradicionalmente crítica aos governos Dilma Rousseff e Carlito Merss revelava o interesse em transformar o Sindicato dos Metalúrgicos que vinha tendo posicionamentos que retiravam direitos de trabalhadores.

Em 2011, o Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville (CUT) realizou uma greve, durante 40 dias. Tal greve, por ser liderada por dirigentes sindicais que eram filiadas ao PT, repercutiu dentro do partido, ocasião que a corrente “Construindo um Novo Brasil” passou a solicitar a expulsão dos membros da corrente “Esquerda Marxista”. Em 2015, tal corrente se retirou do PT, incluindo Adilson Mariano e Ulrich Beathalter, então presidente do Sindicato dos Servidores Públicos de Joinville, migrando para o PSOL.

Em entrevista à imprensa local o então prefeito pelo PT na cidade, Carlito Merss, afirmou, ao se referir à Beathalter e Mariano, que

O PT de Joinville tem um ‘agrupamento’. [...]. [é o] ‘mesmo grupo que foi escorraçado da [empresa] Cipla pela política’, lembrou o prefeito. Ulrich e Mariano pertencem a corrente Marxista do partido, herdeiro em Joinville do pessoal da ala “O Trabalho”, o mesmo que administrou a Cipla de 2003 a 2007 com Serge Goulart. (VERÍSSIMO, 2011).

Para a chapa de oposição, a diretoria do Sindicato apoiou, usando a estrutura da entidade, o governo Dilma Rousseff. Segundo Adolfo Constâncio, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville “apoiou e continua apoiando ainda; eles são aquele tipo de petista que são camicases.” (CONSTÂNCIO, 2016, informação verbal).

Neste sentido, as divergências existentes entre as correntes dentro do Partido em Joinville repercutiram na disputa ocorrida em 2012 no Sindicato dos Metalúrgicos.

Conclusão

Propusemo-nos neste trabalho a analisar as ações e o posicionamento do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville durante o primeiro governo Dilma Rousseff. Para entender a atuação desta entidade sindical diante de um governo do Partido dos trabalhadores, partimos, no primeiro capítulo, de uma análise da estrutura sindical brasileira e da relação entre sindicatos e partidos políticos. Em seguida, retomamos a análise sobre a atuação dos metalúrgicos brasileiros, visando compreender nosso objeto a partir da ampla bibliografia existente, que evidencia as mudanças, lutas, greves, características e o protagonismo metalúrgico em momentos decisivos da política e do sindicalismo brasileiros.

No terceiro capítulo, adentramos no tema central da monografia ao analisarmos o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville. Neste momento, discutirmos o perfil da indústria metalúrgica joinvilense, a trajetória da classe operária e do Sindicato dos Metalúrgicos, destacando o processo gradual de mudança que passou a entidade durante os anos 1980 e 1990 e a influência da Teologia da Libertação, do Partido dos Trabalhadores e das oposições sindicais organizadas pela CUT. Neste capítulo, expomos a fundamental contribuição do Partido dos Trabalhadores para a formação de sindicatos reivindicativos e combativos em oposição ao peleguismo em Joinville.

No último capítulo, analisamos a atuação do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville no período recente (2011-2014) e a relação deste sindicato com os governos do Partido dos Trabalhadores no âmbito local e nacional, com Carlito Meres na prefeitura de Joinville (2009-2012) e Dilma Rousseff (2011-2014) no governo Federal.

A análise da trajetória histórica do Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville revela a importância da atuação conjunta com o Partido dos Trabalhadores para a emergência do “novo sindicalismo” na cidade. Os esforços realizados durante os anos 1980 e 1990, com as oposições sindicais, por parte de grupos ligados à Teologia da Libertação e ao Partido dos Trabalhadores consistiram na possibilidade de superação do peleguismo.

Desde a formação até 1985, a direção do Sindicato de Metalúrgicos de Joinville se manteve atrelada aos interesses da burguesia e de governos Federais, constituindo-se um caso clássico de atuação e orientação pelega. O peleguismo não evitou que conflitos de classe se expressassem. Mas alguns movimentos de luta da classe operária joinvilense foram reprimidos, como as greves de 1917, de 1979 e a perseguição de militantes de esquerda

durante a ditadura civil-militar. Todavia, a partir do fim do regime militar, da ação conjunta entre sindicatos, da superação do peleguismo no Sindicato dos Metalúrgicos, emergiu uma nova fase da luta sindical em Joinville.

Somado o afloramento do “novo sindicalismo” no Brasil, a atuação de militantes do PT e a ação conjunta com outros sindicatos cutistas possibilitaram a transformação pela qual passou a classe operária de Joinville, realizando significativas greves e expressando a insatisfação com a ideologia do trabalho ordeiro e disciplinado hegemônica até então. O Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville ensejou, a partir de 1985, uma nova fase da luta de classes na cidade, resultando na filiação à CUT em 1994 e na deflagração de greves que expressavam o conflito capital e trabalho.

Entretanto, a partir dos anos 2000, há uma nova inflexão no Sindicato dos Metalúrgicos. A análise das greves, dos documentos sindicais e das entrevistas realizadas com militantes sindicais revela que a relação entre sindicato e partido, em uma conjuntura em que o Partido dos Trabalhadores se tornou governo, nacional e localmente, impactou na autonomia sindical de tal modo que o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville se torna menos combativo, menos reivindicativo e grevista – processo que ocorreu mas não sem conflitos internos e da entidade com a sua base.

Os conflitos internos se expressaram por meio das disputas entre correntes do Partido dos Trabalhadores, entre as quais a disputa pela direção da entidade em 2012, ocasião em que duas chapas, ambas da CUT, se confrontaram. A corrente “Construindo um Novo Brasil” era a corrente da chapa de situação do Sindicato dos Metalúrgicos e também do prefeito Carlito Merss. Já a chapa de oposição, ligada a corrente “Esquerda Marxista”. A chapa de situação do Sindicato dos Metalúrgicos era aliada a corrente da presidente Dilma Rousseff.

A entidade por sua vez também passou a ter conflitos com a base metalúrgica. A base metalúrgica de Joinville deflagrou algumas greves pressionando, assim, a direção da entidade a negociar na condição de representante oficial. O sindicato ora apoiou, ora desmobilizou os movimentos organizados na base, o que nos leva a concluir que, durante o governo Dilma, a ação combativa do Sindicato arrefeceu em grande medida pelo apoio acrítico ao governo federal.

Desde a sua criação, em 1931, o Sindicato dos Metalúrgicos de Joinville mantém forte apego à estrutura sindical, mesmo em 1995 quando uma chapa cutista assumiu a direção da entidade sindical. A manutenção e, inclusive, a ampliação do assistencialismo, bem como o apego ao imposto sindical configuram o atrelamento do Sindicato dos Metalúrgicos à estrutura sindical brasileira. O apego à estrutura sindical não impediu que o Sindicato dos

Metalúrgicos de Joinville se filiasse em 1994 à CUT e se aliasse ao Partido dos Trabalhadores, ainda que permaneça até os dias atuais o veto à aliança oficial entre partido e sindicatos no Brasil.

Diante das importantes transformações ocorridas no movimento operário e sindical no Brasil e, em particular, o joinvilense nas décadas 1980 e 1990, como avaliar politicamente o veto à relação entre partidos e sindicatos para a organização da classe operária?

Um dos efeitos políticos da estrutura sindical no Brasil é circunscrever a luta sindical ao âmbito estritamente corporativista e reformista. Todavia, retomando a tradição política marxista e as reflexões de Lenin, embora seja uma luta econômica, o sindicalismo tem potencialidade para a luta política revolucionária.

A aliança entre sindicalismo e Partido dos Trabalhadores, em Joinville, se manteve nas últimas três décadas. O vínculo entre ambos na conjuntura do “novo sindicalismo” foi decisivo para a constituição de um sindicalismo combativo, muito embora a partir da chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo Federal e municipal, a aliança passa a conter a luta dos trabalhadores joinvilense.

Para Marx, o propósito de organizações de classe criadas pelo proletariado deve ser contribuir para a sua auto emancipação. Apesar dos efeitos da estrutura sindical brasileira e do veto constitucional ao apoio de sindicatos a partidos políticos, a aliança entre sindicatos cutistas e Partido dos Trabalhadores foi fundamental na história do sindicalismo brasileiro para a superação da luta corporativa e meramente reformista, para a conquista de direitos, a democratização do país. Por sua vez, a perda da autonomia sindical frente aos partidos, quando estes chegam ao poder pela via eleitoral, pode ter efeitos regressivos tanto econômicos (perda de direitos, enfraquecimento da solidariedade de classes, corporativismo) quanto políticos (cooptação, avanço de ideologias burguesas e conservadoras).

Referências

a) Livros e artigos

ALVES, G. **Limites do sindicalismo**: Marx, Engels e a crítica da economia política. Bauru: Projeto Editorial Praxis, 2003.

ALVES, G. Do novo sindicalismo à concertação social. **Revista Sociedade e Política**, Curitiba, v. 15, p. 111-124, nov. 2000.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: E., SADER; GENTILI, P. G. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. **Classe operária, sindicatos e partidos políticos no Brasil**: um estudo sobre a consciência de classe, da Revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez e Editora Ensaio: Editores Associados, 1982.

ANTUNES, R. De Vargas a Lula: Caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 7, n. 2, p. 83-88, nov. 2006.

ARAÚJO, A. M. C.; OLIVEIRA, R. V. O sindicalismo na era Lula: entre paradoxos e novas perspectivas. In: OLIVEIRA, R. V.; BRIDI, M. A.; FERRAZ, M. **O sindicalismo na Era Lula**: paradoxos, perspectivas e olhares, Belo Horizonte: Fino Traço, 2014. p.29-60.

BIHR, A. **Da grande noite à alternativa**: o movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 2010.

BNDES. O crescimento de grandes empresas nacionais e a contribuição do BNDES via renda variável: Os casos da JBS, TOTVS e Tupy. 2014.

BOITO JR., A. **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991b.

BOITO JR., A. **O sindicalismo na política brasileira**. 1. ed. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

BOITO JR., A. **De volta para o novo corporativismo**: a trajetória política do sindicalismo brasileiro. São Paulo em perspectiva. São Paulo, v.8(3), 1994, p. 23-28.

BOITO JR., A. **O sindicalismo de Estado no Brasil**: uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: Editora da Unicamp/Editora Hucitec, 1991a.

BOITO JUNIOR, A.. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. **PIMSA**, v. 15, p. 209-227, 2014.

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política** (UFPR. Impresso), v. 21, p. 31-38, 2013.

BOITO JR., A.; GALVÃO, A.; MARCELINO, P. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. In: **OSAL**, n. 26, outubro de 2009, Buenos Aires: CLACSO, 2009.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**: textos temáticos. Brasília: CNV, 2014.

BUGIATO, C. A política de financiamento do BNDES à burguesia brasileira. In: **V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina**, 2013, Londrina. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina, 2013.

CARCANHOLO, M. D. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no governo Lula. In: MAGALHÃES, J. P. A. et al. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico. São Paulo: Ed. Garamond, 2010.

CENTRO DA MEMÓRIA SINDICAL. **Greve dos 300 mil**, março de 1953. Disponível em: <http://www.memoriasindical.com.br/lermais_materias.php?cd_materias=990&furiurl=_-Greve-dos-300-mil-marco-de-1953-_-#.Vgw19MtViko>. Acesso em: 30 set 2015.

COSTA, I. A. O cotidiano em face dos discursos. **Boletim do Arquivo Histórico de Joinville**, Joinville (SC), n.12, p. 9-17, 1995.

COSTA, I. A. **A Cidade da Ordem**: Tensões Sociais e Controle (Joinville: 1917/1943). 1996. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1996.

COSTA, I. A. A Cidade da Ordem: Joinville 1917 - 1973. In: GUEDES, S.; COSTA, I.; FONTOURA, A.; COELHO, I.; SILVA, J.; SOUZA, S. (Org.). **Histórias de (I)migrantes: O Cotidiano de uma Cidade**. 1ed. Joinville: UNIVILLE, 2000, v. 1, p. 105-161.

DRUCK, G. Os Sindicatos, os Movimentos Sociais e o Governo Lula: Cooptação e Resistência. **Observatório Social de América Latina**, Buenos Aires, v. VI, n. 19, jul 2006, p.329-340.

DUARTE, R. F. X. **O PT na encruzilhada**: entre o desejo de mudança e a adaptação à ordem. 2016. 133 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FREIRE, I. S. **Ecossistema de democratização**: uma análise das vozes do processo de transição do regime militar em Joinville. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FREIRE, I. S.. Considerações sobre história, memória e esquecimento: diálogos entre literatura e história em o livro do riso e do esquecimento. **Aedós**: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (Online), v. 6, p. 1, 2014.

GALVÃO, A. O sindicalismo brasileiro entre a regulamentação e a negociação de direitos. In: **Seminário Internacional Organização e Condições do Trabalho Moderno: Emprego, Desemprego e Precarização do Trabalho**, II, Campinas 2011.

GALVÃO, A., MARCELINO, P., TRÓPIA, P. **As bases sociais das novas centrais sindicais brasileiras**. Curitiba: Appris, 2015.

GALVÃO, A. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Outubro** (São Paulo), v. 18, p. 175-197, 2009.

GRACIOLLI, E. J. **Um caldeirão chamado CSN: resistência operária e violência militar na greve em 1988**. Edufu, 2a. ed., 2009.

HELLMANN, F. **O pecado original do PT: a construção do Partido dos Trabalhadores em Joinville**. 2010. Monografia. Curso de bacharel em Comunicação Social. Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC. 2010.

IANNI, O. **A formação do Estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IANNI, O. **Estado e Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JORGE, G. C. A greve paulistana de 1917 e suas repercussões no operariado catarinense. **Revista Santa Catarina em História**: Florianópolis, v.1, n.2, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MICHELIS, I. L. **Crítica ao modelo catarinense de desenvolvimento: do planejamento econômico, 1956 aos precatórios, 1997**. Campo Grande: Editora UFMS, 1998.

MENEGUELLO, R. **PT: a formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MOISÉS, J. A. **A greve dos 300 mil e as comissões de empresa**. São Paulo: Cedec, mimeo, 1977.

NIEHUES, V. D. De agricultor a operário: lembranças de migrantes. 2000. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

OFFE, C. **Trabalho e Sociedade: Problemas estruturais e Perspectivas para o Futuro da 'Sociedade do Trabalho'**. Vol I, A Crise. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1989

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PRAUN, L. Sindicalismo metalúrgico no ABC paulista: da contestação à parceria. In: SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. (Org.). **Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

- ROCHA, I. O. **Industrialização de Joinville (SC): da gênese às exportações**. (1994) Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.
- RODRIGUES, I. J. Relações de trabalho e ação sindical no ABC paulista dos anos 1990. In: NABUCO, M. R.; NEVES, M. A.; CARVALHO NETO, A. M. (orgs.). **Indústria Automotiva: a nova geografia do setor produtivo**. Coleção espaços do desenvolvimento. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- RODRIGUES, I. J. **Sindicalismo e política: a trajetória da CUT**. São Paulo: Scritta, 1997.
- RODRIGUES, L. M. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. (p. 11-42). In: BOITO Jr., A. (Org.). **O sindicalismo brasileiro nos anos 80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- RODRIGUES, L. M. **CUT: os militantes e a ideologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- RODRIGUES, L. M. **Partidos e sindicatos: escritos de sociologia política** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.
- ROSSI, W.; GERAB, W. J. **Para entender os sindicatos no Brasil: uma visão classista**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- SILVA, R., MATTOS, F.; NUNES, S. L. Distante brilho da estrela, o sucesso tardio do PT em uma cidade fortemente industrializada e urbanizada: o caso de Joinville SC. **V Congresso Latinoamericano de Ciencia Política**. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2010.
- SIMÃO, A. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Ática, 1981.
- SIMÃO, A. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 2012.
- SOARES, J. L. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.28, n.3, p.541-564. set/dez. 2013.
- SOUZA, D. C. Sindicalismo combativo na ordem propositiva? O Sindicato os Metalúrgicos de Campinas e Região diante da estrutura sindical. In: SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. (Org.). **Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. (Org.). **Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. Greves, conjuntura político-econômica e transformações ideológicas no sindicalismo brasileiro recente (1989-2013). In: **III International Conference Strikes and Social Conflicts: Combined historical approaches to conflict**, 2016, Barcelona. III International Conference Strikes & Social Conflicts - Aproximaciones históricas combinadas a la conflictividad. Barcelona: Proceedings, 2016.

SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. O protagonismo metalúrgico no sindicalismo brasileiro.
 SOUZA, D. C.; TRÓPIA, P. V. (Org.). **Sindicatos Metalúrgicos no Brasil Contemporâneo**.
 Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SOUZA, G. M. **Cidade onde se trabalha: a propagação ideológica do autoritarismo estadonovista em Joinville**. Itajaí: Ed. Maria do Cais, 2008.

SOUZA, G. M.. Apontamentos históricos sobre o Museu da Indústria em Joinville. In: **Simpósio Nacional de História - História e Ética**. Simpósio Temáticos e Resumos, 2009, Fortaleza / CE. Simpósio Nacional de História - História e Ética Simpósio Temático, 2009. p. 01-10.

TERNES, A. Joinville, a construção da cidade. Joinville: SEIGRAF, 1993.

TERNES, A. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.

TERNES, A. **História de Joinville: uma abordagem crítica**. Joinville: Meyer, 1984.

TERNES, A. **A estratégia da confiança: Fundação Tupy: História**. 2. ed. Joinville, 1988.

TRÓPIA, P. V. **Força Sindical: política e ideologia no sindicalismo brasileiro**. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

SILVA, R. A. Uma Abordagem dos Serviços no recente desenvolvimento regional brasileiro. In: **VIII Ciclo de Debates em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia**, 2010, São Paulo - SP. Ciclo de Debates. São Paulo - SP: PUC-SP, 2010.

b) Jornais, materiais de divulgação e Convenções Coletivas de Trabalho

A NOTÍCIA. **CUT amplia sua base na região**. Joinville, p.5. abril. 1995.

A NOTÍCIA. **Dados do Caged apontam o pior desempenho para Joinville nos últimos dez anos**. Joinville, online, jan. 2013.

A NOTÍCIA. **Joinville tem 19 entre as 500 maiores empresas do Sul do país, mostra ranking**. [online]. ago. 2014.

A NOTÍCIA. **Migração agrava questão social: faltam moradias**. Joinville, fev. 1987, p.5.

A NOTÍCIA. **Sindicatos joinvilenses fazem proposta conjunta**. Joinville, p.7. mar. 1995.

A NOTÍCIA. **Sindicatos querem reajuste salarial de 40,95%**. Joinville, p.4-5. mar. 1996.

A NOTÍCIA. **Trabalhadores da Tupy fazem greve em Joinville (SC)**. 2012b

A NOTÍCIA. **Trabalhadores da Tupy fazem greve em Joinville**. 2012a

A NOTÍCIA. **Tupy de Joinville passa a ser líder mundial em fabricação de blocos e cabeçotes de ferro fundido.** A Notícia [online]. nov. 2011.

CNM CUT. **Após conquista trabalhadores encerram greve na Wetzel.** Março 2011.

CNM CUT. **Trabalhadores na Tupy aceitam reajuste de 8% e greve acaba.** 2012.

CORREIO DA TUPY. **Anote:** Eles São assim. Joinville, p.7. jul. 1964.

CORREIO DA TUPY. **Conheça nossa empresa:** Fundação Tupy S.A.. Joinville, ago. 1974.

CORREIO DA TUPY. **Edição Fábrica,** , n. 52. jun. 1981

CORREIO DA TUPY. **Ministro Arnaldo Prieto exalta o trabalho harmonioso.** Joinville, p. 1-1. nov. 1966.

CORREIO DA TUPY. **No pavilhão inaugurado, o encerramento do VII Encontro Estadual de Trabalhadores.** Joinville, p.8-12, maio. 1975.

CORREIO DA TUPY. **Presidente Castello Branco visitou a Tupy.** Joinville, p. 1-1. nov. 1966.

CORREIO DA TUPY. **Presidente Ernesto Geisel inaugurou novo pavilhão de produção da Fundação Tupy S.A.** Joinville, p. 1-1. maio 1975.

CORREIO DA TUPY. **Qual seria o empregado ideal?** Joinville, p.8. nov. 1966.

CUT ONLINE. **Metalúrgicos na Wetzel entram no quarto dia de greve em Joinville.** Março 2011.

DIÁRIO CATARINENSE. **Em Joinville param 60% dos trabalhadores.** Florianópolis, p.22. mar. 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. **Fundação Tupy repreende grevistas.** Florianópolis, mar. 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. **Greve na Wetzel em Joinville está no quarto dia.** Março 2011.

DIÁRIO CATARINENSE. **Mecânicos de Joinville têm novo líder sindical.** Florianópolis, p.11. jan. 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. **Mecânicos elegem petista.** Diário Catarinense. Joinville, p.13. jan. 1989.

DIÁRIO CATARINENSE. **Mecânicos elegem sua diretoria.** Florianópolis, p.9. jan. 1989.

EXTRA. **Tupy e funcionários começam a negociar.** Joinville, p.4. out. 1985.

GARCIA, T. H. **Sindicalismo em Joinville.** Jornal de Joinville. Joinville, p.3. 15 dez. 1968.

HORA H. Sindicalismo. Joinville, s/p, 14 fev. 1980.

III Feira de Amostras de Santa Catarina. **Dez itens sobre:** O município de Joinville; A Fundação Tupy S.A. Prefeitura de Joinville, 1963.

JORNAL DE JOINVILLE. **Sindicato tenta resolver problema de seus associados sem demagogia e sem reivindicar absurdo dos patrões.** Joinville, p.1. 19 jan. 1969.

JORNAL DE SANTA CATARINA. Metalúrgicos de Joinville definiram em assembleia a campanha salarial. Joinville, p.8. jan. 1986.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Na Tupy, 2% parados.** Joinville, p.6. mar. 1989.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Paralisação na Fundação Tupy.** Joinville, p.7. mar. 1989.

JORNAL DE SANTA CATARINA. **Plásticos:** CUT vence eleição em Joinville. Joinville, p.7. dez. 1989.

O ESTADO. **Aproximadamente 2 mil metalúrgicos...** Florianópolis, p.6. set. 1987.

O ESTADO. Florianópolis, 22 de outubro de 1985, p. 5.

O ESTADO. **Fundição Tupy demite 5% dos funcionários.** Florianópolis, p.7. jun. 1989.

O ESTADO. **Trabalhadores irão decidir em assembleia geral novo acordo salarial.** Florianópolis, p.8. mar. 1986.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE JOINVILLE. **Convenção coletiva de trabalho.** 2010.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE JOINVILLE. **Convenção coletiva de trabalho.** 2011.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE JOINVILLE. **Convenção coletiva de trabalho.** 2012.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE JOINVILLE. **Convenção coletiva de trabalho.** 2013.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DE JOINVILLE. **Convenção coletiva de trabalho.** 2014.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 232. abril 2012.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 240. fev. 2012.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 242. abril. 2012.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 244. jun. 2012.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 248. fev. 2013.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 250. abril 2013.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 258. mar. 2014.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 259. abril 2014.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 260. maio 2014.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 265. nov. 2014.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n. 273. set. 2015.

TRIBUNA DO METALÚRGICO, Joinville, n.233. maio 2011.

VALOR ECONÔMICO. **Dilma cobra manutenção de emprego como contrapartida a incentivo.** [online]. jul. 2012a.

VALOR ECONÔMICO. **Fundição Tupy fecha reajuste de 8% e acaba greve.** 2012e

VALOR ECONÔMICO. **GM abre fábrica de motores em Santa Catarina.** [online]. fev. 2013.

VALOR ECONÔMICO. **GM fechou mais de mil vagas no Brasil, diz sindicato.** [online]. jul. 2012b.

VALOR ECONÔMICO. **Investimento vira arma de pressão sobre metalúrgicos.** [online]. jul. 2012c.

VALOR ECONÔMICO. **Tupy conclui aquisição de US\$ 439 milhões no México.** [online]. abril 2012d.

VERÍSSIMO, Luiz. **O agrupamento do PT.** Notícias do Dia: Uma cidade inteira de informação. Joinville,. 20 jun. 2011.

c) Lideranças entrevistadas

CONSTÂNCIO, Adolfo, Joinville, abril 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

CARVALHO, Luiz. São Francisco do Sul, abril 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

SOUZA, Sebastião Alves. Joinville, abril 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

MARIANO, Adilson. Joinville, abril 2016. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

FACHINI, João. Balneário Barra do Sul, abril 2017. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

NEITSCH, “Capim” Valmir. Joinville, abril 2017. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.

MERSS, Carlito. Joinville, abril 2017. Entrevista concedida a Ana Paula Nascimento.